

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Júlia Bolognini Klassmann

**A presença da ausência: os usos políticos da ditadura civil-militar brasileira nos discursos presidenciais de FHC, Lula e Dilma (1995 - 2016)**

Porto Alegre

2019

Júlia Bolognini Klassmann

**A permanência da ausência: os usos políticos da ditadura civil-militar brasileira nos discursos presidenciais de FHC, Lula e Dilma (1995 - 2016)**

Monografia de conclusão de curso apresentada como requisito para obtenção do título de Licenciada em História pelo Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Orientadora:** Prof<sup>fa</sup> Dr<sup>a</sup> Caroline Silveira Bauer

Porto Alegre

2019

## AGRADECIMENTOS

Certa vez nos contou Galeano (e a ele recorro porque temo que este uruguaio já tenha dito tudo de valor que se possa dizer) que o melhor do mundo está nos mundos que o mundo contém. Em outra ocasião revelou também que juntos formamos todos *un mar de fueguitos*, onde cada um brilha com luz própria dentre todos os demais; não há dois fogos iguais - há gente de fogo sereno, a crepitar ao vento, e gente que faz arder a vida com tanta paixão que incandesce tudo ao seu redor. Assim, com estes agradecimentos intento devolver um tanto do tanto que me deram os *fueguitos* a iluminar em chamas o meu mundo dentro do mundo. Sou grata, sou grata, sou grata!

Sou grata à meu pai, Marcos Klassmann (*in memoriam*), que me ensinou tudo que sei, me fez tudo que sou e me presenteou com algo muito maior que a soma de nós dois: a memória de sua luta pelas liberdades humanas. Sou grata à minha mãe, Rossana Bolognini, que me gerou com seus olhos verdes para mirar à todos os olhos outros com eterna curiosidade afetiva. Sou grata à minha avó, Isabel Klassmann, por sempre emprestar sua força descomunal para segurar o mundo quando este parece prestes a desabar. Sou grata à minha tia, Mirela Bolognini, pela beleza de sua arte e da arte que és.

Agradeço à Lúcio Geller Júnior, meu melhor amigo - *y si este fuera mi último poema, insumiso y triste, raído pero entero, tan solo una palabra escribiría: compañero*. Agradeço à Paula Koops, minha melhor amiga de toda a vida e para a vida toda. Agradeço à Juliana Santana, pois *whatever souls are made of, hers and mine are the same*. Sou grata à Paula Ribeiro, Julien Melo, Bruna Moreira, Yuri Stelmach, Marina Albugeri e Marcelli Von Reisswitz, amigos amados desde o primeiro dia de faculdade e cujas risadas e o carinho me motivaram para chegar até o último! Sou grata à Rhaylla Fernandes, por ser a minha *pessoa*. Sou grata à Alessandra Oliveira e ao Renan Maidana pelo acolhimento quentinho que emanam a cada encontro nosso. E agradeço à Gabriela Disegna e à sua família por me receberem sempre de braços e almas abertos. Deixo um abraço forte também à todos os amigos e colegas que me acompanharam nesta fase tão especial da graduação.

Sou especialmente grata à meus dindos, Élbio Flores, Maria Gabriela Orden e Vânia Barbosa, pela qualidade tão profundamente humana que lhes forma em seu âmago: o tremer em indignação a cada injustiça cometida no mundo. Aqui, gostaria de, humildemente, estender meu agradecimento aos demais companheiros de meu pai - e à todos e todas o/as

combatentes por direitos humanos o/as quais tive o prazer de cruzar caminhos: Beto Klassmann (*in memoriam*), meu tio querido, João Luiz Pinheiro (*in memoriam*), Carlos “Minhoca” de Ré (*in memoriam*), Dilma Rousseff, Jussara Cony, Maria Ignez Serpa, Olívio Dutra, Flávio Koutzii, Flávio Tavares, Marco “Camarão” (*in memoriam*), Raul Pont, Maria do Rosário, Glênio Peres (*in memoriam*), Lícia Peres (*in memoriam*), Paula de Melo Brandolt, Atanagildo Brandolt, Vincent Brandolt e tantos e tantas outras que seria impossível nomear, mas que tornam possível crer que a vida vale a luta. Agradeço também às muitas (ainda bem!) companheiras do movimento feminista de Porto Alegre, que me acolheram quando eu tinha dezesseis anos e que, como as águas quando se encontram, me (a)criaram.

Aproveito para expressar minha gratidão à outros lutadores essenciais na minha trajetória, e estes são os professores responsáveis pelo meu ensino básico. Agradeço à Ruy Guimarães, meu eterno diretor e em breve colega de profissão, por tudo aquilo que ensina e representa para tão além dos muros da escola. Agradeço, nas figuras dos professores Ernesto Melo, Tadiane Rodrigues (hoje diretora!) e Carol Baranzeli, aos demais profissionais do colégio Padre Reus, referência na luta pela educação pública de qualidade. Sou profundamente grata também aos meus alunos do sétimo ano do ensino fundamental e do segundo ano do ensino médio, que me descobriram professora e tocaram muito meu coração.

Os profissionais do ensino superior também foram importantíssimos na minha jornada, de modo que gostaria de agradecer às professoras Regina Weber, Mara Rodrigues, Carla Rodeghero e Carla Brandalise pela iniciação na vida acadêmica e na pesquisa, e também pela referência que são enquanto mulheres acadêmicas. Sou grata aos professores Enrique Serra Padrós, Cesar Guazzelli, Fernando Seffner e Luiz Dario pela constante preocupação em alinhar suas áreas de atuação com os interesses da classe trabalhadora e dos direitos humanos.

Por fim, mas não com menor importância, agradeço imensamente à minha orientadora Caroline Silveira Bauer, pela compreensão e pedagogia afetivas que despendeu à orientação deste trabalho apesar de todos os percalços geográficos e humanos que muitas vezes se colocaram no caminho! Sou extremamente grata à professora Mariluci Cardoso de Vargas e ao professor Temístocles Américo Corrêa Cezar, primeiramente por aceitarem compor esta banca e contribuir com minha formação enquanto historiadora e profissional, mas também em grande parte pelos próprios historiadores e profissionais exemplares que são.

Por memória, verdade e justiça, muito obrigada!

## RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar os usos políticos da ditadura civil-militar brasileira nos discursos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff ao longo de seus respectivos mandatos. Considerando o discurso político institucional (e em sua mais proeminente patente republicana, o presidencial) como grande difusor da cultura política de uma nação, procura-se observar nas manifestações oficiais destes chefes de Estado a incidência de memórias, esquecimentos e até mesmo silêncios a respeito da ditadura iniciada em 1964. Assim, com inserção também nos debates da Teoria da História acerca da temporalidade, busca-se compreender como FHC, Lula e Dilma, entre 1995 e 2016 - possivelmente o período de maior estabilidade democrática da história recente brasileira -, procuraram elaborar este passado ditatorial traumático que “se recusa a passar”.

**Palavras-chave:** memória; usos do passado; temporalidade; ditadura-civil militar; Fernando Henrique Cardoso; Luís Inácio Lula da Silva; Dilma Vana Rousseff;

## RESUMEN

Esta investigación analiza los usos políticos de la dictadura cívico-militar brasileña en los discursos presidenciales de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva y Dilma Vana Rousseff, entre los años 1995 a 2016. Considerando el discurso oficial hecho por el presidente de la nación como gran difusor de la cultura política nacional, se busca analizar en dichas manifestaciones oficiales las memorias, los olvidos y los silencios con respecto a la historia reciente del país. A partir de los debates sobre la temporalidad, se busca comprender cómo FHC, Lula y Dilma, entre 1995 y 2016 - posiblemente el período de mayor estabilidad democrática de la historia reciente brasileña -, procuraron elaborar este pasado dictatorial traumático que "se niega a pasar".

**Palabras clave:** memoria; usos del pasado; temporalidad; dictadura-civil militar; Fernando Henrique Cardoso; Luís Inácio Lula da Silva; Dilma Vana Rousseff;

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-5	Ato Institucional Número Cinco
CEB	Comunidade Eclesial de Base
Cebrap	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEIVT	Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura
CIA	Central Intelligence Agency
CNV	Comissão Nacional da Verdade
COLINA	Comando de Libertação Nacional
DEM	Democratas
DOI-Codi	Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
FEE	Fundação de Economia e Estatística
G20	Grupo dos 20
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PF	Polícia Federal
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNDH-3	Programa Nacional de Direitos Humanos 3
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
TRF-4	Tribunal Regional Federal da 4ª Região
TSE	Tribunal Supremo Eleitoral
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNE	União Nacional dos Estudantes
USP	Universidade de São Paulo
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO</b> .....	26
1.1. A academia, o exílio, a presidência .....	27
1.2. “ <i>Dói-me o sorriso triste de meu ex-aluno Vladimir Herzog</i> ”: a ditadura civil-militar brasileira nos discursos presidenciais de FHC .....	33
<b>2. LUIZ INÁCIO DA SILVA</b> .....	49
2.1. O primeiro diploma .....	51
2.2. “ <i>A solidão destemida de algumas poucas vozes corajosas</i> ”: a ditadura civil-militar brasileira nos discursos presidenciais de Lula .....	58
<b>3. DILMA VANA ROUSSEFF</b> .....	71
3.1. Dilma, de golpe a golpe .....	72
3.2. “ <i>Se há túmulos sem corpos nunca poderá haver uma história sem voz</i> ”: a ditadura civil-militar brasileira nos discursos presidenciais de Dilma .....	79
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	94
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	99

*Por esos muertos, nuestros muertos,  
pido castigo.  
Para los que de sangre salpicaron la patria,  
pido castigo.  
Para el verdugo que mandó esta muerte,  
pido castigo.  
Para el traidor que ascendió sobre el crimen,  
pido castigo.  
Para el que dio la orden de agonía,  
pido castigo.  
Para los que defendieron este crimen,  
pido castigo.*

*No quiero que me den la mano  
empapada con nuestra sangre.  
Quiero castigo.*

Pablo Neruda, *Los enemigos*

## INTRODUÇÃO

“O tempo que foi continua pulsando,  
vivo, dentro do tempo que é, ainda que o  
tempo que é não o queira ou não o saiba”

- *Eduardo Galeano*

A ditadura civil-militar brasileira é considerada um *passado que não passa*<sup>1</sup>, ou seja, um *passado-presente*. Segundo Bauer, ainda que tenham transcorrido mais de trinta anos da dissolução do regime ditatorial, o trauma e a não-elaboração deste período de exceção acabaram por rearticular as fronteiras temporais entre passado e futuro, de modo que o medo permanece vigente na *cultura política*<sup>2</sup> do país<sup>3</sup>. O processo de transição política brasileiro, marcado por políticas de esquecimento e silêncio como a Lei de Anistia, fomentou o desenvolvimento de uma *desmemória*<sup>4</sup> a respeito das violações de direitos humanos cometidas pelo regime de terrorismo de Estado<sup>5</sup>, o que dificulta ainda mais a fixação da temporalidade em uma linha cronológica: como deixar para trás um passado sobre o qual não se sabe o que passou?

Tal presença do passado se traduz nas dificuldades de desenvolvimento e aprofundamento do regime democrático brasileiro, ainda flagelado por ameaças aos direitos humanos e civis através das discriminações institucionais de minorias sociais, da escalada da violência policial sistemática e permanente contra os corpos negros e pobres<sup>6</sup>, do desenvolvimento de políticas neoliberais que restringem o acesso da população à uma série

---

<sup>1</sup> Expressão cunhada por Henry Rousso para referir-se à memória da Ocupação e da II Guerra, um passado cuja gestão continua sendo assunto de Estado e cujas feridas continuam abertas na sociedade.

<sup>2</sup> Para os fins deste trabalho, entendo cultura política conforme a definição proposta por Rodrigo Motta (2018): “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa/constrói identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”. Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, jan./mar. 2018. p. 110.

<sup>3</sup> BAUER, Caroline Silveira. *Como será o passado?: história, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. p. 116.

<sup>4</sup> Conceito elaborado por Enrique Serra Padrós, que diz respeito à “institucionalização do silêncio oficial e a supressão da memória coletiva”. Cf. PADRÓS, E. S. Usos da memória e do Esquecimento na História. In: Revista PPG Letras UFSM: *letras*. n° 22. 1999.

<sup>5</sup> Faço uso do conceito de terrorismo de Estado visando a compreensão de práticas como o seqüestro, a tortura, a morte e o desaparecimento como resultado de um sistema definido, previamente organizado e incentivado desde a própria estrutura do poder estatal em um determinado tipo de regime político.

<sup>6</sup> Cf. SIKKINK, Kathryn; WALLING, Carrie Booth. The Impact of Human Rights Trials in Latin America. *Journal of Peace Research*. Los Angeles, Sage Publications, v. 44, n. 4, 2007, p. 427-45.

de direitos e serviços públicos, etc. Suscita Teles: “resta algo da ditadura em nossa democracia que surge na forma do Estado de exceção e expõe uma indistinção entre o democrático e o autoritário no Estado de direito”<sup>7</sup>. Neste sentido, considero o impeachment sem crime de responsabilidade da ex-presidenta Dilma Rousseff, no primeiro semestre de 2016, um dos exemplos mais significativos da fragilidade de nosso Estado de direito<sup>8</sup> da história recente.

Na ocasião de deposição da presidenta novamente retornam as narrativas sobre a ditadura ao espaço público: o atual presidente Jair Bolsonaro (PSL), então deputado federal do PSC, fez de seu voto pela deposição da presidenta uma cruel homenagem “à memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra<sup>9</sup>, [...] o pavor de Dilma Rousseff”<sup>10</sup>. Tal recuperação da memória de Ustra através de discurso apologético ao terrorismo de Estado revela tensões sociopolíticas do presente sobre a memória, tornando-se essencial observar, como postula Ruffer, “quiénes están movilizando qué en la articulación del pasado, desplegando qué identidades, identificaciones y representaciones, y en el nombre de qué visiones y fines políticos”<sup>11</sup>. A socióloga Elizabeth Jelín remete tais articulações do passado ao campo da linguagem, onde, segundo ela, “encontramos una situación de luchas por las representaciones del pasado, centradas en la lucha por el poder, por la legitimidad y el reconocimiento. Estas luchas implican, por parte de los diversos actores, estrategias para una (su) narrativa del pasado”<sup>12</sup>.

Assim, neste trabalho me proponho a investigar os usos políticos sobre a ditadura civil-militar brasileira nos discursos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002), Luiz Inácio da Silva (2003 - 2010) e Dilma Vana Rousseff (2011 - 2016), partindo do

---

<sup>7</sup> TELES, Edson. Políticas do silêncio e interditos da memória na transição do consenso. In: SANTOS, Cecília Macdonell, TELES, Edson, TELES, Janaína de Almeida (orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2009. 2 v. p. 316.

<sup>8</sup> Cf. JINKINGS, Ivana et al (Orgs.). *Por que gritamos golpe?* Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. Editora Boitempo: São Paulo/SP. 2016.

<sup>9</sup> O Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra foi o primeiro militar reconhecido formalmente pela Justiça como torturador, em 2008, e apesar de seu falecimento em outubro de 2015, segue sendo uma das mais insígnias figuras a permear as *batalhas de memória* sobre a ditadura civil-militar. Dilma teria sido torturada sob seu comando enquanto esteve presa por sua militância política, entre 1970 e 1973.

<sup>10</sup> OLIVEIRA, André de. *Elogio à tortura, dupla moral e enrolados na Justiça em nove votos na Câmara*. El País. São Paulo, 20 de Abril de 2016. Disponível em <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/19/politica/1461019293\\_721277.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/19/politica/1461019293_721277.html)>. Acesso em: 03 de Maio de 2019.

<sup>11</sup> RUFER, Mario. Memoria sin garantías: usos del pasado y política del presente. In: *Anuario de investigación*. UAM-X. México. 2010. p. 123.

<sup>12</sup> JELÍN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Siglo Veintiuno editores, España 2001. p. 36.

entendimento da palavra presidencial como tentativa de estabilização das “batalhas de memória”<sup>13</sup> através da institucionalização de uma narrativa única sobre o passado. Para tanto, e considerando que “as formas como experimentamos a articulação temporal entre o presente, o passado e o futuro estão intimamente relacionadas com o mundo da política”<sup>14</sup>, torna-se necessário também pensar as temporalidades que fundamentam (e são fundamentadas por) suas falas. Novamente segundo Jelín, seria possível entender as figuras presidenciais como “actores que luchan por el poder, que legitiman su posición en vínculos privilegiados con el pasado, afirmando su continuidad o su ruptura”<sup>15</sup> e buscando organizar as percepções do tempo de acordo com seus interesses políticos.

Procuro, deste modo, apresentar as rupturas e continuidades entre os discursos de FHC, Lula e Dilma com relação a) aos *usos políticos* da ditadura civil-militar (a mobilização deste passado na defesa de suas intenções enquanto chefes de Estado), b) a *temporalidade* do período de exceção (para estes a ditadura é um episódio encerrado da história ou conta com certa permanência no presente?) e c) suas *memórias* sobre o regime de terrorismo estatal (os *trabalhos de enquadramento*<sup>16</sup> que as definem). Reconhecendo a contemporaneidade de determinados elementos e estruturas da ditadura na sociedade brasileira do pós-transição - e da subsequente necessidade de políticas no nível da institucionalidade que deem conta desta presença do passado -, intento contribuir com os estudos sobre os usos do passado ditatorial brasileiro na cultura política do país, oferecendo as perspectivas das manifestações oficiais destes três presidentes.

Dos trinta anos da primeira eleição direta no pós-ditadura, em 1989, até o presente ano de 2019, a República do Brasil empossou sete presidentes. Destes, cinco foram eleitos para o cargo (Collor, FHC, Lula, Dilma e, mais recentemente, Bolsonaro), enquanto os demais (Franco e Temer) foram eleitos vice-presidentes, assumindo a faixa presidencial após

---

<sup>13</sup> Em se tratando de um conceito que permeia a integridade deste trabalho devido a sua relação entre a reedição do passado e as disputas políticas, ressalto alguns trabalhos que utilizei ao longo desta pesquisa para fundamentá-lo. São estes: PEREIRA, Mateus. H. F. Nova Direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia História*. v. 31, 2015. p. 863-902. SCHMIDT, Benito Bisso. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p.127-156, dez. 2007.

<sup>14</sup> BAUER, Caroline Silveira. *Como será o passado?: história, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. p. 25.

<sup>15</sup> JELÍN, 2001, p. 40.

<sup>16</sup> Termo cunhado pelo historiador Henry Rousso, sendo utilizado neste contexto de acordo com a interpretação de Michael Pollak. Cf: POLLAK, Michael. 1989. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3.

o impeachment de suas cabeças de chapa. Isto significa que até o presente momento FHC, Lula e Dilma foram os únicos presidentes da República eleitos para este cargo que manejaram cumprir ao menos um mandato em sua integridade, de modo que considero os vinte e um anos do conjunto de seus governos, entre 1995 e 2016, excepcionalmente significativos quanto a estabilidade democrática brasileira.

Esta é a principal razão pela qual os elenquei para a pesquisa aqui pretendida, embora reconheça relevância na origem comum de suas trajetórias políticas, nos três casos iniciadas por volta dos anos 1970 e, ainda que sob estratégias distintas, voltadas ao enfrentamento da ditadura. Com o advento do golpe civil-militar de 1964, Fernando Henrique Cardoso optou por auto-exilar-se no Chile, onde seguiu sua carreira acadêmica. Enquanto isso, Luiz Inácio ganhava proeminência como líder sindicalista em São Paulo, o que levou a sua primeira prisão política em meados de 1980. Dilma Rousseff, com cerca de vinte anos de idade à época, foi presa e duramente torturada por integrar a organização de guerrilha revolucionária VAR-Palmares nos anos finais da década de 1960.

Quanto a seleção de seus discursos, acessei-os em sua totalidade pelo site da biblioteca da Presidência<sup>17</sup>, onde os mesmos se encontram catalogados em ordem cronológica de acordo com cada mandato presidencial. Em seguida, delimito o material a ser analisado, priorizando discursos relacionados ao tema da ditadura civil-militar (enunciados em datas comemorativas, durante cerimônias oficiais de lançamento de políticas de memória referentes ao período, etc) - nesta fase optei também por inserir os discursos de posse, devido a seu grande alcance de transmissão nacional via televisão, rádio e internet e a seu papel no que concerne a apresentação do novo chefe de Estado e seu respectivo projeto político<sup>18</sup>. Assim, procurei recortar uma quantidade de manifestações oficiais significativa o bastante para responder os problemas de pesquisa propostos, porém suficientemente concisa para atender aos moldes de um trabalho de conclusão de curso (este exercício de seleção constitui o chamado *corpo discursivo* do trabalho).

Ao fim deste processo elegi oito discursos de FHC, nove de Lula e nove de Dilma, por considerá-los fundamentais para a compreensão de suas memórias sobre o regime de terrorismo de Estado. Uma vez delimitadas as fontes da pesquisa, procurei estabelecer

---

<sup>17</sup> BIBLIOTECA. Presidência da República. Ex-presidentes. Disponível em <<http://biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/>>. Acesso em: 17 de abril de 2019.

<sup>18</sup> FERNANDES, C. A. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005. passim.

incidências de análise que melhor atendessem às características de cada corpo discursivo. Deste modo, a metodologia utilizada difere entre capítulos: quando da investigação dos discursos de Fernando Henrique Cardoso, proponho explorar as tensões e contradições constantes em sua rememoração sobre a ditadura. Já no caso de Luiz Inácio da Silva, por identificar uma lógica de continuidade entre suas falas a respeito do período de exceção, busco apontar como estas se inserem numa grande narrativa-comum formulada pelo ex-presidente desde o princípio de sua trajetória política. Para o capítulo de Dilma Rousseff, opto por uma análise cronológica, visando observar as transformações impostas por seu declínio político em suas manifestações sobre o passado ditatorial.

A título de estabelecimento do referencial teórico que sustenta a pesquisa, abaixo apresento brevemente alguns dos principais conceitos e campos de estudos com os quais me deparei quando destas análises de narrativas sobre a ditadura nos discursos presidenciais. *Usos do passado, temporalidade e memória* se inter-relacionam enquanto componentes carregados politicamente com forte impacto no tecido social; expressos através do *discurso*, no caso especificamente o *político* (ainda que todo discurso também o seja), seu estudo permite alcançar uma compreensão mais aprofundada a respeito da cultura política-institucional no pós-ditadura, em especial quanto às posturas dos chefes de Estado neste *campo de batalha* das representações sobre o passado.

#### §

Para Koselleck, “el tiempo histórico, si es que el concepto tiene un sentido propio, está vinculado a unidades políticas y sociales de acción, a hombres concretos que actúan y sufren, a sus instituciones y organizaciones”<sup>19</sup>. É neste sentido de compreensão do tempo em relação à homens (e mulheres) e instituições sociais e políticas que o autor surge com as noções de *experiência passada* e *expectativas futuras*. De modo simplificado, Koselleck define o *espacio de experiencia* como um passado-presente, ou seja, um passado cujos acontecimentos foram incorporados pelo presente. O *horizonte de expectativas*, enquanto isso, seria uma temporalidade futura feita presente porém ainda não experimentada, aquilo “que sólo se puede descubrir”<sup>20</sup>. O presente seria ao mesmo tempo, portanto, passado e

---

<sup>19</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Paidós, 1993, p. 14.

<sup>20</sup> JELÍN, 2001, p. 38.

futuro: “una multiplicidad de tiempos, multiplicidad de sentidos, y la constante transformación y cambio en actores y procesos históricos”<sup>21</sup>.

Os processos históricos da *era dos extremos* tornam ainda mais complexa esta multiplicidade temporal, de modo que a historiadora Camila Silva questiona: “como dar sentido ao presente depois da aniquilação da ontologia do humano?”<sup>22</sup> Depois dos eventos catastróficos do século XX como o Shoah na Alemanha, o apartheid na África do Sul, os genocídios em Ruanda e a sistematização da tortura e do desaparecimento pelas forças do Estado nas ditaduras de segurança nacional do Cone-Sul? A questão do tempo surge agora em relação a questão do *trauma*<sup>23</sup>, uma vez que estes fenômenos históricos de *desumanização do humano*, para a historiadora, puseram fim à categoria de futuro: “não há futuro quando desmorona o projeto que encarna a esperança de um tempo vindouro. Não somente visões específicas de futuro ruíram, mas a própria categoria de futuro mudou de status nas políticas do tempo”<sup>24</sup>.

Frente à este processo de *destemporalização* (desordenação do tempo), o jurista e filósofo François Ost afirma que uma proposta de *retemporalização* (reorganização do tempo, portanto) seria a reversão de injustiças históricas através da justiça<sup>25</sup>. Para ele o tempo - construção social - implica necessariamente em relações de poder, conseqüentemente demandando responsabilidades éticas. Bevernage, todavia, considera que esta noção de *reversibilidade* do tempo jurídico parte de uma lógica pseudo-econômica de culpa e compensação, ao passo em que encara o tempo da história, cuja premissa seria a *irreversibilidade* do passado, um impedimento à reparação<sup>26</sup>.

Do ponto de vista moral, o tempo histórico - em oposição ao tempo jurídico - parece injusto e inaceitável por negligenciar responsabilidade quanto às dimensões do passado que

---

<sup>21</sup> Idem, *ibidem*, p. 14.

<sup>22</sup> SILVA, Camila Cristina. Entre o velho, o atual e o inédito: para quem serve a história?. In: *Revista Resgate*. v. 25, n. 1 (2017), p. 254.

<sup>23</sup> Para os fins desta pesquisa, trabalho com o conceito de trauma como apresentado por Caroline Bauer: “o trauma, associado à crítica de uma concepção temporal que se assemelha ao ‘tempo dos vencedores’, permite uma compreensão das temporalidades operantes na atualidade de determinados passados, assim como sobre as possibilidades de superação para essas situações, que costumam ser reatualizadas por questões do presente. Desta forma menos adjetiva e inter-relacionada com preocupações éticas e epistemológicas dos historiadores, a noção de trauma possibilita, inclusive, problematizar como a escrita da história responde às relações entre o passado e o presente, a experiência e a representação, a memória e o esquecimento”. BAUER, 2017, p. 258.

<sup>24</sup> SILVA, 2017, p. 258.

<sup>25</sup> OST, François. *O Tempo do Direito*. Portugal: Instituto Piaget, 1999. (Coleção Direito e Direitos do Homem). *passim*.

<sup>26</sup> BEVERNAGE, B. *History, memory and state-sponsored violence: time and justice*. New York: Routledge, 2012, p. 4.

permanecem no presente. Porém, o tempo reversível também se mostra insuficiente uma vez que “a sentença reparadora não pode desfazer por completo o dano, que está sempre inscrito no passado”<sup>27</sup>. Como alternativa, o filósofo francês Vladimir Jankelévitch propõe o conceito de *passado irrevogável*, de acordo com o qual a irrevogabilidade do passado seria referente a persistência, no presente, da experiência vivida no passado. Não se trata de desconsiderar sua inalterabilidade, como na lógica do tempo reversível, nem de considerá-lo acabado e fixado, como naquela do tempo irreversível, mas de elaborar uma cronosofia alternativa que desafia a rigidez das categorias de tempo ao introduzir, paradoxalmente, a presença do que é geralmente considerado ausente: o passado<sup>28</sup>.

Retorno, assim, à afirmação que dá abertura deste trabalho: há passados que não passam, como a ditadura civil-militar no Brasil. De acordo com Nolte, os passados passam somente quando perdem “o caráter opressivo que tinham para os contemporâneos”, enquanto os passados que não passam “[tornam-se] cada vez mais vivos e fortes como um passado que se instaura diretamente como presente, e que pende sobre o presente como uma espada da justiça”<sup>29</sup>. Assim, seria necessário trabalhar em direção a “eliminação das condições sociais que permitiram a emergência do que passou”<sup>30</sup>, processo que o filósofo e sociológico Theodor Adorno denomina de *elaboração do passado*.

A este regime temporal que se encontra “sob um passado hipertrofiado [...] [e] condensado nos limites de um futuro sem possibilidades de projeção, configurando uma nova articulação entre presente, passado e futuro”<sup>31</sup>, François Hartog denominou *presentismo*. A lógica presentista reforça a concepção de permanência do passado, uma vez que consequências traumáticas da ditadura-civil militar brasileira, tomando por exemplo a temática da pesquisa, desenvolvem uma temporalidade não mais associada à ordenação cronológica. Sobre esta questão, sintetiza Bauer:

as estratégias de implementação do terror da ditadura civil-militar brasileira, principalmente o sequestro e o desaparecimento, entendidos como crimes continuados e de lesa humanidade, não podem ser precisamente fixados no passado. Eles configuram uma ausência de ruptura entre passado e

---

<sup>27</sup> AVELAR, Alexandre de Sá. Rumo à indisciplinarização? Tempo histórico e a historiografia recente sobre o período militar. Em: *III Encontro: A História Indisciplinada*. Porto Alegre: 2018, p. 7.

<sup>28</sup> BEVERNAGE, 2012, p. 5.

<sup>29</sup> NOLTE, apud BAUER, 2017, p. 145.

<sup>30</sup> ADORNO, Theodor. O que significa elaborar o passado. *Primeira Versão*, Porto Velho, ano VI, v. CCI, p. 1 - 12, jan./abr. 2008.

<sup>31</sup> HARTOG apud BAUER, 2017, p. 147.

presente, coexistindo ao tempo do calendário um paralelismo, uma simultaneidade, ou uma situação de *eterno presente*<sup>32</sup>.

Isto significa que o fim da ditadura não implicou imediatamente no fim do terror, dos traumas, do medo. O passado deixou sua marca, para usar a expressão de Ricoeur, de modo que “encontramo-nos diante do problema de como conviver com um passado doloroso em um presente democrático, administrando conflitos que não se encerraram com a mera passagem institucional de um governo autoritário para um democrático”<sup>33</sup>. Assim, para alcançar uma compreensão mais aprofundada sobre o que resta da ditadura na democracia, considero fundamental pensar o processo de transição daquela para esta. Segundo Mezarobba, a transição brasileira teria sido um compromisso entre as elites oligárquicas e os militares para que os últimos fossem se retirando de gradualmente da esfera política, reassumindo sua posição de defesa do território do país e dos poderes constitucionais. Em troca, as elites aceitariam a avaliação militar sobre a ditadura: esta teria se tratado de uma *revolução*, visando a defesa das instituições republicanas e o combate à ameaça comunista<sup>34</sup>, que acabou resultando em “exceções” de ambas as partes, militantes e militares.

Por conseguinte, esta mesma lógica conciliatória orientou a aprovação da lei nº 6.683, de agosto de 1979, a Lei de Anistia<sup>35</sup>. Seu caráter de não-atribuição de pertinência temporal (datas e circunstâncias das mortes) e material (localização dos corpos), salienta Bauer, constitui a dificuldade de representação e materialização dos fatos, uma vez que “é o lugar do oco, da lacuna aberta, do ciclo inacabado. Diante da incerteza dos acontecimentos, o não-dito se revela num emaranhado de imprecisões, ampliando a angústia do não saber”<sup>36</sup> e estabelecendo o controle do passado a partir de sua interdição.

Resumidamente, o rompimento com o regime autoritário levou o país “de uma visão da política como enfrentamento e violência para um modelo do consenso, acordado em negociações entre os representantes políticos”<sup>37</sup>, propositando a homogeneização das

---

<sup>32</sup> BAUER, 2017, p. 148.

<sup>33</sup> TELES, Édson (et al...). (Orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, vol. 1 e 2. São Paulo: Editora Hucitec, 2009. p. 316-317.

<sup>34</sup> Cf. DREIFUSS, René Armand. *1964 – a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

<sup>35</sup> BRASIL. Lei n. 6.683 de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 28/08/1979.

<sup>36</sup> BAUER, 2017, p. 17.

<sup>37</sup> TELES, Edson. Políticas do silêncio: a memória no Brasil pós-ditadura. In: *Anais XXVIII International Congress of the Latin American Studies Association*. 2009. p. 1.

significações do passado ditatorial recente. Por conseguinte, efetuou-se no país uma lógica de “perdão recíproco”, sem a apuração das violações cometidas no período pós-64 - “nem mesmo com o objetivo humanitário de fornecer às vítimas e seus familiares relatos para que pudessem conhecer e elaborar a memória daqueles acontecimentos ou para recuperar os corpos das pessoas mortas ou desaparecidas”<sup>38</sup>. Zilda Iokoi afirma, inclusive, que a efetivação destas políticas de desmemória significaria uma série de aspectos de continuidade em relação às violações de direitos humanos, de modo que a transição brasileira teria sido mera “*transição metaforizada*”, uma retórica de mudança sem mudanças<sup>39</sup>.

Esta lógica diz respeito ao que Ricard Vinyes denominou “*ideologia da reconciliação*”, um instrumento de assimilação cuja vocação seria “devorar cualquier elemento antagónico y expandir las certezas absolutas en que se sostiene a través de ritos y símbolos que [...] conmemoran una memoria tranquilizadora, por lo general la memoria de un éxito conseguido tras sufrimiento y voluntad”<sup>40</sup>. Silenciam-se, então, as divergências subjetivas, próprias da democracia, de modo que não foi suficiente remover o entulho autoritário para resolver-se os problemas de exclusão da participação social no jogo político. Acrescenta-se a este contexto o *estigma da cordialidade*, amparado por uma cultura histórica comum à situações-limite de acordo com a qual o conhecimento dos *dois lados* possibilitaria a construção de uma *história total*.

Na experiência argentina, relembra Bauer, esta dicotomização foi apelidada *teoria dos dois demônios*, ao equiparar os crimes cometidos pelas organizações guerrilheiras com a tortura sistemática do Estado. Tal malabarismo retórico visava a “absolvição da sociedade civil de [...] colabora[ção] ou de omissão - pois os responsáveis pela violência dos anos 1960 e 1970 seriam os guerrilheiros e os militares -, bem como reforçava a democracia liberal como um valor máximo a ser consolidado nos processos de transição política”<sup>41</sup>. À adoção estatal desta memória conciliatória, Vinyes intitula *boa memória do Estado*. Segundo ele, esta seria uma característica comum aos Estados democráticos latino-americanos que,

---

<sup>38</sup> MEZAROBBA, Glenda. Entre reparações, meias verdades e impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil. *SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v. 7, n. 13, dez. 2010. p. 11.

<sup>39</sup> IOKOI, Z. M. G.. A longa tradição de conciliação ou estigma da cordialidade: democracia descontínua e de baixa intensidade. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida. (Org.). *Desaquiando a Ditadura: memória e justiça no Brasil*. 1ed. São Paulo: Hucitec, 2009, v. II, p. 499-523.

<sup>40</sup> Esta referência foi retirada de um artigo mimeografado do historiador catalão Ricard Vinyes, autor do conceito de “ideologia de reconciliação”. VINYES, Ricard. *Sobre víctimas y vacíos; ideologías y reconciliaciones; privatizaciones e impunidades*. 2009. Mimeo.

<sup>41</sup> MEZAROBBA, 2010, p. 45.

aún [que] reconociendo la existencia del daño y responsabilidad, elude[n] deliberada y pragmáticamente asumir las dimensiones éticas, psicológicas, jurídicas y económicas de las responsabilidades políticas: no hay que entrar en el conflicto, hay que darlo por superado, no es que esté superado, pero hay que actuar como si ésta fuera la realidad”<sup>42</sup>.

Trata-se de uma narrativa pacificadora sobre o passado, cujo objetivo é conquistar a unificação nacional através da elaboração de um consenso a respeito do que se passou<sup>43</sup>. Como aponta Pollak, “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis”<sup>44</sup>. Assim, o passado é parte fundamental da identidade nacional, de modo que Vernon afirma:

uma comunidade (tal qual uma comunidade nacional) abrange passado, presente e futuro, e isso é imutável. Se nos consideramos como uma comunidade, o que aconteceu no passado deve continuar presente para nós, assim como a forma como representamos coletivamente o passado e respondemos a ele é parte essencial da maneira pela qual nos definimos<sup>45</sup>.

Logicamente, tais representações do passado “são construções e, portanto, vinculam-se a questões ideológicas e políticas do presente em que são formuladas, sendo impossível pensar em uma instrumentalização neutra do passado, desprovida de interesses e funções específicas”<sup>46</sup>. Neste sentido, o passado formula e é formulado por disputas do presente, de modo que se torna possível pensar o passado “não como um estado que já se deu, mas como algo que faz sentido num dar-se agora, num movimento de atualização”<sup>47</sup>, numa *sucessão de agoras*, como suscitou Benjamin.

A passagem para século XXI é considerada um marco transformatório na representação do passado ditatorial do Cone Sul, visto o desenvolvimento de uma série de *políticas de memória*<sup>48</sup> fortalecedoras dos direitos humanos na região. Bauer ressalta que a

---

<sup>42</sup> VINYES, Ricard (ed.). *El Estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona: RBA, 2009b. p.p. 25-26.

<sup>43</sup> POLLAK, Michael. 1992. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10.

<sup>44</sup> POLLAK, 1989, p. 9.

<sup>45</sup> VERNON apud BAUER, 2017, p. 134.

<sup>46</sup> HUYSEN, Andreas. Os direitos humanos internacionais e a política da memória: limites e desafios. In: *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas de memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014, p. 181.

<sup>47</sup> CARDOSO, Irene. *Para uma crítica do presente*. São Paulo, 2001, p. 20.

<sup>48</sup> Por políticas de memória, entende-se “una acción deliberada, establecida por los gobiernos o por otros actores políticos o sociales con el objetivo de conservar, transmitir y valorizar el recuerdo de determinados aspectos del

sucessão de governos progressistas eleitos democraticamente, aliada a mobilização de setores da sociedade civil, tornou possível alterações na “*cultura de impunidade*” que imperava desde o término das ditaduras militares, dando lugar à “progressos na garantia dos direitos à justiça, à memória e à verdade”<sup>49</sup>. Entretanto, “é necessário estabelecer uma diferença entre medidas (concretas, como as pecuniárias, ou simbólicas, como a construção de memoriais e monumentos) e políticas de memória e reparação”<sup>50</sup>. De acordo com esta ótica, a existência de medidas transicionais não representa necessariamente um plano de gestão governamental estruturado, uma vez que a grande maioria de suas pautas é voltada aos *benefícios*, e não *sentidos* da reparação. Assim, “os beneficiários das medidas de memória e reparação, no Brasil, seriam unicamente os atingidos diretamente pela repressão, seja através das torturas físicas ou psicológicas, seja através da perseguição política e suas consequências (como a perda do emprego, etc)”<sup>51</sup>.

Todavia importantes, as reivindicações memoriais não devem incorrer no que Huyssen chama de *demonização do esquecimento*, sintoma das culturas contemporâneas (especialmente européias) de obsessão pela memória<sup>52</sup> e pelo trauma ao ponto de tornar o esquecimento sistematicamente *mal visto*<sup>53</sup>, ignorando sua função social. Sobre este respeito, Groppo sugere que o esquecimento atua na fundamentação das identidades coletivas, dependentes tanto de uma “memória comum quanto de olvidos compartilhados”<sup>54</sup>. Dessa forma, Candau não pensa o esquecimento numa ótica essencialmente negativa, mas como um fenômeno que “puede ser considerado también como una ventaja que permita a la persona o a un grupo construir o restaurar una imagen de sí, globalmente satisfactoria”<sup>55</sup>. Processo

---

pasado considerados particularmente significativos o importantes. Por la representación que propone del pasado, ésta apunta [...] a modelar la memoria pública y a construir, así, un cierto tipo de identidad colectiva. Utiliza el pasado reconstruyéndolo en función de los problemas y las preocupaciones del presente; aunque trabaja sobre el pasado, está vuelta hacia el futuro ya que ella dibuja implícitamente un cierto tipo de sociedad”. GROPPPO, Bruno. Las políticas de la memoria. *Sociohistórica*, n. 11 - 12, 2002, p. 192.

<sup>49</sup> BAUER, 2017, p. 32 - 33.

<sup>50</sup> BAUER, Caroline. Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar. In: *Revista Dimensões*. n. 32. 2014. p. 157.

<sup>51</sup> Idem.

<sup>52</sup> Considero importante ressaltar, ainda que não tenha condições de me aprofundar na temática nesta pesquisa, a crescente de críticas historiográficas sobre o “excesso de memória” do pós-Segunda Guerra Mundial. Cf. VINYES, R. Memoria, Democracia y Gestión. *Revista História & Perspectivas*, v. 29, n. 54, 2 ago. 2016. RICOEUR, Paul. *La memoria, la historia, el olvido*, 1. ed. en español Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. 2004.

<sup>53</sup> HUYSEN, Andreas. “Resistência à Memória: os usos e abusos do esquecimento público”. *Intercom*, Porto Alegre, 2004. passim.

<sup>54</sup> GROPPPO, 2002, p. 193.

<sup>55</sup> CANDAU, Joel. *Antropología de la memoria*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2002, p. 6.

semelhante acomete o conceito de *silêncio*, geralmente entendido como *falta* de memória, porém definido por Laborie enquanto “menos uma *recusa* de recordar que uma *maneira* de recordar”<sup>56</sup>. Há que se compreender o silêncio (e até mesmo o esquecimento) de parte da sociedade brasileira com relação à sua adesão e consentimento às políticas e valores propostos pela ditadura, portanto, como uma maneira de lembrar e um modo de presença no mundo.

Nessa conformidade, seria necessário atentar ao que Todorov categoriza como os *bons usos* da memória, de modo a aprender com o passado colocando-o à serviço do presente<sup>57</sup>. A memória e a gestão do passado “lejos de un lujo inútil o una operación masoquista a prolongar indefinidamente el sufrimiento” seriam, “por el contrario, la condición indispensable para intentar comprender el desastre actual y para orientarse hacia un futuro menos calamitoso”<sup>58</sup>. Deste modo, os bons usos do passado demandam atenção constante para sua *não-repetição* no presente. Afinal, já atentava Levi: “È avvenuto, quindi può accadere di nuovo...”<sup>59</sup>.

Em sua relação com o presente, as memórias contam muito sobre o constante deslocamento do interesse público quanto ao passado. Isto porque a memória diz respeito a “permanencia de un sistema de comportamientos, valores o creencias, en un mundo que, por definición, es cambiante”<sup>60</sup>, tornando-se indissociável do processo social (e político). A preocupação estatal com o desenvolvimento e a propagação de uma memória coletiva, segundo Rousso, objetiva a articulação das rupturas - sempre vividas de modo mais ou menos traumático - com a continuidade dos acontecimentos individuais e das estruturas sociais. Este seria o papel das comemorações oficiais, dos monumentos, das associações recordatórias... Enfim, dos *lugares de memória*<sup>61</sup> institucionais, “parte de las estrategias para enfrentar las consecuencias de conflictos políticos y establecer condiciones para recuperar la convivencia y la paz social.”<sup>62</sup>.

---

<sup>56</sup> LABORIE apud CORDEIRO, Janaína Martins. 2009. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 43. p. 98.

<sup>57</sup> TODOROV, Tzevetan. Los abusos de la memoria. Barcelona: Paidós. 2000. passim.

<sup>58</sup> GROppo, 2002. p. 188.

<sup>59</sup> LEVI, Primo. *I sommersi e i salvati*. Einaudi. Torino, 1997.

<sup>60</sup> ROUSSO, Henry. Para una historia de la memoria colectiva: el post-Vichy. *Aletheia*, Buenos Aires, v. 3, n. 5, p. 1-14, dez. 2012. p. 4-5.

<sup>61</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História* (PUC-SP). v. 10, 1993.

<sup>62</sup> LIRA, Elizabeth. *Memoria y conveniencia democrática: políticas de olvido y de memoria* – 1ª. ed. – San José, C.R.. FLACSO, 2010. p. 8.

Explicita-se então a vinculação íntima entre a memória e a política. De acordo com Forster, “la memoria es una política. La memoria es un territorio de conflictos. La memoria nunca es ingenua, nunca es neutral, nunca es objetiva. [...] La memoria entonces es un campo de batalla, es un lugar de conflicto, es un lugar bélico”<sup>63</sup>. Neste sentido, para Bauer tais tensões sobre a memória permitem a reflexão de que

ao contrário do que se supõe sobre o Brasil ser um país ‘desmemoriado’, existem múltiplas memórias e representações sobre a ditadura, e os conflitos entre culturas históricas e cronosofias tornam-se explícitos quando algum tema relativo ao período é discutido no espaço público<sup>64</sup>.

Desse modo, procuro refletir sobre a produção do discurso político enquanto processo de gestão destas memórias, representações e cronosofias envolvendo “múltiples actores sociales y políticos que van estructurando relatos del pasado y, en el proceso de hacerlo, expresan también sus proyectos y expectativas políticas hacia el futuro”<sup>65</sup>. Assim, reforço a necessidade de pensar “las propiedades de quien narra, de la institución que le otorga o niega poder y lo/a autoriza a pronunciar las palabras - ya que, como señala Bourdieu, la eficacia del discurso performativo es proporcional a la autoridad de quien lo enuncia”<sup>66</sup>. Nesta conjuntura, Jelín ressalta que “el Estado tampoco se presenta de manera unitaria. [...] Dentro mismo del Estado hay lecturas múltiples en pugna, que se articulan con la multiplicidad de sentidos del pasado presentes en el escenario social”<sup>67</sup>. Justifica-se, portanto, o estudo dos usos do passado ditatorial brasileiro, no campo institucional, através dos discursos presidenciais.

Parto, então, a discutir questões relativas ao campo do discurso político - em sua mais alta patente republicana, o discurso presidencial. Para Céli Pinto, este seria

uma tentativa de dar sentido ao real, uma tentativa de fixar sentidos, precária, mas exitosa: precária enquanto não essencial e por isso, constantemente ameaçada de ser desconstruída; exitosa porque, no que pese a ameaça, contém uma continuidade histórica. Quando o tema é o discurso político, esta dinâmica é muito simples de ser observada: o que é um discurso político, se não uma repetida tentativa de fixar sentidos em um cenário de disputa?<sup>68</sup>.

---

<sup>63</sup> FORSTER, R. (2002). La memoria como campo de batalla, *Revista Puentes*, 8, p. 16.

<sup>64</sup> BAUER, 2017, p. 233.

<sup>65</sup> JELÍN, 2001, p. 42.

<sup>66</sup> Idem, *ibidem*, p. 35.

<sup>67</sup> Idem, *ibidem*, p. 44.

<sup>68</sup> PINTO, C. R. J. Elementos para uma análise do discurso político. *Barbarói*, v.24, 2006. p. 9.

Esta tentativa de fixação dos sentidos é entendida por Pinto como uma *luta* pela construção do antagonismo, uma vez que cada discurso busca construir não apenas sua visão de mundo, mas, no caso do discurso político, o fazê-lo em oposição à visão de mundo do *inimigo*. Deve-se questionar por que, portanto, discursos específicos se instalam, por que alguns têm uma permanência histórica maior que outros, e por que, ainda, alguns desaparecem rapidamente. De acordo com a autora, “as respostas a essas indagações envolvem a discussão da relação entre poder e discurso, isto é, as [...] formas de institucionalização [do discurso]”<sup>69</sup>.

É justamente esta questão de institucionalização do discurso político que procuro observar. Para o linguista francês Charaudeau, o discurso e a política são ligados de tal forma que este não existe sem aquela: “o discurso político não esgota, é claro, todo o conceito político, mas não há política sem discurso. Este é constitutivo daquela”<sup>70</sup>. Sobre isto, Michel Foucault<sup>71</sup> afirma que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”<sup>72</sup>.

O discurso político trata, finalmente, da busca pela construção da *hegemonia*, ou seja: “[d]a eliminação das diferenças que existem entre os diversos eleitores, entre os diversos grupos construindo uma cadeia de equivalência, onde o interesse de um grupo apareça no discurso como sendo o interesse do conjunto das pessoas”<sup>73</sup>. Esta característica é especialmente observável nos discursos presidenciais - ainda que seja possível argumentar que o presidente não é o responsável direto pela escrita de seus discursos (é bastante provável que esta função seja destinada a sua equipe de assessoria), “cuando el Presidente pronuncia su mensaje, este último adquiere el poder simbólico y la legitimidad de la institución estatal, independientemente de la identidad concreta del redactor. El Presidente y su palabra son indivisibles como entidad política”<sup>74</sup>.

---

<sup>69</sup> Ibidem, p. 19.

<sup>70</sup> CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 39.

<sup>71</sup> Ao trabalhar com as concepções foucaultianas, penso ser necessário ressaltar que, para Foucault, o conceito de discurso não diz respeito às figuras políticas, mas à outras autoridades abstratas como as disciplinas, ciências, senso comum, etc. Todavia, embora suas reflexões sobre o tema possuam outros interesses e referenciais, suas ressalvas quanto à relação de poder inerente aos discursos me parece bastante útil a esta pesquisa.

<sup>72</sup> FOUCAULT, 2012, p. 12.

<sup>73</sup> PINTO, 2006, p. 103.

<sup>74</sup> ARMONY, Victor. Aportes teórico-metodológicos para el estudio de la producción social de sentido a través del análisis del discurso presidencial. In: Revista Argentina de Sociología. Año 3, nº 4 (2005). p. 35.

Esta questão diz respeito ao conceito foucaultiano de *formação discursiva*, “conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço e que definem em cada época dada e para cada área social e econômica, geográfica ou lingüística dada as condições do exercício da função enunciativa”<sup>75</sup>. Nesta conformidade, “[...] as condições sociopolítico-ideológicas mapeiam, num dado momento histórico-social, as possibilidades de expressão e, portanto, de produção de sentido pelo sujeito”<sup>76</sup>. Sinteticamente, isto significa que ao analisar discursos, deve-se levar em consideração suas *condições de emergência*, ou seja, aquilo que permite ao discurso fazer sentido no meio em que surge.

Nas palavras de Foucault,

los discursos no son simplemente una suerte de película transparente a través de la cual y gracias a la cual se ven las cosas; no son simplemente el espejo de lo que se dice y de lo que se piensa. El discurso tiene su propia consistencia, su espesor, su densidad, su funcionamiento. Las leyes del discurso existen como las leyes económicas. Un discurso existe como un monumento, existe como una técnica, existe como un sistema de relaciones sociales, etc.<sup>77</sup>.

Esta densidade específica expressa-se em uma trama de de *ditos* e *não-ditos* que costura o tecido do discurso presidencial. Orlandi salienta que todo o dizer é uma relação fundamental com o não-dizer. “Como o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição do sujeito - ao dizer, ele estará, necessariamente, não dizendo outros sentidos”<sup>78</sup>. Assim surge o que Orlandi denomina “*política do silêncio*”<sup>79</sup>, definida pelo recorte entre o que se diz e o que não se diz, relação em que uma palavra apaga *obrigatoriamente* as outras. “Quando se trata de analisar o silêncio, não se tem marcas formais; o que se tem são pistas, traços. [...] É a historicidade inscrita no tecido textual que pode tornar o silêncio compreensível”<sup>80</sup>. Ou seja, historicizar o discurso é, também, acessar a *presença da ausência*, de modo a observar as lutas pelas representações do passado enquanto lutas pelo poder, através da implicação de narrativas disputando legitimidade.

---

<sup>75</sup> FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1997, p. 35.

<sup>76</sup> CORACINI apud FERNANDES, 2005, p. 31.

<sup>77</sup> Entrevista de Claude Bonnefoy à Michel Foucault realizada em 1966. Publicada pela primeira vez em set/2004, no diário *Le Devoir* (Montréal, Canadá).

<sup>78</sup> CASARIN, Ercília. Relações entre o político e o religioso no discurso político de L. I. Lula da Silva. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999. p. 133.

<sup>79</sup> ORLANDI, E.P. (1995) *As formas do silêncio* — no movimento dos sentidos. 3 ed. Campinas: Ed. Unicamp.

<sup>80</sup> CASARIN, 1999, p. 133.

Levando este acúmulo de referenciais em consideração, ressalto que procuro trabalhar com os discursos presidenciais de FHC, Lula e Dilma entendendo-os enquanto tentativa de difusão de uma memória hegemônica sobre o passado ditatorial recente, bem como investigo os usos políticos deste passado em relação à suas conjunturas de governo. Para tanto, separei esta pesquisa em três capítulos, cada qual abordando um presidente. Mantendo estruturas similares entre si, os capítulos encontram-se subdivididos em duas partes, de modo que primeiramente discorro sobre as trajetórias políticas dos presidentes (com enfoque em suas militâncias no decorrer da ditadura civil-militar), apresentando também as principais medidas transicionais de suas administrações para, feita esta contextualização, em seguida empreender as análises propriamente ditas de suas manifestações oficiais.

## 1. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Neste capítulo analiso as narrativas sobre o passado ditatorial brasileiro nos discursos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso. Para tanto, apresento sua trajetória política<sup>81</sup>, direcionando meu foco à suas atividades no período de vigência da ditadura civil-militar brasileira (à época FHC exilou-se no Chile, e posteriormente na França, para escapar de um mandado de prisão expedido pelos órgãos repressores). A conjuntura político-social de seu governo - em especial no que diz respeito às batalhas de memórias e à suas medidas transicionais<sup>82</sup> - também demanda atenção, ao passo que elabora as condições de emergência de suas falas enquanto chefe de Estado.

É buscando atender a estes objetivos que divido o presente capítulo em duas partes. A primeira, *A academia, o exílio, a presidência*, apresenta estas três significativas etapas da história de FHC como eixos principais para a compreensão de sua identidade enquanto figura pública. Acompanho sua formação acadêmica em Sociologia ao longo da década de 1950, seu exílio em meados de 1960 e sua ascensão na política institucional a partir do final dos anos 1970, até atingir a presidência em 1995. Seu governo foi marcado pelo controle da inflação e por uma nova política econômica e monetária através da criação do Real, pela privatização de empresas estatais e abertura do mercado, por crises internacionais, de estagnação econômica e do *apagão*.

Com relação a gestão do passado ditatorial, de modo geral considero que seu governo apresentou posturas progressistas para a conjuntura latino-americana do período<sup>83</sup>, sendo responsável pela elaboração da primeira medida memorial sobre a ditadura civil-militar, uma década após seu término. Em seu primeiro ano como chefe de Estado, assinou a Lei n. 9.140 de 4 de dezembro de 1995, segundo a qual o governo federal assumia a responsabilidade pela morte dos desaparecidos políticos e garantia às famílias o direito ao óbito do familiar e posterior indenização. Todavia, no final de seu segundo mandato, atendendo as demandas das

---

<sup>81</sup> Estando ciente do extenso debate historiográfico sobre o estudo de biografias e/ou trajetórias de vida, registro que não intento um aprofundamento de tais questões, tendo como objetivo principal neste momento apenas a contextualização dos presidentes no cenário político brasileiro à época da ditadura. Assim, uma análise sobre a experiência desses sujeitos e sua possível relação com as políticas de memória desenvolvidas por seus governos, diria respeito a outra pesquisa.

<sup>82</sup> De mesmo modo, pontuo algumas questões sobre seu governo visando apenas expor a conjuntura de emergência que possibilitou ou demandou determinados usos do passado ditatorial.

<sup>83</sup> Para saber mais sobre o panorama de gestão do passado ditatorial na América Latina no plano institucional ao longo da década de 1990, ver JELÍN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Siglo Veintiuno editores, España 2001.

forças militares, acabou por prorrogar os prazos de sigilo sobre os arquivos da repressão. Deste modo, procuro investigar as tensões políticas responsáveis por tamanhas discrepâncias quanto a elaboração de suas políticas.

*“Dói-me o sorriso triste de meu ex-aluno Vladimir Herzog”*: a ditadura civil-militar brasileira nos discursos presidenciais de FHC é o nome do segundo subcapítulo, no qual passo, efetivamente, à análise dos discursos de Fernando Henrique Cardoso. A seleção de oito de suas manifestações oficiais buscou abranger uma variedade de incidências sobre a temática, de modo a construir um corpo discursivo capaz de oferecer as perspectivas de Fernando Henrique sobre diversos aspectos da ditadura. Assim, o corpo discursivo da pesquisa é composto por falas de Cardoso nas quais o mesmo ressalta os aspectos do que chama de *progresso econômico* do governo militar, outras em que rechaça o desrespeito aos direitos humanos promovido sistematicamente pelo Estado no período e, ainda, a exaltação do ditador Ernesto Geisel quando em ocasião de seu falecimento no ano de 1996.

As concepções de temporalidade, fundamentais para o estabelecimento de lembranças sobre o passado, também serão observadas: FHC vivencia o tempo histórico em linearidade, ou faz menção à quebras cronológicas? Para ele, a ditadura é dada como um episódio encerrado na história brasileira ou um processo cujas repercussões no presente caracterizam certa contemporaneidade? Como afirma Bauer, “no tempo cronológico, o passado pode estar distante ou ser diferente do presente, mas na temporalidade histórica, o presente pode aproximar-se ou se distanciar a partir das interrogações que orientam a construção da análise”<sup>84</sup>. Neste sentido, procuro identificar a memória sobre o passado ditatorial que Fernando Henrique busca empoderar institucionalmente em relação à sua experimentação do tempo e às conjunturas político-sociais de seu governo.

## **1. A academia, o exílio, a presidência**

Fernando Henrique Cardoso (Rio de Janeiro, 18 de junho de 1931) é oriundo de uma tradicional família de militares e políticos do Império brasileiro<sup>85</sup>, e seu pai fora general de

---

<sup>84</sup> BAUER, 2017, p. 124.

<sup>85</sup> Seu bisavô foi o capitão Felicíssimo do Espírito Santo, deputado e senador pelo Partido Conservador e presidente da província de Goiás; e o avô foi o general de brigada Joaquim Ignácio Baptista Cardoso. Cf:

brigada e deputado federal pelo PTB. Com a transferência deste, Leônidas Cardoso, para a 2ª Região Militar em 1940, FHC mudou-se para a capital paulista onde viria a completar seus estudos, graduando-se em Sociologia na USP. Seu histórico familiar de atuação nos campos político e militar é apontado pelo próprio como o principal motivador de sua trajetória política-pessoal: quando o regime do Estado Novo entrou em crise, esteve pela primeira vez ao lado seu pai nas campanhas pela anistia lutando pela reconstitucionalização do país<sup>86</sup>.

Por meados de 1950, Cardoso atuava como colaborador da imprensa partidária do PCB, editando a revista *Fundamentos* - afastou-se definitivamente do campo comunista, entretanto, com a invasão da Hungria pela União Soviética em 1956. Ao longo dos anos seguintes, FHC seguiu se especializando, defendendo sua tese de doutoramento sobre o capitalismo e a escravidão e cursando pós-graduação no *Laboratoire de Sociologie Industrielle* da Universidade de Paris, até tornar-se professor de Ciência Política na USP, com grau de livre-docente, em 1963.

Com a deposição do presidente João Goulart e a ascensão das forças militares em 1964, Fernando Henrique esteve entre os professores e intelectuais perseguidos pela polícia política, tendo recebido uma ordem de prisão preventiva<sup>87</sup>. Por esta razão, Cardoso exilou-se no Chile, onde passou a lecionar em diversas universidades, aprofundando sua carreira acadêmica (foi nesta época que elaborou seu livro de maior destaque, *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, lançado em 1969 e responsável por projetá-lo internacionalmente como um dos mais relevantes cientistas sociais latino-americanos).

Em entrevista para o sociólogo Bernardo Sorj, em 2010<sup>88</sup>, falou cruamente sobre a experiência do exílio: “O exílio foi um fato muito violento, para mim um fato quase

---

GARCIA JR, Afrânio. Raízes familiares do presidente Fernando Henrique Cardoso. In: *Tempo Social*. vol. 16, n.1. São Paulo, junho de 2004. passim.

<sup>86</sup>FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Fernando Henrique Cardoso*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/cardoso-fernando-henrique>>. Acesso em: 19 de Abril de 2018.

<sup>87</sup> A motivação da ordem de prisão permaneceu desconhecida até 1996, com a organização dos arquivos do general Peri Bevilacqua, ocasião na qual se descobriu que FHC havia sido acusado pelo *Departamento de Ordem Política e Social* (Dops) de “elemento extremista”, em razão de seus livros e sua participação na defesa do monopólio estatal do petróleo. Os informes militares a respeito de Fernando Henrique Cardoso foram retirados de GASPARI, Elio. Fernando Henrique Cardoso segundo os informes militares. In: *Arquivos da Ditadura*. Documentos reunidos por Elio Gaspari. Disponível em: <<http://arquivosdeditadura.com.br/documento/galeria/fernando-henrique-cardoso-segundo-os#pagina-1>>.

<sup>88</sup> Entendendo que este relato sobre acontecimentos passados trata de *memória* e que o trabalho com entrevistas demanda metodologias específicas, ressalvo que apenas utilizo as informações fornecidas por Fernando Henrique para melhor compreender sua formação enquanto sujeito político no período da ditadura civil-militar brasileira.

incompreensível [...]. Ser arrancado do seu país é uma coisa muito forte, muito, muito forte, é uma violência. Uma violência emocional muito grande. [...] Não existe doce exílio”<sup>89</sup>. O período no exílio trouxe à tona novamente questões familiares: “para mim, havia uma questão especialmente delicada porque eu havia sido posto para fora pelos militares. Meu pai era militar [...]. O Exército para nós [ele e seus irmãos], desde criança, era como se fosse a família, era como estar em casa, nunca um poder agressor”<sup>90</sup>.

Após três anos em Santiago, mudou-se para Paris, onde acompanhou a efervescência cultural de 1968. Ao final deste mesmo ano retorna ao Brasil para disputar posição de cátedra na área de Ciência Política, também na USP. À época, entendia que um processo de abertura política estava se encaminhando no país. Não era o caso: Fernando Henrique foi aprovado no concurso, ganhando a vaga - seis meses depois, porém, foi cassado pelo Decreto-Lei 477, conhecido como o *AI-5 das universidades*<sup>91</sup>. Sem direitos políticos e proibido de lecionar, em 1970 fundou o *Centro Brasileiro de Análise e Planejamento* (Cebrap), juntamente com outros professores universitários cassados. Segundo ele, a repressão cumpriu, ironicamente, o papel de aproximá-lo cada vez mais de ideais democráticos na política:

o golpe, o exílio, a cassação, a dificuldade de obter recursos para o Cebrap, tudo isso me ensinou a importância vital da democracia, inclusive para a própria sobrevivência [...]. Na época, o MDB era o único partido legal da oposição. Eu fui um dos primeiros a dizer: temos que nos juntar ao MDB, pois sem a mediação dos partidos não é possível mudar a estrutura estatal<sup>92</sup>.

Assim, em 1974, a convite de Ulysses Guimarães, FHC filiou-se ao MDB, o partido de oposição consentida à ditadura, sendo responsável por elaborar a plataforma eleitoral daquele pleito. Somente concorreu a um cargo político em 1978, quando lançou-se candidato ao Senado Federal de São Paulo (todavia, não se elegeria até 1986). Anistiado em 1979, tornou-se um dos grandes articuladores do movimento das Diretas Já. Ao final dos anos 1980, agora como um dos senadores mais votados da história paulista, assumiu o papel de líder do PMDB, sucessor natural do MDB após o retorno do multipartidarismo. Em razão de disputas

---

<sup>89</sup> SORJ, B.; FAUSTO, S.. O sociólogo e o político: entrevista com Fernando Henrique Cardoso. In D’INCAO, M. A.; MARTINS, H.. (orgs.). *Democracia, crise e reforma: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo, Paz e Terra. 2010. p. 46.

<sup>90</sup> Idem.

<sup>91</sup> BRASIL. Decreto-Lei n. 477 de 16 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 26/2/1969, página 1706.

<sup>92</sup> SORJ, 2010, p. 56.

internas, porém, em 1988 Fernando Henrique abandona o partido para fundar o PSDB. Por volta deste mesmo período compôs o corpo da Assembléia Nacional Constituinte, responsável por elaborar a nova Constituição brasileira.

A partir de então, ascendeu de cargos rapidamente, atingindo o status de Ministro das Relações Exteriores em 1992 no governo Franco, após apoiar o impeachment de Fernando Collor (a quem havia sido favorável nas eleições de 1989). No ano seguinte, foi nomeado ao Ministério da Fazenda e um dos principais desenvolvedores do *Plano Real* para conter a hiperinflação que assolava o país. Em 1994, Itamar Franco o escolheu para concorrer a presidência, e o sucesso da nova moeda impulsionou sua campanha a tal ponto que derrotou Lula - o candidato favorito nas pesquisas até junho daquele mesmo ano - ainda no primeiro turno. Segundo Singer, “como um acidente geográfico que subitamente transforma toda a paisagem, o programa de estabilização econômica produziu uma mudança na orientação de parcelas significativas do eleitorado: do voto por insatisfação com o governo de centro e direita para um voto por expectativa de resultado”<sup>93</sup>. Assim, Fernando Henrique Cardoso elegeu-se Presidente pela primeira vez, repetindo o feito em 1999.

Para Belieiro, os oito anos da “Era FHC” representam a “primeira vez [que] um governo encampou vários projetos de mudança a partir de um novo paradigma interpretativo, o neoliberalismo. Sem nenhuma dúvida, foi a primeira iniciativa política claramente comprometida com uma estratégia reformista baseada no ideário liberal”<sup>94</sup>. Nesta conformidade, Cardoso lançou mão de políticas de privatizações visando combater a inflação, o que resultou na venda de boa parte do patrimônio industrial público construído nas décadas anteriores no Brasil. Para tanto, direcionou seus esforços de articulação política<sup>95</sup> à uma série de reformas constitucionais - ainda que tenha composto a Assembleia Constituinte, seu governo considerava a Constituição de 1988 “*estatista*” e “*corporativista*”, pejorativamente associando-a com a ineficiência em meio à nova realidade imposta pela globalização.

Este ímpeto reformista implicou uma revisão crítica do passado - posto que seu principal alvo fosse a Era Vargas, “identificada como sinônimo de atraso, na qual por

---

<sup>93</sup> SINGER, André Vitor. 2002. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro. A identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo. p. 1.

<sup>94</sup> BELIEIRO JUNIOR, José Carlos Martines. Notas de Análise sobre a Era FHC (1994-2002). *Barbarói* (USCS), v. 2. 2006. p. 90.

<sup>95</sup> A conquista da maioria parlamentar através da aliança do PSDB com o maior partido da direita brasileira, o PFL, foi fundamental neste sentido. Num quadro de muitos partidos em meio a uma cultura política individualista, FHC conseguiu montar uma estratégia política concentrado poderes em arenas restritas, buscando minimizar conflitos. Para saber mais, ver BELIEIRO, 2006.

extensão, entrariam o nacionalismo econômico, o estatismo e todas as demais instituições montadas nos tempos do nacional-desenvolvimentismo”<sup>96</sup>, FHC também se mostrava crítico ao próprio processo de transição democrática. Afinal, Cardoso representava a superação da *década perdida* dos anos 1980, assim denominada devido a uma série de agendas não resolvidas pelos governos que o antecederam (dentre as quais inserem-se a falta de medidas de elaboração do passado ditatorial).

Neste sentido, proponho a observação de duas medidas memoriais do governo Fernando Henrique. São estas a aprovação da *Lei dos Desaparecidos Políticos do Brasil*<sup>97</sup>, em 1995, e a assinatura do Decreto 4.553<sup>98</sup>, no ano de 2002, a respeito do sigilo sobre documentos de órgãos públicos. Ao longo dos anos do pós-ditadura as demandas sociais apresentadas por defensores dos direitos humanos organizados, bem como o enfrentamento de grupos políticos com capacidade decisória, influenciaram no desenho das chamadas *medidas transicionais*, “políticas públicas [que] dependem do entendimento sobre os acontecimentos passados que nos trouxeram ao ponto em que estamos”<sup>99</sup>.

Pode-se afirmar que o Estado brasileiro no decorrer da primeira década da Nova República não priorizou a elaboração de medidas efetivas sobre o passado ditatorial recente: o ex-presidente José Sarney, por exemplo, manteve o Conselho de Segurança Nacional e o Serviço Nacional de Informação como estruturas funcionais em seu governo, enquanto Fernando Collor transferiu uma série de registros policiais a jurisdições estaduais, impedindo a uniformização do acesso aos arquivos da repressão. Desse modo, ao assinar a Lei n. 9.140 de 4 de dezembro de 1995<sup>100</sup>, Fernando Henrique Cardoso torna-se o primeiro governante a elaborar mecanismos de desenvolvimento efetivo da *justiça transicional*<sup>101</sup>

---

<sup>96</sup> BELIEIRO, 2006, p. 91.

<sup>97</sup> BRASIL. Lei n. 9.140 de 4 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas as pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 05/12/1995. p. 1985, col. 1. 1995.

<sup>98</sup> BRASIL. Decreto n. 4.553, de 27 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 30 de dezembro de 2002.

<sup>99</sup> TEIXEIRENSE, Pedro Ivo C.. O que resta da ditadura, o que havia de nós: história e memória nos mecanismos de justiça de transição no Brasil. *Cantareira* (UFF), v. X, 2014., p. 6.

<sup>100</sup> Para saber mais sobre a Lei dos Desaparecidos Políticos, ver TEIXEIRENSE, Pedro Ivo C.. Quem deve morrer? Algumas reflexões sobre história e memória no processo de formação da Lei 9.140/95 que cria a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. In: Silveira, Diego Omar da; Leite, Isabel Cristina; Ayala, Mario.. (Org.). *Questões de América Latina Contemporânea: novos objetos, novas dimensões, novas temporalidades..* 1ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016, v. 1, p. 103-117.

<sup>101</sup> Por justiça transicional entende-se “uma resposta concreta ao legado de violência deixado por regimes autoritários e/ou conflitos civis em escala. Seu objetivo é o (r)estabelecimento do Estado de direito, o reconhecimento das violações aos direitos humanos - suas vítimas e autores, e a promoção de possibilidades de

brasileira. A assumpção de responsabilidade por parte do governo federal pela morte dos desaparecidos políticos garantia às famílias o direito ao óbito do familiar e posterior indenização. Todavia, encarregava a estes mesmos familiares o ônus da prova sobre esta responsabilidade, ao passo em que não oferecia indicativo de abertura ou disponibilização de arquivos para investigação. Segundo Bauer, isto significava uma grande contradição:

neste sentido, [a lei] pode ser considerada como uma segunda anistia, pois reconhece a responsabilidade do Estado nas mortes e nos desaparecimentos de opositores políticos, mas não cria qualquer instrumento que obrigue o Estado a investigar nem julgar os responsáveis por esses crimes, ou seja, perpetuando a impunidade e imunidade dos agentes dos órgãos de repressão brasileiros<sup>102</sup>.

Por conseguinte, ainda que representando um marco na gestão do passado da ditadura, a Lei dos Desaparecidos foi considerada por familiares das vítimas da repressão, ex-presos políticos e grupos organizados dos direitos humanos um projeto político insuficiente<sup>103</sup>. Insatisfeitos, estes “transmutaram-se em detetives-historiadores, buscando, ao mesmo tempo, provas jurídicas e históricas que possibilitassem a identificação dos culpados e a compreensão do passado recente do país”<sup>104</sup>, dando início a um processo de erupção de *memórias subterrâneas* ao espaço da esfera pública.

Para Pollak, quem originou o conceito,

a fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias

---

reconciliação e consolidação democrática”. Cf. GENRO, Tarso; ABRÃO, Paulo. Memória histórica, justiça de transição e democracia sem fim. In: SANTOS, Boaventura de Souza, et al... (Orgs.). *Repressão e memória política no contexto Ibero-americano*. Brasília: Ministério da Justiça; Portugal: Universidade de Coimbra, 2010.

<sup>102</sup> BAUER, 2014, p. 159.

<sup>103</sup> Ainda que tenha eleito a Lei dos Desaparecidos para este olhar mais aproximado, considero importante ressaltar que outras políticas de memória foram desenvolvidas pelo governo FHC, tais quais “a instalação da *Comissão de Anistia* pelo Ministério da Justiça, em 28 de agosto de 2001, para analisar os pedidos de indenização de pessoas impedidas de exercer atividades econômicas por motivação exclusivamente política, entre 1946 e 1988, e a promulgação da Lei 10.536, de agosto de 2002, que alterou o texto da Lei 9.140, estendendo o período de responsabilidade do Estado por mortes e desaparecimentos até outubro de 1988 (e não mais 1979, como previa a anterior)”. Cf. HEYMANN, Luciana. O “devoir de mémoire” na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. Extraoficialmente, as Forças Armadas, ao longo dos anos Cardoso, também passaram a adotar critérios mais rígidos para o controle de manifestações de apologia ao golpe de 1964.

<sup>104</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, n. 26. 2007, p. 129.

marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto<sup>105</sup>.

Evidencia-se assim o caráter da memória de “objeto de disputas, conflictos y luchas, lo cual apunta a prestar atención al rol activo y productor de sentido de los participantes en esas luchas, enmarcados en relaciones de poder”<sup>106</sup>. É de acordo com esta lógica, embebida em relações de poder a disputar o controle das narrativas sobre o passado que devemos compreender a assinatura do Decreto 4.553, responsável por ampliar irrestritamente o tempo que um documento de órgão público pode permanecer secreto. Atendendo às demandas das Forças Armadas, esta medida de FHC, assinada em dezembro de 2002, foi considerada inconstitucional por sua contrariedade à *Lei de Arquivos*<sup>107</sup>, que fixava em sessenta anos o prazo máximo de restrição a documentos sigilosos referentes à segurança da sociedade e do Estado. O novo decreto também impossibilitava, ao impedir o acesso à materialidade dos arquivos da repressão, a comprovação dos testemunhos das vítimas do terror de Estado.

Tratava-se, pois, de uma *política do silêncio*, providência responsável por “abafa[r] a ebulição do caldo cultural nacional [visando] eliminar da memória coletiva a repetição das palavras que dizem o indizível da repressão política”<sup>108</sup>. Bauer salienta que o silêncio como política deve ser entendido como consequência de uma sociedade que desvaloriza a democracia em oposição ao passado autoritário, o que contribui para a legitimação social e institucional de narrativas de impunidade<sup>109</sup>. Apontando o impacto deste silenciar forçado na cultura política do país, Teles afirma categoricamente que

as veladas promessas de transparência não cumpridas fazem das relações democráticas atos de discursos sem presença, carente de sujeitos, sofrendo como consequência a falta de escuta e de retorno dialógico para transformar o quadro de impunidade e autoritarismo presentes na ação política democrática. Quando o ato de obscurecer traços do vivido se configura como segredo institucional – algo sabido, mas não dito –, então temos a opção por uma política do silêncio<sup>110</sup>.

---

<sup>105</sup> POLLAK, 1989, p. 8.

<sup>106</sup> JELIN, 2001, p. 2.

<sup>107</sup> BRASIL. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial de 29 de junho de 1989 - Seção I.

<sup>108</sup> TELES, 2009, p. 4.

<sup>109</sup> BAUER, 2014, p. 8.

<sup>110</sup> Idem, p. 13.

Para Schmidt, então, “a abertura dos arquivos permitiria afugentar certos fantasmas que atormentam a sociedade brasileira, espectros esses alimentados pelos segredos zelosamente guardados por instituições ligadas à repressão política, em especial as Forças Armadas”<sup>111</sup>. Nesta perspectiva, obstruir o conhecimento sobre o passado (alimentar seus espectros) facilitaria a configuração do que Irene Cardoso denomina *modo de aproximação melancólico* do passado: “o melancólico é uma memória estranha: tudo findou, ele parece dizer, mas eu permaneço fiel a esta coisa finda, estou colado a ela, não há futuro... Um passado hipertrofiado, hiperbólico, ocupa todas as dimensões da continuidade psíquica”<sup>112</sup>.

À primeira vista, portanto, a Lei dos Desaparecidos e o Decreto n. 4.553 parecem políticas mutuamente exclusivas e contraditórias para um mesmo governo, porém considero importante identificar nessa contrariedade a concretização institucional da disputa pelos usos do passado. Destaca-se, assim, o conflito entre “dominação e resistência dentro da normatização do regime constitucional. As limitações dos atos de memória fabricados pelos recentes governos democráticos ficam expostas na tensão entre a razão política consensual e as memórias e heranças da ditadura”<sup>113</sup>. Por conseguinte, penso ser importante navegar nas interjeições de Fernando Henrique Cardoso (em meio a seus ditos e não-ditos) buscando pistas que permitam uma compreensão mais aprofundada sobre tamanha tensão.

## **2. “Dói-me o sorriso triste de meu ex-aluno Vladimir Herzog”: a ditadura civil-militar brasileira nos discursos presidenciais de FHC**

Trato, agora, da análise dos usos do passado nos oito discursos presidenciais de FHC selecionados como corpo discursivo desta pesquisa. De maneira geral, e semelhantemente a sua plataforma de campanha, Fernando Henrique tende a focar em seus discursos na apresentação de projetos econômicos visando a estabilização da inflação e do Real, principal capital simbólico<sup>114</sup> de seu governo<sup>115</sup>. As relações internacionais do país, com vistas à

---

<sup>111</sup> SCHMIDT, 2007, p. 160.

<sup>112</sup> KRISTEVA apud CARDOSO, p. 175.

<sup>113</sup> TELES, 2009, p. 2.

<sup>114</sup> Conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu. Cf. BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais. In: *Novos Estudos*. CEBRAP, n. 96. São Paulo, julho de 2013.

<sup>115</sup> A estabilização econômica diz respeito, principalmente, ao primeiro mandato de Cardoso, tendo em vista que a economia volta a sofrer no final da década de 1990, reduzindo a popularidade do ex-presidente para abaixo da taxa dos 30%. Cf. TOLEDO, José Roberto. *FHC volta a bater recorde de rejeição*. São Paulo: Folha de S.

abertura ao mercado externo, também são mencionadas com frequência, bem como relativa preocupação com a busca por *justiça social* (em especial o combate à fome e a desigualdade racial), sob uma perspectiva liberal<sup>116</sup>. Fazendo uso de linguagem formal, ainda que acessível, Cardoso costuma estabelecer certa distância entre sua figura e o eleitorado, poucas vezes utilizando-se do pronome “*nós*” ou incluindo-se diretamente no conceito de nação - ainda que mostre disposição a homogeneizar a massa da população brasileira como “*um só Brasil*”.

Sociólogo, demonstra interesse na elaboração de avaliações sobre a sociedade brasileira ou determinados fenômenos políticos, em especial quando discursando para figuras políticas do cenário internacional. Todavia, discrepantemente de suas avaliações especializadas sobre questões econômicas ou sócio-históricas (ocasiões em que costuma apresentar dados, leituras...), parece intencionar a amplitude difusa com que se manifesta sobre a ditadura civil-militar em particular. Referindo-se a este passado como “*ausência de democracia*”, “*anos obscuros*” e, mais raramente, “*período autoritário*”, nunca propriamente nomeia ou caracteriza o regime de exceção e terror do Estado, o que evidencia uma postura conciliatória quanto ao inegável componente político do passado ditatorial a se projetar sobre o presente e o futuro<sup>117</sup>.

Para Hartog e Revel, em seu pioneiro livro “*Les usages politiques du passé*”, o emprego de narrativas históricas mobilizando discursos de origem, fundação ou ruptura, sempre evocam um passado cujo uso é demandado pelo presente. Isto não significa que tais narrativas devam ser entendidas como “distorções, ou versões falseadas, mas como parte dos debates políticos que subjazem as interpretações e elaborações de sentido sobre o passado”<sup>118</sup>. Deste modo, procuro compreender os discursos de FHC em suas facetas político-históricas, de relações de poder e em relação ao passado. Tal mobilização do passado diz respeito também, conforme aludido anteriormente, a experiência do tempo histórico.

Inter-relacionando estes conceitos e campos de análise, apresento os oito discursos selecionado para a pesquisa. Uma vez estabelecida anteriormente a significância particular dos discursos de posse para a nação brasileira, optei pela inclusão de ambos os *Discursos de*

---

Paulo. 20 de Junho de 1999. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc20069915.htm>>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

<sup>116</sup> Cf. POSSAMAI, A. P.. MAY, I. O. A justiça distributiva de John Rawls e seu impacto direto à inclusão socioeconômica. In: *Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas*. Santo Ângelo, v. 18, n. 32, p. 209-231, set./dez. 2018.

<sup>117</sup> BAUER, 2017, p. 47.

<sup>118</sup> BAUER, 2017, p. 151.

*posse no Congresso Nacional*, no ano de 1995 e novamente no ano de 1999. Os discursos *Assinatura do projeto de Lei sobre desaparecidos políticos*, de 1995, e *Discurso na cerimônia de assinatura da Medida Provisória relativa à Anistia*, de 2002, referentes a aplicação de medidas transicionais também serão analisados. *Palavras por ocasião da morte do ex presidente da República Ernesto Geisel*, de 1996, foi selecionado por dizer respeito a figura ditatorial do período delimitado.

Para melhor entender como os usos do passado pautaram inclusive as motivações econômicas do governo, optei pelo discurso *O Brasil que volta a ser terra das oportunidades, por ocasião do almoço oferecido pela comunidade empresarial*, proferido em Nova York, 1995. Servindo a este mesmo propósito, distingi a fala *Discurso na abertura do seminário “O Desafio Democrático nas Américas”*, de 2002. Por fim, Fernando Henrique apresenta constante preocupação com a questão dos direitos humanos em seu governo, relacionando-a frequentemente com elementos do passado: o sistema escravista colonial, por exemplo, mas mais repetidamente, a ditadura civil-militar. Assim, disponho do *Discurso na solenidade de lançamento do Programa Nacional dos Direitos Humanos*, 1996.

É importante ressaltar que o distanciamento temporal e temático entre os pronunciamentos selecionados abre espaço para uma série de transformações no quadro político-social do país, influenciando o próprio sentido das falas presidenciais. Em razão disso, as manifestações de FHC são atravessadas por uma série de *contradições e paradoxos*, que demonstram a complexidade e dinamicidade do passado abordado. Objetivando uma compreensão mais aprofundada da análise empreendida, optei por agrupar elementos e temáticas em comum a permear os discursos, tomando-os por categorias e reconhecendo seus paradoxos. Procuro, deste modo, identificar as noções de Fernando Henrique Cardoso quanto a) aos *usos políticos da ditadura* (suas falas são permeadas pela busca por uma *lógica conciliatória*, visando a reconciliação nacional, embora se mostre sensível aos *traumas* e reconheça a necessidade de *reparação*), b) à *temporalidade da ditadura* (seus discursos demonstram tanto uma *perspectiva linear da história* quanto o reconhecimento de suas *descontinuidades e rupturas*) e c) à *memória sobre a ditadura* (ainda que reforçando uma espécie de *maniqueísmo temporal*<sup>119</sup>, baseado na promessa do conhecimento para *não-repetição* do passado, incentiva também os valores do *esquecimento e silêncio*).

---

<sup>119</sup> Termo cunhado por Berber Bevernage, a ser explorado mais profundamente ainda neste capítulo.

“Dói-me até hoje a perda de Rubens Paiva. *Dói-me o sorriso triste de meu ex-aluno Vladimir Herzog*<sup>120</sup>. Dói-me muita coisa daquela época de incompreensão e desatinos, assim como dói aos familiares a morte dos agentes do Estado, civis e militares, que exerciam suas obrigações”<sup>121</sup>, afirmou Fernando Henrique Cardoso durante a cerimônia de assinatura da Lei dos Desaparecidos Políticos. Escolhi esta passagem para intitular o presente subcapítulo por tratar-se de rara ocasião de inserção pessoal (e emocional) de FHC em suas referências ao regime de exceção, uma vez que o mesmo, de modo geral, procura manter-se estritamente em seu *locus* presidencial ou acadêmico.

Há a demonstração de um trauma, que transforma em continuada a dor sentida no passado (“*dói-me até hoje*”). Postura singular para um presidente, tendo em vista às *sobredeterminações* às quais estão submetidas as enunciações presidenciais, “esto es, las normas de lo que puede decirse y de lo que debe decirse”<sup>122</sup>. Além disso, este pequeno trecho oferece duas perspectivas importantes para análise. Primeiramente, ao reduzir a ditadura civil-militar à mera “*época de incompreensão e desatinos*” o presidente abre espaço para a desresponsabilização não apenas do Estado e das Forças Armadas como também da sociedade civil pela colaboração com o horror do que se passou. Assim, não reconhece a permanência institucional, na vigência democrática, de muitas das políticas de governo elaboradas pela própria estrutura institucional militar.

Em segundo lugar, estabelece “*lados*” para os conflitos do período - perspectiva que permeia a maioria dos seus discursos -, equiparando as violências sofridas por militantes com aquelas por militares. Dessa forma, Cardoso remete a lógica de equivalência destes lados, a qual possui como objetivo “neutralizar conflitos e disputas através de uma representação de conciliação”<sup>123</sup>. Esta oportuna narrativa sobre o passado se repete em diversas falas através de afirmações propositivas como “*vamos aposentar os velhos dilemas ideológicos e as velhas*

---

<sup>120</sup> Vladimir Herzog, assassinado nas dependências do *Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna* (DOI-CODI) em 25 de outubro de 1975, fora aluno de Fernando Henrique Cardoso na USP antes de sua cassação (FHC foi, inclusive, um dos organizadores responsáveis pelo ato ecumênico de protesto realizado na Sé de São Paulo, contra o assassinato do jovem jornalista).

<sup>121</sup> BRASIL. Presidente (1995-2002: Fernando Henrique Cardoso). *Assinatura do projeto de Lei sobre desaparecidos políticos*. Brasília, 28 ago. 1995. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/10-mandato/1995-1/3.pdf/view>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

<sup>122</sup> ARMONY, 2005, p. 36.

<sup>123</sup> IOKOI, 2009, p. 516.

*formas de confrontação*”<sup>124</sup>. Trata-se de uma tentativa de aplacar a *incômoda e contraditória* memória da ditadura, para usar o termo do historiador Daniel Aarão Reis, quem argumenta que

ao erigir como memória hegemônica a narrativa que situava em lados opostos opressores e oprimidos, em uma construção dicotômica pouco afeita à realidade nacional, a análise das bases sociais da ditadura restou subtraída. Esse modelo explicativo [...] possibilitou a difusão da crença de que a noção democrática teria, entre nós, autênticas raízes históricas<sup>125</sup>.

Fernando Henrique explicita ainda mais visivelmente esta lógica ao explorar politicamente um abraço entre o General Alberto Cardoso e Eunice Paiva durante cerimônia de assinatura da Lei dos Desaparecidos, em 1995. Este acontecimento é apresentado por FHC como a *expressiva “reconciliação”* entre os “lados opostos” da sociedade brasileira.

eu me recordo de que, logo no meu primeiro ano de governo, também em um ato de profundo simbolismo, convidei a Eunice Paiva, viúva do Rubens Paiva, um queridíssimo amigo meu, a vir aqui assistir a um dos atos iniciais desse processo, e os jornais todos publicaram uma fotografia que ilustra bem o novo momento do Brasil: era o General Alberto Cardoso - na época, Chefe do Gabinete Militar; hoje, Ministro do Gabinete de Segurança Institucional -, abraçado com a Eunice, mostrando, expressivamente, a *reconciliação*<sup>126</sup>.

Ainda neste sentido, vale explorar a declaração de Fernando Henrique Cardoso sobre a promulgação da Lei da Anistia e seus *resultados positivos*:

*àquela época* [de efetivação da Lei], criticamos o instrumento legal enviado pelo Executivo e aprovado pelo Congresso, por considerá-lo *tímido e insuficiente*. Os *resultados políticos positivos* da Lei da Anistia, entretanto, estão à vista de todos. O *esquecimento* dos atos praticados por qualquer dos lados do espectro político *permitiu a plena reconstrução da democracia* [...], sem se acirrarem mágoas e antagonismos, aprovou-se a Lei da Anistia<sup>127</sup>.

---

<sup>124</sup> BRASIL. Presidente (1995-2002: Fernando Henrique Cardoso). *Discurso de posse no Congresso Nacional*. Brasília, 01 jan. 1995. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/10-mandato/1995-1/01-discurso-de-posse-no-congresso-nacional-brasilia-distrito-federal-01-01-95/view>>. Acesso em: 17 abr. 2019..

<sup>125</sup> REIS apud TEIXEIRENSE, 2014, p. 12.

<sup>126</sup> BRASIL. Presidente (1995-2002: Fernando Henrique Cardoso). *Discurso na cerimônia de assinatura da Medida Provisória relativa à anistia*. Brasília, 28 ago. 2002. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/20-mandato/2002/27-de-agosto-de-2002-discurso-na-cerimonia-de-assinatura-da-medida-provisoria-relativa-a-anistia/view>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

<sup>127</sup>BRASIL. Presidente (1995-2002: Fernando Henrique Cardoso). *Assinatura do projeto de Lei sobre desaparecidos políticos...*

Esta fala fornece grande potencial para análise, a começar pela admissão de FHC a respeito das transformações do passado pelo olhar retroativo a partir do presente: o que antes ele considerava “*tímido e insuficiente*”, agora considera ter gerado resultados tão positivos a ponto de reeditar sua memória sobre a Lei de Anistia. Sobre este movimento da memória, suscita Paul Ricoeur:

se, efetivamente, os fatos são indelévels, se não se pode desfazer o que está feito, nem fazer que o que aconteceu não o seja, por outro lado, o sentido do que aconteceu não está fixado de uma vez por todas; [...] Pode-se considerar este fenômeno de reinterpretação, tanto no plano moral quanto no da simples narrativa, como um caso de ação retroativa da visão do futuro sobre a interpretação do passado<sup>128</sup>.

Fernando Henrique Cardoso também faz menção ao *esquecimento* como via de reconstrução da democracia. Isto não seria necessariamente um problema - conforme procurei apresentar anteriormente, esquecer também é fundamental para a formação da identidade coletiva, além do que, “sería de una ilimitada crueldad recordar continuamente a alguien los sucesos más dolorosos de su vida; también existe el derecho al olvido”<sup>129</sup>. O problema reside exatamente na *imposição* do esquecimento, característica da Anistia em sua recusa a estabelecer culpados diretos pelos crimes de lesa humanidade: é o apagar, o ignorar, o “fazer como se não houvesse havido tal crime, tal dor, tal trauma, tal ferida no passado [que] vai justamente na direção oposta dessas funções positivas do esquecer para a vida”<sup>130</sup>. Impor um esquecimento significa, paradoxalmente, impor uma única maneira de lembrar – portanto um *não-lembrar*, uma “*mémoire empêché*”, nos termos de Ricoeur, ou *desmemória*, para Padrós.

Esta lógica de combater as *mágoas*, justificativa de Cardoso para a celebração do esquecimento sistemático, é criticada nas palavras fortes do escritor Eduardo Galeano: “o esquecimento, diz o poder, é o poder, é o preço da paz, enquanto nos impõe uma paz fundada na aceitação da injustiça como normalidade cotidiana. Acostumaram-nos ao desprezo pela vida e à proibição de lembrar”<sup>131</sup>. A própria noção segundo a qual o esquecimento impede o acirramento de antagonismos também se mostra falha, uma vez que “todas políticas de

---

<sup>128</sup> RICOEUR, Paul. A marca do passado. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 10, p. 346 (2012).

<sup>129</sup> TODOROV, 2000, p. 25.

<sup>130</sup> GAGNEBIN, 2010, p. 179.

<sup>131</sup> GALEANO, E. *De pernas para o ar. A escola do mundo ao avesso*. Porto Alegre, L&PM, 1999, p. 216.

anistia, promulgadas em várias circunstâncias por vários estados, servem, no máximo, a tornar possível uma sobrevivência imediata do conjunto da nação enquanto tal, mas não garantem [...] uma coexistência em comum duradoura”<sup>132</sup>.

Ademais, remonta a lógica do *consenso* através da qual se deu o rompimento com o regime de exceção. “O rito institucional do consenso pretendeu forçar uma unanimidade de vozes e condutas em torno da racionalização da política, difundindo significações mais ou menos homogêneas dos anos de repressão”<sup>133</sup>. Isto significa a silenciação dos modos divergentes através dos quais as subjetividades sociais se expressam. A condenação do dissenso acaba por impossibilitar também o aprofundamento da própria democracia, visto que descarta o diferente e “procura silenciar a perturbadora e ruidosa aparência do povo”<sup>134</sup>.

Desta vez sobre a Lei dos Desaparecidos, mas ainda versando a respeito do processo de justiça de transição, FHC declara que a mesma “não exime o Estado de suas responsabilidades, embora *imponha silêncio sobre seus agentes* e sobre as circunstâncias em que eles atuaram. Assim como o faz quanto aos *membros da sociedade* civil que se arrogaram a titularidade da violência”<sup>135</sup>. Mais uma vez fazendo uso da teoria dos dois demônios, Cardoso reforça a institucionalização do silêncio oficial e a supressão da memória coletiva através da “desresponsabiliza[ção] dos culpados e da imposição do anestesiamento e a amnésia do silêncio final”<sup>136</sup>. Segundo ele, o fortalecimento da democracia não se faz “nem com o ressentimento nem com a revanche. É bom não esquecer os exemplos — e isso vale para *todos os lados*. Mas não se podem abrir espaços à consolidação democrática e ao respeito à pessoa humana *revolvendo os culpados individuais*”<sup>137</sup>.

Para Fernando Henrique, portanto, a busca pela responsabilização dos perpetradores de crimes de lesa humanidade deve ser entendida como “*ressentimento*” e “*revanche*”, rechaçando os familiares de desaparecidos e ex-presos políticos à condição de *anacronismos vivos*, “pessoas que não estavam dispostas ou eram incapazes de perdoar, [...] se recusando a serem contemporâneas com o resto da nação”<sup>138</sup>. Reflete Padrós: “com a justificativa de que

---

<sup>132</sup> GAGNEBIN, 2010, p. 180.

<sup>133</sup> TELES, 2009, p. 1.

<sup>134</sup> Idem.

<sup>135</sup> BRASIL. Presidente (1995-2002: Fernando Henrique Cardoso). *Assinatura do projeto de Lei sobre desaparecidos políticos...*

<sup>136</sup> PADRÓS, 1999, p. 89.

<sup>137</sup> Idem.

<sup>138</sup> BEVERNAGE, Berber. The past is evil/evil is past: on retrospective politics, philosophy of history, and temporal manichaeism. *History and Theory*, 54 (October 2015), p. 348 (tradução minha).

esclarecer [o passado ditatorial] é revanchismo e indução de instabilidade institucional, a história, a justiça e as vítimas do terrorismo de Estado dos regimes de Segurança Nacional são, de novo, violentamente atingidas”<sup>139</sup>.

Nesta conformidade, para FHC a ditadura civil-militar seria um episódio encerrado da história brasileira, cujo tempo se dá de forma linear e progressiva em direção a seu *destino histórico* (uma espécie de longo percurso que levaria, inevitavelmente, a conquista da idílica democracia). Demonstra essa concepção já em seu primeiro discurso de posse, quando recorda os valores republicanos de sua origem familiar, assimilando-os à uma “*chama*” da democracia que atravessara gerações até se tornar realidade: “*vem de longe a chama deste sonho. Vem dos heróis da Independência. [...] Vem dos tenentes revolucionários da Velha República. Essa chama vi brilhar nos olhos do meu pai, Leônidas Cardoso, como no fim do Império nos de meu avô, abolicionista republicano*”<sup>140</sup>.

Todavia, em ocasião de abertura do seminário “*O Desafio Democrático nas Américas*”, em 1999, admite a descontinuidade histórica inerente às dificuldades enfrentadas pelos processos transicionais conforme estes se deram na América Latina. Segundo ele,

as transições democráticas são longas, são lentas. E, muitas vezes, há um *vai-e-vem*, um *zigzag* em que se perde — quem não analisar com maior perspectiva histórica - o sentido da transformação num ponto, num dado momento, e se diz: “*Meu Deus! Mais uma vez fracassou a democracia. As esperanças foram frustradas.*” E, se eu pudesse entrar em detalhes sobre o *zigzag* [...] ver-se-ia que, às vezes, há uma *descontinuidade histórica*<sup>141</sup>.

Assim, FHC reconhece as múltiplas cronosofias do tempo histórico (um *vai-e-vem*, um *zigzag* da democracia), entrando em contradição com o estabelecimento de um tempo linear e único, de acordo com o qual a democracia representaria a superação completa da ditadura. Mais que isso: ao afirmar, em outra cerimônia de caráter semelhante, em 2001, que “com este ato normativo de hoje [assinatura de medida provisória estendendo o período

---

<sup>139</sup> PADRÓS, 1999, p. 90.

<sup>140</sup> BRASIL. Presidente (1995-2002: Fernando Henrique Cardoso). *Discurso de posse no Congresso Nacional*. Brasília, 01 jan. 2000. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/1o-mandato/1995-1/01-discurso-de-posse-no-congresso-nacional-brasilia-distrito-federal-01-01-95/view>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

<sup>141</sup> BRASIL. Presidente (1995-2002: Fernando Henrique Cardoso). *Discurso na abertura do seminário "O Desafio Democrático nas Américas"*. Fortaleza, 10 mar. 2002. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/2o-mandato/2002/27.pdf/view>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

abarcado originalmente pela Lei de Anistia], *espero estar encerrando um ciclo que teve seu início em 1964*<sup>142</sup>, Fernando Henrique Cardoso admite a permanência do passado no presente (ainda que para decretar seu encerramento logo em seguida, por vias da nova medida, como se o simples percorrer da caneta no papel pudesse re-organizar temporalmente uma sociedade vítima do trauma).

Admitindo também a contemporaneidade de “*cicatrizes*” como consequência de um *autoritarismo* jamais nomeado diretamente, declara:

pacificamente, com tranquilidade, e apesar das mágoas e das cicatrizes que ficam como um símbolo para que novas situações de violência não se repitam, viramos a página do *autoritarismo*, que, com nomes e formas diferentes, desvirtuou nossa República desde a sua fundação<sup>143</sup>.

Considero este fragmento significativo para análise em duas frentes principais. FHC reforça, mais uma vez, a narrativa do *hiper-historicismo* (a prática de remeter as raízes dos impasses do presente a um passado longínquo para, sistematicamente, não ver o que o passado recente produziu)<sup>144</sup> ao difundir o autoritarismo da ditadura civil-militar brasileira em meio a demais imposições de violência recorrentes desde a fundação da República. Ao reconhecer as consequências impostas pela ditadura na democracia, por outro lado - as *mágoas* e *cicatrizes*, as fundamenta sob uma lógica que Bevernage denomina *maniqueísmo temporal*.

Este conceito se refere a um tipo de pensamento histórico responsável por estimular uma *instância moral* de acordo com a qual o passado estaria carregado de *maldade*, enquanto o presente seria moralmente absolvido por comparação. As sociedades correriam o risco, desta forma, de não apenas postular que o “*passado é mau*”, mas também inverter este raciocínio e apreender que “*o mau é passado*”<sup>145</sup>. FHC explicita esta lógica ao estabelecer marcadamente uma quebra entre “*antes*” e “*depois*” na história brasileira (expressa no ato simbólico do “*virar a página*”): tal ruptura, entre a ditadura autoritária e a democracia liberal, significaria que tudo de ruim estava no passado autoritário, enquanto a sociedade se

---

<sup>142</sup> BRASIL. Presidente (1995-2002: Fernando Henrique Cardoso). *Discurso na cerimônia de assinatura da Medida Provisória relativa à anistia...*

<sup>143</sup> BRASIL. Presidente (1995-2002: Fernando Henrique Cardoso). *Discurso de posse no Congresso Nacional. Brasília*, 01 jan. 1995...

<sup>144</sup> TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. Apresentação. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 9.

<sup>145</sup> BEVERNAGE, 2015, p. 338.

encontraria agora livre do perigo, no estágio do neoliberalismo como fim último (*o fim da história*)<sup>146</sup>.

Esta concepção aparenta mais cristalina quando Fernando Henrique direciona seu discurso à juventude da nação, falando para aqueles “que pintaram a cara e ocuparam as ruas exigindo decência dos seus representantes, assim como para as pessoas da minha geração, que aprenderam o valor da liberdade ao perdê-la, *a democracia é uma conquista definitiva*. Nada nem ninguém nos farão abrir mão dela”<sup>147</sup>. Ou, ainda, quando assinala que a sociedade brasileira deve “olhar para frente e fortalecer os valores, aqueles valores que asseguram que *aquilo que no passado havia de mau não voltará no futuro*”<sup>148</sup>. Assim, ainda que manifeste o desejo pela não-repetição, Cardoso contraditoriamente incorre no risco de ignorar os perigos do presente por considerá-los restritos ao passado.

Novamente esgueirando-se do apontamento de responsabilidades individuais, Fernando Henrique fez menções elogiosas ao ditador Ernesto Geisel, creditando seu governo (1974 - 1979) pelo encaminhamento do processo de abertura política. “Acho que todos os brasileiros [...] sabem o que foram *a luta e a dificuldade* enfrentadas pelo Presidente Geisel *para conter a repressão no Brasil*<sup>149</sup>. *E quem fala é alguém absolutamente isento para falar, porque não apoiei o Governo*. Pelo contrário”<sup>150</sup>. Erroneamente presumindo que sua trajetória política de combate à ditadura lhe confere um papel de imparcialidade nas leituras sobre o passado repressivo, ignora a construção subjetiva do fenômeno social da memória, pautada na interação entre o pessoal e o coletivo, o esquecimento e a lembrança, o social e o político.

Nesta ocasião, demonstra também desconhecimento ou falseamento sobre seu papel enquanto chefe de Estado - o Presidente necessita hegemonizar seus próprios interesses

---

<sup>146</sup> BEVERNAGE, 2015, p. 355 - 357.

<sup>147</sup>BRASIL. Presidente (1995-2002: Fernando Henrique Cardoso). *Discurso de posse no Congresso Nacional*. Brasília, 01 jan. 1995...

<sup>148</sup> BRASIL. Presidente (1995-2002: Fernando Henrique Cardoso). *Discurso na cerimônia de assinatura da Medida Provisória relativa à anistia...*

<sup>149</sup> Considero importante ressaltar o documento da CIA recentemente resgatado pelo historiador Matias Spektor no ano de 2018, segundo o qual Geisel conhecia e aprovava as execuções de opositores que ocorriam no seu governo. Para saber mais, ver: REDAÇÃO, *Jornal da USP. Documento da CIA realoca Geisel na história brasileira*. São Paulo: Jornal da USP. 16 de maio de 2018. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/documento-da-cia-realoca-geisel-na-historia-brasileira/>>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

<sup>150</sup> BRASIL. Presidente (1995-2002: Fernando Henrique Cardoso). *Palavras por ocasião da morte do ex presidente da República Ernesto Geisel*. Brasília, 13 set. 1996. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/10-mandato/1996-1/41.pdf/view>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

político-ideológicos, de modo que este se torna, por sua natureza, uma figura parcial<sup>151</sup>. Já em seminário com outros líderes políticos da América Latina, em discussão sobre os desafios democráticos da região, Cardoso parece atento às sobredeterminações e formações discursivas impostas por seu cargo: “dada a minha *condição atual de Presidente* de um país, não citarei casos específicos [de ameaça à democracia na América Latina]<sup>152</sup>, esperando recobrar a condição de sociólogo para poder citá-los”<sup>153</sup>. Ou seja, FHC reconhece “o fato de toda prática discursiva estar encaixada em determinantes ideológicas”<sup>154</sup>, de modo que seria apropriado para um sociólogo fazer certos apontamentos, porém inapropriado que um presidente os realizasse.

De forma semelhante, ainda que notadamente crítico à ditadura, FHC não a nomeia com o vigor analítico que geralmente dispensa em suas análises sobre os períodos históricos mais distantes temporalmente, preferindo focar suas reprimendas sobre os aspectos econômicos prejudiciais do período ditatorial. Assim, concilia até mesmo qualidades para o passado que denomina *os anos sombrios*, que “primeiro *trouxeram de volta o crescimento*, mas sacrificaram a liberdade. Trouxeram progresso, mas para poucos. E, depois, nem isso, mas somente o legado de uma dívida externa [...] e de uma inflação que agravou as mazelas sociais na década de 1980”<sup>155</sup>.

Por fim, sustento que as colocações de Fernando Henrique sobre o conceito de democracia também merecem atenção, visto que são normalmente apresentadas em oposição ao não-dito da ditadura civil-militar. Destaco três aspectos que retornam repetidamente a este respeito em seus discursos: a democracia como *liberdade*, como *estabilização econômica* e como *garantia dos direitos humanos*. Em dado momento, Cardoso assimila a democracia ao oxigênio, com o qual ninguém se preocupa quando em abundância - todavia, bastando “começar a diminuir a dose que nós todos ficamos sufocados. Assim é com a democracia:

---

<sup>151</sup>PINTO, 2006, *passim*.

<sup>152</sup> Como afirmado por ele, Fernando Henrique Cardoso não deu maiores detalhes sobre estes casos. Todavia, levando em consideração seus discursos anteriores e posteriores aos quais tive acesso, infiro que, neste caso, é possível que FHC estivesse fazendo referência à Alberto Fujimori, ditador chileno que dirigiu o país entre 1990 e 2000, visto que o mesmo já foi pautado em outros encontros entre os presidentes da América Latina.

<sup>153</sup> BRASIL. Presidente (1995-2002: Fernando Henrique Cardoso). *Discurso na abertura do seminário "O Desafio Democrático nas Américas"....*

<sup>154</sup> SANTOS, Maria Elisabete Gontijo dos. *A modernidade no discurso político: a Assembleia Legislativa e o governo JK em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Escola do Legislativo, Núcleo de Estudos e Pesquisas, 2013. p. 173.

<sup>155</sup>BRASIL. Presidente (1995-2002: Fernando Henrique Cardoso). *Discurso de posse no Congresso Nacional. Brasília*, 01 jan. 1995...

hoje parece um fato banal termos liberdade, mas os que foram, já, privados da *liberdade* sabem que isso não é um fato banal”<sup>156</sup>.

Demonstra, assim, preocupação com a *banalização do mal*, para usar a expressão de Arendt, oferecendo o reconhecimento pessoal das sevícias sofridas não apenas pelas vítimas diretas da ditadura, mas pela sociedade como um todo, violentada pelo regime de terrorismo de Estado. Todavia, pouco além disso é oferecido por ele: mais uma vez instigado pela necessidade de *não-repetição* do passado, não apresenta meios concretos e institucionais para garantir que este não ocorra novamente. Ao consentir com, e até mesmo efetuar políticas para instituir o silêncio oficial, Fernando Henrique acaba lesando a própria democracia que alega defender. Segundo Teles,

o consentimento ao silêncio leva ao passo seguinte, não necessariamente o da repetição – não falamos somente de um novo golpe militar, outro regime ditatorial etc. –, mas o da renúncia de valores de respeito destruídos pela repressão. Juntamente com o silêncio, deslocando problemas públicos para a esfera dos assuntos privados, ocorre o esfriamento das relações democráticas e o investimento na política sofre considerável redução<sup>157</sup>.

Para Fernando Henrique, a solução para a consolidação da democracia fragilizada por estes dilemas está diretamente ligada a estabilização econômica conquistada por seu governo em seu primeiro mandato. Em encontro com empresários em Nova York, no ano de 1995, o ex-presidente anuncia: “o Plano Real é reflexo de um Brasil diferente, de um país em que a democracia se consolidou plenamente [...]. Hoje, dispomos de base firme para prosseguir. *A democracia é a melhor garantia do êxito do programa de estabilização*. [...] O Brasil é um porto seguro”<sup>158</sup>. Na busca por receber capital estrangeiro e privatizar bens estatais, a relação proposta por FHC entre o sucesso do Plano Real e o fortalecimento da democracia aponta para “a democracia liberal como um valor máximo a ser alcançado e consolidado nos

---

<sup>156</sup> BRASIL. Presidente (1995-2002: Fernando Henrique Cardoso). *Discurso na solenidade de lançamento do Programa Nacional dos Direitos Humanos*. Brasília, 13 mai. 1996. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/1o-mandato/1996-1/5.pdf/view>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

<sup>157</sup> TELES, 2009, p. 16.

<sup>158</sup> BRASIL. Presidente (1995-2002: Fernando Henrique Cardoso). *Discurso sob o título “O Brasil que volta a ser terra das oportunidades”, pronunciado por ocasião de encontro com empresários em Nova York, por ocasião do almoço oferecido pela comunidade empresarial*. Nova York, 19 abr. 1995. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/1o-mandato/1995-1/.pdf/view>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

processos de transição política”<sup>159</sup>. Nos assentamentos de Bauer, essa lógica “pode ser utilizada como forma de contrastar o regime democrático com o passado ditatorial, e, desta forma, justificar essa democracia como um fim em si mesma”<sup>160</sup>, de maneira acrítica.

Ainda de acordo com os preceitos da democracia liberal, Cardoso é categórico ao afirmar que “os Direitos Humanos são o novo nome da democracia”<sup>161</sup>. De fato, foi o presidente responsável pela elaboração do *Programa Nacional de Direitos Humanos*, política voltada ao desenvolvimento de medidas de redução da desigualdade social. Todavia, novamente Bevernage elenca que os processos de transição das ditaduras para as democracias liberais costumam ser ilusoriamente apresentados como resultado do esforço de uma elite de *construtores da democracia* que teriam tomado a decisão moral de respeitar os direitos humanos e transcender a lógica de violência<sup>162</sup>. A este respeito, Andreas Huyssen (2014) adverte:

eu diria que os estudos contemporâneos de memória deveriam ligar-se de maneira mais robusta aos direitos humanos e à justiça, tanto em termos discursivos quanto práticos, para impedir que a memória, sobretudo a memória traumática, se torne um exercício vazio, que se alimente de si mesmo, de forma parasitária e estreita. Mas eu também sugeriria que, a menos que seja alimentado pela memória e pela história, o discurso dos direitos humanos corre o risco de perder embasamento histórico e se arrisca à abstração legalista e ao abuso político. Afinal, o universalismo dos direitos humanos tanto é um problema quanto uma promessa<sup>163</sup>.

Posto isto, apresento alguns de meus resultados parciais quanto aos usos políticos da ditadura civil-militar nos discursos de Fernando Henrique Cardoso. Considero que, majoritariamente, FHC busca a unificação nacional através de narrativas conciliatórias sobre o passado ditatorial, que se transformam em memória oficial devido ao seu poder de institucionalização enquanto chefe de Estado<sup>164</sup>. Contudo, esta memória é mutável por natureza e adapta-se às variadas e variantes conjunturas político-sociais de governo; tais

---

<sup>159</sup> BAUER, 2017, p. 45.

<sup>160</sup> Idem, *ibidem*, p. 145.

<sup>161</sup> BRASIL. Presidente (1995-2002: Fernando Henrique Cardoso). *Discurso na solenidade de lançamento do Programa Nacional dos Direitos Humanos*. Brasília, 13 mai. 1996. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/1o-mandato/1996-1/5.pdf/view>>. Acesso em: 17 abr. 2019..

<sup>162</sup> BEVERNAGE, 2015, p. 342.

<sup>163</sup> HUYSSSEN, Andreas. Os direitos humanos internacionais e a política da memória: limites e desafios. In: *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas de memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014, p. 196.

<sup>164</sup> POLLAK, 1992, p. 205 - 207..

transformações conjunturais se fazem presentes nos discursos enunciados e nas políticas de memória e esquecimento efetuadas por Fernando Henrique na forma de contradições que evidenciam a carga política das gestões do passado.

Apresentando noções de temporalidade que variam entre a linear e a descontínua, Cardoso navega silêncios e esquecimentos forçados em disputa com relação ao dever maniqueísta de não-repetição do passado. Paradoxalmente, enquanto valoriza os princípios básicos dos direitos humanos e da liberdade, da estabilização econômica e do reconhecimento das mágoas - inclusive as suas - ocasionadas pelo terrorismo de Estado, também se recusa a responsabilizar individualmente os agentes repressores e faz menções elogiosas a ditadores, de modo que cabem as inflexões de Bauer sobre a conciliação a respeito da ditadura para a implementação de regimes de democracia liberal:

“quanto a [caracterização] do período ditatorial [...] com termos depreciativos, mas pouco analíticos [...], alguns autores como Bevernage e Edson Teles (e Nolte) [consideram] uma estratégia para valorização sub-reptícia da democracia liberal implementada após o autoritarismo, um regime acabado e intransponível, que conserva distância do período de arbítrio, mas impede qualquer possibilidade de aprofundamento democrático ou de vigência de outra organização política e social”<sup>165</sup>.

Neste sentido, ainda que Fernando Henrique Cardoso tenha dado início a efetivação de medidas de justiça de transição e demonstrado concebível preocupação com a garantia do Estado de direito, ressalto que “enquanto não houver um rompimento com os argumentos exculpatórios, as políticas de memória não representarão uma nova forma de se lidar com os problemas do passado, do ponto de vista ético e do estabelecimento de responsabilidades”<sup>166</sup>.

De modo geral, considero que FHC, ao dar início à institucionalização de medidas transicionais sobre o passado ditatorial, apresentou uma gestão do passado ditatorial insuficiente, porém relativamente progressista para o contexto da época. Isto não significa dizer, entretanto, que o presidente atendeu em totalidade às necessidades de responsabilização institucional sobre as sequelas do terrorismo e da cultura do medo imposta pelo regime ditatorial<sup>167</sup>: o desamparo às vítimas da ditadura continuou sob seu governo na forma da

---

<sup>165</sup> BAUER, 2017, p. 186.

<sup>166</sup> BAUER, 2017, p. 138.

<sup>167</sup> BAUER, Caroline Silveira. O papel dos historiadores nas garantias dos direitos à memória, à verdade e à justiça. *Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS* (Online), v. 5, p. 6-24, 2013. p. 20.

ocultação do arquivos repressivos, da impunidade dos envolvidos diretamente nos crimes de lesa humanidade e no desconhecimento a respeito da localização e identificação dos cadáveres dos militantes e, mais amplamente, na manutenção de muitas das estruturas originárias do sistema de repressão.

## 2. LUIZ INÁCIO DA SILVA

No dia 1º de janeiro de 2003, Luiz Inácio da Silva assumia a presidência do Brasil. Pela primeira vez na história do país um operário vestia a faixa presidencial, e sua ascensão ao cargo significou uma grande mudança nas elites governantes, que tinham permanecido - da colônia à Independência, da escravidão à liberdade, da Monarquia à República e da ditadura à democracia - sempre nas mãos das classes dominantes e das minorias educadas. Em 2006, Lula é reeleito pela população, e ao deixar o governo em 2010 contava com aprovação recorde de 87%<sup>168</sup>. Assim, estabeleceu um importante marco na primeira década do novo milênio, de modo que o historiador Perry Anderson chega a afirmar que “por qualquer critério, Luiz Inácio da Silva é o político mais bem-sucedido do seu tempo”<sup>169</sup>.

Todavia significativa a ruptura estabelecida por sua ascensão ao poder, considero importante ressaltar que sua administração também seguiu uma lógica neoliberal de mercado, até mesmo aprofundando as políticas de Fernando Henrique Cardoso a este respeito. Através da priorização de políticas de transferência de renda aos mais pobres via criação e consolidação de programas sociais como o *Fome Zero*, *Luz para Todos* e *Bolsa Família*, Lula visava alçar as classes mais baixas à condição de novos consumidores, significando que “suas propostas que lograram sair do papel constituem um misto de continuidade e mudança de ênfases e formas de gestão”<sup>170</sup> com relação à seus antecessores. Como afirma Singer, afinal, “o *lulismo*<sup>171</sup> existe sob o signo da contradição. Conservação e mudança, reprodução e superação, decepção e esperança num mesmo movimento”<sup>172</sup>.

Lula foi insistente, ao longo de seus mandatos, no reforço de suas origens de extrema pobreza no sertão de Caetés (até 1964 um distrito do município de Garanhuns), interior de

---

<sup>168</sup> BONIN, Robson. Popularidade de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope. Em: G1. Brasília, 12 de dezembro de 2010. Disponível em <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>>. Acesso em: 25 de maio de 2019.

<sup>169</sup> ANDERSON, Perry. (2011), *Lula's Brazil*. *London Review of Books*, 33 (7): 3-12.

<sup>170</sup> ALMEIDA, M. H. T.. A Política Social no Governo Lula. In: *Novos Estudos*. Cebrap, São Paulo, v. 70, 2004. p. 8.

<sup>171</sup> Por lulismo entende-se o fenômeno político conciliador e contraditório personificado pelo presidente Lula como a representação “de uma fração de classe que, embora majoritária, não consegue construir desde baixo as suas próprias formas de organização, [...] [gerando] a expectativa de um Estado o suficientemente forte para diminuir a desigualdade, mas sem ameaçar a ordem estabelecida”. SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do Lulismo. In: *Novos Estudos*. Cebrap, São Paulo, v. 85. 2009, p. 84.

<sup>172</sup> SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Pernambuco, justificando suas políticas sociais voltadas às classes mais baixas através de paralelos com sua própria história de vida pautada pela vulnerabilidade socioeconômica. Todavia, o que o catapultou, de fato, para tão alto patamar na política foi seu passado como metalúrgico e líder sindicalista em São Paulo à época da ditadura militar, quando mobilizava dezenas de milhares de trabalhadores a fecharem as fábricas em greve por melhores condições de trabalho. A este efeito, uma vez eleito presidente da República, abrigou em seu governo vários ex-participantes da luta armada e opositores do regime de exceção em geral. Sua trajetória, portanto, fez ebulir em determinadas parcelas da sociedade brasileira grandes expectativas (e, em outras, receios) quanto à implementação de políticas de gestão do passado ditatorial. Para Schmidt, a maioria dessas foram frustradas por um governo sem orientação definida em relação ao passado, o que levou ao acirramento de diversas disputas narrativas sobre o mesmo<sup>173</sup>.

Este é o quadro geral de rupturas e continuidades em seu governo e trajetória política que pretendo apresentar brevemente na primeira subdivisão deste capítulo, *O primeiro diploma*. Semelhantemente ao tratamento dispensado no capítulo anterior à Fernando Henrique Cardoso, traço a trajetória política de Lula da ditadura civil-militar ao Palácio do Planalto, direcionando atenção a conjuntura político-social de sua administração. Para tanto, optei por analisar um único episódio em meio a uma ampla batalha de memórias que tomou conta do cenário político federal em 2004, dizendo respeito a abertura dos arquivos da repressão. Refiro-me à mensagem de Lula, transmitida pelo então porta-voz da presidência, André Singer, em ocasião do aniversário de quarenta anos do golpe civil-militar de 1964, no dia 31 de março.

Realizada esta contextualização, passo a desenvolver a análise discursiva de Lula no subcapítulo seguinte, *“A solidão destemida de algumas poucas vozes corajosas”*: *a ditadura civil-militar brasileira nos discursos presidenciais de Lula*. Novamente, procuro por manifestações oficiais que permitam investigar a compreensão de Lula sobre diversos aspectos da ditadura. De modo geral, no corpo discursivo selecionado observam-se avaliações críticas do ex-presidente quanto às heranças econômicas da ditadura, entendendo o neoliberalismo como uma lógica implementada por esta e a desigualdade social decorrente como um impedimento para o aprofundamento democrático; ele ressalta, também, as dificuldades institucionais enfrentadas para a efetivação de políticas de memória sobre a

---

<sup>173</sup> SCHMIDT, 2007, *passim*.

ditadura civil-militar (em certa ocasião, compara-as à *Muralha da China*), e rememora o passado ditatorial através da narração de sua própria história no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Assim, sua memória pessoal entrelaça-se a sua concepção de tempo, ambas percorrendo uma linearidade que culmina no presente de sua eleição - definida pelo próprio em campanha eleitoral como o momento da “*mudança*”. Fazendo uso destas noções principais pretendo, neste capítulo, analisar a capitalização política do presidente Lula sobre o passado ditatorial.

## **2.1. O primeiro diploma**

Filho de pais lavradores que cultivavam roça para subsistência familiar, Luíz Inácio da Silva nasceu em 1945 numa casa de dois cômodos e chão de terra batida no Semiárido pernambucano. Penúltimo filho de sete irmãos, *Lula*, como foi chamado desde criança, teve seus primeiros anos marcados pela dificuldade de sobrevivência da família, mantida quase somente com os esforços da mãe Dona Lindu, como era conhecida, na lavoura. Tinha sete anos quando a família migrou para São Paulo, onde começa a trabalhar ainda criança, no cais de Santos, buscando complementar a renda de casa. Sob muita insistência de Dona Lindu, estuda formalmente até a quinta série (seus irmãos haviam largado a escola na segunda série). É empregado numa metalúrgica aos catorze anos, e, admitido no curso técnico de torneiro mecânico do Senai, profissionaliza-se torneiro mecânico.

Neste período, a região do ABC na Grande São Paulo se torna uma das mais industrializadas do país devido às políticas desenvolvimentistas do governo de Juscelino Kubitschek (“*Cinquenta anos em cinco*”), atraindo muitas empresas metalúrgicas internacionais. Lula se instala no chão da fábrica, e com apenas dezessete anos perde o dedo mínimo da mão esquerda num acidente de trabalho, em 1963. Apenas quatro anos depois, em 1967, teve seu primeiro contato com o movimento sindicalista, quando seu irmão José Ferreira da Silva, mais conhecido como Frei Chico (militante histórico do movimento operário e à época membro do então clandestino PCB), o leva pela primeira vez ao Sindicato

dos Metalúrgicos do ABC<sup>174</sup>. Atuando primeiramente como suplente na eleição para direção do sindicato em 1969, Lula passou a compor o quadro efetivo de diretores como primeiro-secretário em 1972.

Três anos depois, Lula assume a presidência do sindicato, passando a investir numa postura política de independência a favorecer a livre negociação com o patronato. Tal postura era uma das bases do que cientistas sociais viriam a denominar o “*novo sindicalismo*”, marcado por uma passagem, “no plano da estratégia sindical, da confrontação à cooperação conflitiva, ou ainda, da luta de classes na produção para uma convergência antagônica, ou um sindicalismo de participação ou de concertação social [...]”<sup>175</sup>. Este meio de entender e fazer política, pautada no acordo entre classes e na manutenção das estruturas vigentes, Lula levaria consigo para a fundação do Partido dos Trabalhadores e, mais tarde, para o Poder Executivo, na forma do *lulismo*.

Assim, enquanto o país se encaminhava para a abertura *lenta, gradual e segura* de seu sistema político, uma série de greves gerais de grandes proporções sacudia São Paulo. Na liderança destes movimentos do final da década de 1970, Luiz Inácio da Silva se constitui um dos maiores nomes do sindicalismo brasileiro e da oposição ao terrorismo de Estado no país. Todavia, um novo movimento grevista iniciado em abril de 1980 sofre intervenção direta dos órgãos de repressão no sentido da prisão de Lula<sup>176</sup> e de outros dirigentes grevistas, apreendidos na sede do sindicato. Ainda que as prisões arbitrárias tenham insuflado a categoria, que seguiu mobilizada pela duração dos trinta e um dias de seu encarceramento, os trabalhadores retornam paulatinamente ao trabalho sem qualquer conquista real sobre o salário - sua principal reivindicação.

Proponho aqui uma rápida interrupção nesta retomada cronológica da trajetória política de Lula para tecer um comentário sobre um evento que considero bastante emblemático do ponto de vista da manifestação concreta dos usos do passado. Em abril de 2018, Luiz Inácio Lula da Silva, então com setenta e dois anos, é novamente condenado ao

---

<sup>174</sup> FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Luis Inácio da Silva*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/luis-inacio-da-silva>>. Acesso em: 25 de Abril de 2018.

<sup>175</sup> ALVES, Giovanni Antonio Pinto. Do novo sindicalismo à concertação social: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). *Revista de Sociologia e Política*, n. 15, 2000. p. 114.

<sup>176</sup> Lula foi processado com base na Lei de Segurança Nacional, sendo condenado em primeira instância, porém posteriormente absolvido pelo STM.

cárcere com direito à ampla defesa cerceado<sup>177</sup>. Passadas quase quatro décadas de sua liderança em organizações sindicais, Lula toma a decisão política de eleger a sede de seu antigo sindicato - onde fora preso pela primeira vez, ainda durante ditadura - como o local para um último e impactante discurso antes de se entregar à Polícia Federal, lembrando seu passado e reeditando suas memórias sobre o período de terrorismo de Estado a partir das condições do presente.

Considero que este episódio, que certamente entrará para a história do país devido a sua força política de mobilização (dezenas de milhares de pessoas tentaram barrar a carceragem do ex-presidente com seus próprios corpos), também oferece pistas quanto a identidade que o ex-presidente busca projetar a seu respeito. Conforme elenquei anteriormente, Lula enquanto chefe de Estado do maior período de estabilidade política brasileira, costumava priorizar seus discursos de origem de retirante nordestino. Porém, oito anos após o fim de seu segundo mandato, ao qual se seguiu um impeachment sem crime de responsabilidade da presidenta Dilma Rousseff, também uma liderança do PT, a conjuntura político-social do país se encontrava radicalmente diferente, de modo que Lula adapta sua identidade, recupera memórias e mobiliza passados de acordo com essas transformações. Assim, observa-se como “a memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, não s[endo] fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo”<sup>178</sup>.

Encerrado este parêntesis, retorno à conjuntura de transição política que levaria a fundação do Partido dos Trabalhadores: a dificuldade em avançar as pautas dos operários por uma via exclusivamente sindical fez com que Lula optasse por fundar um partido político, visando espaço nas esferas decisórias. Assim, em diálogo com outros dirigentes sindicais identificados com o novo sindicalismo, militantes de agrupamentos de esquerda em geral, intelectuais, participantes de movimentos sociais diversos e membros de CEBs de todo o país, teve início a elaboração do PT. Com o fim do bipartidarismo em 1979 o Partido dos Trabalhadores foi se inserindo na política institucional demandando o acesso da classe

---

<sup>177</sup> Após um processo arbitrário e repleto de irregularidades, o ex-presidente Lula foi condenado a doze anos e nove meses de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Para uma análise aprofundada sobre o processo e a sentença de Lula, ver: PRONER, Carol; CITTADINO, Gisele; RICOBOM, Gisele; DORNELLES, João Ricardo (Orgs.). *Comentários a uma sentença anunciada – o processo LULA*. Projeto Editorial Praxis, Canal 6 Editora, Bauru/SP, 1ª ed. 2017.

<sup>178</sup> POLLAK, 1992, p. 204.

trabalhadora ao poder, como expresso no slogan partidário, “*Trabalhador vota em trabalhador*”.

Enquanto um dos partidos responsáveis pela grande mobilização das Diretas Já, atinge grande projeção nacional, e Lula é eleito o deputado federal mais votado do Brasil por São Paulo, participando da elaboração da Assembleia Nacional Constituinte. Posteriormente, lança-se candidato à presidência em 1989, em disputa acirrada. Ultimamente, porém, Collor, “*o caçador de marajás*”, venceu a disputa. Decidido a não concorrer a outro cargo que não a presidência da República, Luiz Inácio passou a cruzar o país de ponta a ponta com suas “*Caravanas da Cidadania*”, adquirindo “um incomparável conhecimento vivo da realidade que lhe proporcionaria integrar ao seu discurso político exemplos concretos e relevantes, qualquer que fosse o assunto em questão”<sup>179</sup>. Isso lhe possibilitou a capilaridade política responsável pelo seu sucesso, aproximando-o não apenas dos movimentos sociais organizados, mas de um espectro social muito mais amplo: de comunidades vivendo na pobreza absoluta até setores empresariais prejudicados pelos efeitos do neoliberalismo.

Ainda seria vencido nas urnas mais duas vezes por FHC. Todavia, Lula acabou se tornando um símbolo de preocupação com a justiça social e, depois de fracassar três vezes na sua tentativa de atingir à presidência, também de *utopia*, que pode ser observado em seu slogan de campanha, *Lula lá*.

Em função das sucessivas derrotas, sempre chegando *quase lá* mas nunca atingindo efetivamente este *lá*, este lugar inacessível, designado por *lá*, passou a significar o lugar impossível e este enunciado Lula *lá* passou também a representar um sonho, um desejo, não só de Lula e de seu partido, mas de seu eleitorado, que transformou-se em um *sujeito coletivo*, fortemente desejante, cujo objeto de desejo começou a assumir o efeito de sentido de inalcançável, de impossível, de inatingível e Lula *lá* passou a representar este desejo, esta utopia, este impossível. Ou seja: Lula *lá* é o que o sujeito desejante almeja, em sua paixão política, mas nunca alcança, pois seu limite bate na utopia, no impossível de *lá* chegar<sup>180</sup>.

Movido por esta força política carregada dos passados que não foram, em 2002 *Lula lá* deixa de ser sonho, utopia. Este *sujeito coletivo* do eleitorado, ao comemorar o resultado do novo pleito eleitoral, também rememorava: “naquela noite, na multidão, a memória

---

<sup>179</sup> FORTES, 2012, p. 214.

<sup>180</sup> INDURSKY, Freda. Lula *lá*: estrutura e acontecimento. In: *Organon*. Porto Alegre. Vol. 17, n. 35 (2003), p. 109.

fazia-se fortemente presente, rememorando as sucessivas e amargas derrotas sofridas nos pleitos anteriores. Rememoração (do já-vivido, já-sofrido, do sentido já-lá) e comemoração (da vitória, do novo) estavam, pois, fortemente entrelaçadas”<sup>181</sup>. E, de fato, a eleição de Lula representava, como afirmado na abertura deste capítulo, a conquista de algo novo: “a maioria da população tinha votado, pela primeira vez, em um homem de pouca educação formal, num país em que a deferência popular para com os superiores, especialmente os letrados (os *doutores*), era uma tradição profundamente arraigada”<sup>182</sup>.

É a este movimento político-institucional (mas também sociocultural) de chegada ao poder de um retirante nordestino feito operário, operário feito preso político e preso político feito presidente que se refere o título deste subcapítulo, *O primeiro diploma*. Em cerimônia de diplomação no TSE para o reconhecimento oficial da vitória nas eleições, ainda em 2002, Lula declarou entre lágrimas: “e eu que durante tantas vezes fui acusado de não ter um diploma superior, ganho como meu *primeiro diploma*, o diploma de presidente da República do meu país”<sup>183</sup>.

Deste modo, Lula assume controle do Estado em janeiro de 2003. Como observado no capítulo anterior, Fernando Henrique Cardoso deu início ao longo processo de responsabilização estatal por crimes cometidos pelos órgãos repressores no período de exceção, ao passo em que impossibilitou o acesso da sociedade aos arquivos destes mesmos órgãos através da assinatura do Decreto n. 4.553. Empossado imediatamente após esta medida de Fernando Henrique, e devido às expectativas concebidas a respeito do caráter transformador de sua vitória e da própria orientação ideológica do Partido dos Trabalhadores, Lula começa a sofrer pressões por parte dos grupos ligados aos direitos humanos, ex-presos políticos e familiares dos desaparecidos para “resolver definitivamente la cuestión del pasado”<sup>184</sup>.

---

<sup>181</sup> Idem.

<sup>182</sup> FORTES, A., FRENCH, J. (2012). A “Era Lula”, as eleições presidenciais de 2010 e os desafios do pós-neoliberalismo. *Tempo Social*, n. 24, v. 1, p. 210.

<sup>183</sup> Ressalto que a presente manifestação de Lula não foi incluída entre os discursos analisados pois o mesmo só foi empossado em janeiro de 2003, de modo que durante a cerimônia de diplomação Luiz Inácio da Silva ainda não era o presidente oficial da República e sua fala, portanto, não configura um discurso presidencial. Esta também é a razão pela qual a fonte aqui citada não é o site da biblioteca da Presidência (pois não consta em seus registros) e sim a reportagem do jornal Folha de S. Paulo. LIMA, Sérgio. Lula improvisa e chora ao ser diplomado presidente. Folha de S. Paulo. São Paulo, 15 de dezembro de 2002. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1512200202.htm>>. Acesso em 25 de Abril de 2019.

<sup>184</sup> SMULOVITZ apud MONTERO, Ana Soledad. Justicia y decisión en el discurso presidencial argentino sobre la memoria (2003-2007). In: *CONfines*, 4/7. Enero - Mayo. 2008. p. 32.

Diferem as opiniões se esta é uma demanda possível de ser atendida, porém um lógico primeiro passo reside na abertura dos arquivos da repressão. Como aponta Schmidt, “estes acervos não só pelos possíveis documentos neles contidos, mas pelo seu conteúdo simbólico de segredo tornaram-se o principal lugar de memória disputado”<sup>185</sup> em meados de 2003 e 2004. Por conseguinte,

o novo governante frustrou muitas expectativas ao não revogar o decreto que definia as regras de sigilo antes mencionadas. [...] as comemorações dos quarenta anos do golpe militar em 2004 reativaram essa já longa batalha e a ela acrescentaram novos ingredientes. As memórias que então emergiram no espaço público conferiram significados diversos àquele acontecimento, delineando, ao mesmo tempo, imagens variadas da situação brasileira contemporânea [...] após tantos anos de restabelecimento da democracia<sup>186</sup>.

Assim, para compreender a gestão do passado por parte de Lula, bem como suas tentativas de estabilização deste através das narrativas construídas em seus discursos presidenciais, optei por analisar a mensagem do presidente, divulgada pelo porta voz da presidência, André Singer, por ocasião do dia 31 de março de 2004, data redonda do aniversário de quarenta anos do golpe civil-militar. A historiadora Helenice Silva apresenta o duplo movimento do caráter rememorativo desta data para o país ao afirmar que “o processo comemorativo [...] consiste em retirar o acontecimento do passado para penetrá-lo nas realidades e nas questões do presente, criando a contemporaneidade e abolindo o tempo e a distância”<sup>187</sup>. Neste sentido, ao longo do ano de 2004 “várias palestras foram feitas no âmbito universitário e para a sociedade em geral; livros acadêmicos e memorialistas foram editados; e [...] muitos protagonistas dos episódios da ditadura militar vieram a público dar suas versões de acontecimentos”<sup>188</sup>. No entanto, o presidente simplesmente declarou que

devemos olhar para 1964 como um episódio histórico encerrado. O povo brasileiro soube superar o autoritarismo e restabelecer a democracia no país. A nós corresponde lutar diariamente para consolidar essa democracia

---

<sup>185</sup> SCHMIDT, 2007, p. 145.

<sup>186</sup> SCHMIDT, 2007, p. 190.

<sup>187</sup> SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*, 2002, v. 22, n. 44, p. 432.

<sup>188</sup> BAUER, Caroline Silveira. La memoria como arma: la lucha en Brasil por la apertura de los archivos de la represión durante el primer mandato de Lula (2003-2006). In: *XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia*, 2007, San Miguel de Tucumán. *XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia*, 2007. p. 8.

reconquistada. Cabe, agora, aos historiadores fixar a justa memória dos acontecimentos e personagens daquele período<sup>189</sup>.

Nas palavras de Lula é possível observar a complacência com a memória difundida pelos militares a respeito da ditadura, a qual teria sido completamente alheia ao povo brasileiro, este portador de profundas convicções democráticas. Encerrado, este passado não manteria qualquer relação com a realidade atual do país, estando distante dos debates e mobilizações políticas do presente. Dessa forma, Lula apostava, assim como Fernando Henrique ao final de seu mandato, no esquecimento como vias para a unificação nacional. Além disso, ao transferir a responsabilidade ética e moral por esse passado ao historiadores, o presidente evidencia também

uma confusão entre o conhecimento histórico e a responsabilidade social – neste caso, omissão – por parte do Estado na elaboração de políticas públicas de reparação e memória em relação à ditadura civil-militar brasileira, para além do deslocamento da competência sobre questões jurídicas e penais<sup>190</sup>.

Sobre esta lógica, Lula eximia o Estado brasileiro de sua responsabilidade em investigar e julgar os crimes de lesa humanidade cometidos durante os vinte e um anos do regime ditatorial e, da mesma forma, eximia-se de seu “posicionamento em relação a esse passado e [d]a atuação institucional com o objetivo de elaborar políticas públicas de memória e reparação e, assim, combater as seqüelas do terrorismo e da cultura do medo”<sup>191</sup>. Esta surpreendente ausência de iniciativas governamentais petistas sobre a elaboração do passado ditatorial “contribui para que se conviva, no presente, com uma sensação de que a ditadura civil-militar brasileira é um *passado que não passa*, e as insígnias de luta contra o esquecimento e silêncio persistam”<sup>192</sup>.

Entretanto, é somente justo ressaltar também que o governo de Luiz Inácio, ainda que não tenha desenvolvido novas políticas ou medidas de memória, foi competentemente responsável por prestar assistência continuada aos beneficiários da Lei dos Desaparecidos

---

<sup>189</sup> PRESIDÊNCIA da República. Secretaria de Imprensa e Divulgação. Briefing do Porta-Voz. Entrevista coletiva concedida pelo porta-voz André Singer. Palácio do Planalto, 31 de março de 2004. Disponível em: <[www.presidencia.gov.br](http://www.presidencia.gov.br)>. Acesso em: 30 de abril de 2019.

<sup>190</sup> BAUER, Caroline Silveira. O papel dos historiadores nas garantias dos direitos à memória, à verdade e à justiça. Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online), v. 5, p. 6-24, 2013. p. 17.

<sup>191</sup> Idem, *ibidem*, p. 19.

<sup>192</sup> BAUER, 2013, p. 30.

Políticos, assinada por FH. Em 2007 publicou, inclusive, o livro *Direito à memória e à verdade*, resultado de onze anos de trabalho da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e primeiro documento oficial do governo federal a responsabilizar a ditadura militar pela tortura e morte de seus opositores. Lula também foi o responsável pelos trâmites iniciais de instauração da Comissão Nacional da Verdade, colocados em moção em 2010, através de decreto encaminhado por ele ao Congresso Nacional no dia 13 de maio<sup>193</sup>. Este seria o pontapé inicial para que Dilma Rousseff, sua sucessora, apresentasse ao país sua mais significativa medida memorial sobre o terrorismo de Estado entre 1964 e 1985 até o presente momento.

## **2.2. “A solidão destemida de algumas poucas vozes corajosas”: a ditadura civil-militar brasileira nos discursos presidenciais de Lula**

Lula é um líder carismático. Barack Obama, presidente dos Estados Unidos entre 2009 e 2017, chegou a afirmar durante reunião de líderes do G20 (grupo de países desenvolvidos e em desenvolvimento) que Lula era “o cara” e “o político mais popular do mundo”<sup>194</sup>. Mesmo hoje, há mais de um ano longe do olhar público na prisão, seu poder de mobilização política segue imenso: a *Vigília Lula Livre*, formada majoritariamente por militantes do MST, encontra-se acampada em frente ao prédio da Superintendência Regional da PF, em Curitiba, onde Lula está preso, desde seu primeiro dia de encarceramento. Em Porto Alegre, em vinte e quatro de janeiro de 2018, dia de seu julgamento em segunda instância pelo TRF-4, vinte e três militantes do movimento Levante Popular da Juventude foram detidos por protestar contra a sentença deferida.

Por esta razão, considero importante pensar as concepções weberianas a respeito do fenômeno político do líder carismático como promulgador da autoridade. Para Weber, a liderança carismática seria fomentada por uma “devoção a um específico e excepcional ato de

---

<sup>193</sup> Esta data não foi escolhida ao acaso, traçando paralelo entre a assinatura da Lei Áurea e a instauração da Comissão Nacional da Verdade.

<sup>194</sup>REDAÇÃO. *Lula 'é o cara', diz Obama durante reunião do G20, em Londres*. G1, Globo news.. Brasília, 02 de abril de 2009. Disponível em <[http://g1.globo.com/Noticias/Economia\\_Negocios/0,,MUL1070378-9356,00-LULA+E+O+CARA+DIZ+OBAMA+DURANTE+REUNIAO+DO+G+EM+LONDRES.html](http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1070378-9356,00-LULA+E+O+CARA+DIZ+OBAMA+DURANTE+REUNIAO+DO+G+EM+LONDRES.html)>. Acesso em: 30 de abril de 2019.

heroísmo, ou a um carácter exemplar de uma pessoa, o que lhe legitima a autoridade<sup>195</sup>. No caso do ex-presidente, sustento que este fenómeno se dá através da elaboração narrativa de sua trajetória de vida em sobretons épicos. Pautada na superação da seca do Sertão e da violência do autoritarismo, tal narrativa *mitifica* Lula enquanto representante e herói das vítimas da tragédia brasileira marcadas pelo sofrimento da desigualdade social, incutindo na população sua *excepcionalidade* em relação aos demais.

Expressando-se através da linguagem popular e frequentemente lançando mão de metáforas cotidianas, Luiz Inácio apresenta sua narrativa sem ambição de mascarar suas intenções políticas, priorizando, por outro lado, estabelecer uma noção de proximidade em relação a seus ouvintes. Segundo Panke,

Lula é um hábil orador, pois consegue cativar a atenção de públicos variados materializando as falas sob uma espécie de “pedagogia” política. Isto significa o uso de ilustrações, exemplos, apostos e metáforas que transformam argumentos racionais e informações técnicas em discursos mais explicativos e emocionais. Tal característica coaduna com o carisma inerente à figura de Lula e ao tom de voz, que se adapta à situação e imprime novas informações ao discurso<sup>196</sup>.

Observam-se estas características em discurso por ocasião de realização do III Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em março de 2003, quando declara Lula:

eu, agora mesmo, estou falando aqui, em português, e deve haver companheiro aí, francês, inglês, deve haver gente da China, da Índia, que não está entendendo nada do que estou falando. Entretanto, aqueles que não entenderem as minhas palavras, e são pessoas que acreditam no *Fórum Social Mundial*, olhem nos meus olhos, e vão entender cada palavra que eu falar<sup>197</sup>.

Considerando estes princípios sobre os quais se sustentam os discursos de Lula, procuro trabalhar a partir de uma outra perspectiva de análise a respeito da presença (e ausências) da ditadura civil-militar brasileira em suas manifestações oficiais. Seu antecessor,

---

<sup>195</sup> WEBER apud MONTERO, 2008, p. 37.

<sup>196</sup> PANKE, L. (2012). Análise comparativa entre as campanhas eleitorais dos brasileiros Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva. Comunicação Humanitas: *Revista Científica De Comunicación*, 3 (1), p. 43.

<sup>197</sup>BRASIL. Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no III Fórum Social Mundial*. Porto Alegre, 24 mar. 2003. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/24-01-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-iii-forum-social-mundial.pdf/view>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

Fernando Henrique Cardoso, circunscrevia seus discursos de modo a atender cada ocasião de enunciação especificamente, favorecendo, assim, uma série de contradições e paradoxos a respeito da elaboração o passado sobre os quais defendi minhas especulações e hipóteses no capítulo anterior. Luiz Inácio da Silva, por outro lado, apresenta uma característica de inter-relação e continuidade em suas falas ao longo dos oito anos de sua administração que considero digna de arguição. Novamente procurando pelas noções de temporalidade, usos do passado e memórias em suas falas, o faço partindo de um entendimento diferenciado: ainda que cada discurso de Lula seja um fim em si mesmo e atenda a determinados interesses e conjunturas, quando analisados conjuntamente - em um *trabalho de enquadramento* mais amplo, para emprestar o termo de Pollak - percebe-se que a presença de sua narrativa épica atua como um fio condutor entre-discursos, criando uma grande *narrativa-comum*.

Trata-se, falando em termos gerais, da formulação de paralelo constantemente reforçado por Lula entre sua trajetória político-pessoal e a história de exploração do Brasil desde sua invasão. Assim, ao considerar a totalidade dos discursos de Lula como mais do que a soma de suas manifestações individuais, procuro compreender de que modo (e com quais motivações políticas) o ex-presidente encaixa a ditadura civil-militar nesta particular fusão narrativa entre história e memória. Para tanto, selecionei nove de seus discursos para compor o corpo discursivo deste capítulo, abarcando seus discursos de posse (*Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional, de 2003*, e *Discurso de posse no Congresso Nacional, de 2007*) e seu primeiro pronunciamento à nação, sob o título *Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após a cerimônia de posse Parlatório do Palácio do Planalto, também de 2003*.

Abordo o *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia de lançamento do Livro-Relatório sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, de 2007*, por dar conta da temática da ditadura diretamente, analisando também suas manifestações sobre a questão dos direitos humanos, como no *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Conferência Nacional dos Direitos Humanos, de 2004*, e no *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH 3) e entrega do Prêmio Direitos Humanos 2009*. Para pensar as concepções Lula sobre a democracia, *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da*

*Conferência Internacional Democracia na América Latina*, em 2004. Além destas, optei por incluir duas falas voltadas aos movimentos sociais, através das quais Lula rememora vítimas do regime de terrorismo do Estado: *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no III Fórum Social Mundial*, em 2003, e *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia de lançamento da Caravana da UNE, da Caravana da Saúde e do Pacto da Juventude*, de 2008.

Assim, procuro apresentar as principais características de sua narrativa-comum, argumentando que o ex-presidente, ao elaborar o passado brasileiro através da rememoração de seu próprio passado, o faz de acordo com as seguintes concepções principais: quanto a) ao *tempo histórico*, apresenta uma perspectiva linear, segundo a qual sua eleição representa um marco temporal e o alcance do *destino histórico*; sobre b) os *usos do passado*, suas motivações políticas parecem ser a *conciliação* de diversos interesses políticos em uma conjuntura conturbada e, simultaneamente, o *incentivo* ao apreço pela democracia e pelas lutas políticas; finalmente, c) as *memórias* relatadas pintam *opositores* da ditadura como *heróis* e modelos para o presente.

Adentrando mais a fundo nesta proposta, e partindo efetivamente para a análise de seus discursos, reforço que esta narrativa elaborada por Lula diz respeito à uma concepção de  *fusão* de sua trajetória de vida com a própria história do país, assimilando-as pela lógica de vitória sobre a opressão. Tal ideia fica explicitada na frase de encerramento de seu primeiro discurso de posse, em 2003: “hoje é o dia do *reencontro do Brasil consigo mesmo*”<sup>198</sup>. Assim, é como se, para Lula, ele e o Brasil representassem um só, cujo reencontro - sua ascensão ao poder - significaria o alcance de seu “*destino histórico* de prosperidade e justiça”<sup>199</sup>. Ainda neste sentido, Luiz Inácio destaca “sua *longa jornada* de retirante, que começara, como a de milhões de nordestinos, em cima de um pau-de-arara, [e agora] terminava, como expressão de um projeto coletivo, na rampa do Planalto”<sup>200</sup>.

---

<sup>198</sup> BRASIL. Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). *Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de posse no Congresso Nacional*. Brasília, 01 jan. 2003. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/01-01-pronunciamento-a-nacao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-apos-a-cerimonia-de-posse.pdf/view>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

<sup>199</sup> Idem.

<sup>200</sup> BRASIL. Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). *Discurso de posse no Congresso Nacional*. Brasília, 01 jan. 2007. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/01-01-2007-pronunciamento-a-nacao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-posse/view>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

Dessa forma, tal qual Fernando Henrique Cardoso, também demonstra uma concepção linear do tempo histórico, carregada pela perspectiva de destino histórico, a legitimar sua condição de chefe de Estado e líder da nação: “eu não sou o resultado de uma eleição. *Eu sou o resultado de uma história*”<sup>201</sup>. Este marco temporal estabelecido por Lula como sua chegada ao poder diz respeito, dentre outras questões, à uma concepção política contrária, ao menos no nível do discurso, a lógica da agenda neoliberal<sup>202</sup>. Agora ao contrário de FHC, para quem a democracia liberal significava a superação da ditadura, Lula manifesta uma visão desta como herança do regime de exceção, e uma forma de manutenção da opressão da população brasileira (e latino-americana):

na América Latina, mais que em qualquer outro lugar, a *história ensinou* que o regime da liberdade é incompatível com a lógica da opressão política e da opressão econômica. [...] Essa, infelizmente, não foi a lógica que prevaleceu na América Latina ao final do ciclo autoritário. *Encerrada a luta pela redemocratização*, Estados nacionais e projetos legítimos de transformação foram *submetidos a um enquadramento econômico* e político dotado de pressão máxima<sup>203</sup>.

Segundo Groppo, o continente latino-americano<sup>204</sup> teria sido conduzido à transformações estruturais impostas pela ditadura através de uma realidade econômica atravessada pelo “neoliberalismo salvaje, la desindustrialización, la especulación financiera desenfrenada, el desmantelamiento del sistema de protección social, el abandono de las funciones reguladoras del Estado, la explosión de la deuda externa”<sup>205</sup>. Para Lula tornava-se

---

<sup>201</sup> BRASIL. Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). *Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após a cerimônia de posse Parlatório do Palácio do Planalto*. Brasília, 01 jan. 2003. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/01-01-pronun-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-sessao-solene-de-posse-no-cn.pdf/view>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

<sup>202</sup> Como apresentado no subcapítulo anterior, ainda que mais frequentemente do que não Lula se manifestasse contrário às políticas do neoliberalismo, seu modelo de governo difundido pelo lulismo não tem por costume, paradoxalmente, o enfrentamento a ordem pré-estabelecida.

<sup>203</sup> BRASIL. Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Conferência Internacional Democracia na América Latina*. Brasília, 02 dez. 2004. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/02-12-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-conferencia-internacional-democracia-na-america-latina/view>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

<sup>204</sup> Faço aqui uma ressalva quanto à especificidade da ditadura brasileira que, quando comparada às outras do Cone Sul, foi a que menos implementou medidas neoliberais - ao contrário, o nacionalismo militarista "protegeu" a economia nacional, criando inúmeras estatais e ampliando o Estado. Todavia, considero que o regime de exceção na América Latina foi peça fundamental para a implementação da agenda neoliberal que se seguiu à transição democrática.

<sup>205</sup> GROPPA, 2002, p. 108.

necessário, portanto, *aprender com os ensinamentos da história*, fundamentando-se na ideia da história como um “*phármakon*”<sup>206</sup>, capaz de solucionar males imediatamente uma vez conhecido o passado.

Todavia, o mundo da política não apresentava soluções tão facilmente como o mundo da história nas concepções do ex-presidente - mantendo seus princípios políticos de negociação e conciliação, Lula chegou inclusive a aprofundar algumas das políticas neoliberais de FHC. Sobre esta dificuldade em aplicar o projeto político no qual acredita, tanto a respeito de questões econômicas do presente quanto aquelas que remetem à elaboração do passado, afirma, em ocasião de publicação do Livro-Relatório sobre Mortos e Desaparecidos Políticos: “é como se fosse a Muralha da China. Ela é *longa*, mas se nós lembrarmos o quanto parecia impossível quando começou a Comissão, e lembrarmos o que se avançou, nós chegaremos à conclusão, hoje, de que a Muralha da China *não é tão intransponível* como parece ser”<sup>207</sup>.

Novamente reforçando sua narrativa de excepcionalidade para transpor o intransponível, indiretamente associa a lógica de linearidade do tempo e da *história como mestra da vida*. No opaco espaço entre o dito e o não-dito, pede confiança no governo e em propostas futuras - somente parecia impossível, declarou Lula, até fazer lembrar os avanços anteriores. Logicamente, ainda que uma proposta outra pareça impossível, a população deve lembrar (para ele, sinônimo de aprender) os avanços passados e confiar em sua autoridade mais uma vez.

Ainda mantendo o olhar sobre o passado, nesta mesma cerimônia, faz apelo sentido aos familiares dos mortos e desaparecidos políticos presentes, oferecendo empatia e reconhecendo como válida a contemporaneidade de seu sofrimento: “eu queria, meus amigos e minhas amigas, dizer mais duas palavras, sobretudo às mulheres, às mães, aos pais, aos filhos, aos irmãos, àqueles que estão, há décadas, esperando uma notícia do dia do “*nunca mais*””<sup>208</sup>. A análise na íntegra deste discurso permite estabelecer este trecho do discurso

---

<sup>206</sup> BAUER, 2017, p. 185.

<sup>207</sup> BRASIL. Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia de lançamento do Livro-Relatório sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília, 29 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/29-08-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-cerimonia-de-lancamento-do-livro-relatorio-sobre-mortos-e-desaparecidos-politicos/view>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

<sup>208</sup> BRASIL. Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia de lançamento do Livro-Relatório sobre Mortos e Desaparecidos Políticos...*

como um ponto de ruptura<sup>209</sup> em sua manifestação, quando Lula abre mão do discurso preparado previamente, e passa a reconstruir o passado ditatorial “improvisadamente”. Por conseguinte, chega a assumir posturas antagonísticas ao afirmar, por exemplo, que “*se tem gente que faz muita crítica porque as mães não esquecem os filhos, [...] seria importante que eles fechassem os olhos e imaginassem se fossem os filhos deles que tivessem desaparecidos*”

210

Todavia, esta rememoração emocionada das vítimas da repressão é constante na narrativa-comum estabelecida por Lula. Sobre aqueles que foram impedidos de o acompanhar até o Palácio do Planalto, testemunha: “nós esperamos tanto para ganhar, nós perdemos tanto, sofremos tanto, *tanta gente morreu antes de nós*, tentando chegar lá, que, por esse acúmulo de compromissos, quero olhar na cara de cada um de vocês e dizer: “*Eu não vou errar*”<sup>211</sup>. Neste sentido, para Lula, os mortos são contemporâneos aos vivos em sua função social, que vai além do “*dever da memória*”<sup>212</sup> e da não-repetição. Ao lembrar aqueles que morreram, o presidente firma compromisso com os que vivem, e incentiva-os duplamente a lutar a) para serem lembrados e b) porque a vitória (o *chegar lá*) vale todos os sofrimentos. Esta questão é especialmente explicitada no excerto abaixo:

vejam uma coisa: a Inês lutava por quê? Porque ela queria ter liberdade, neste país. Ela lutava por quê? Porque ela sonhava que um dia este país iria ter um governo que tivesse compromisso com a grande maioria da sociedade. A Dilma lutava pelas mesmas coisas. O Franklin Martins participou do *sequestro de um embaixador americano* exatamente para que a gente tivesse mais liberdade. O Tarso Genro foi preso para isso, o outro foi preso para aquilo. O Paulinho Vannuchi ficou não sei quantos anos; a Dilma, não sei quantos anos. Ora, gente! Então, eu acho que é importante a gente colocar

---

<sup>209</sup> A maioria dos discursos de Lula em seu segundo mandato, felizmente, é disponibilizada via áudio, também na biblioteca do site da presidência. Desse modo, ainda que no texto escrito seja possível visualizar esta ruptura a qual me refiro, em áudio ela também se faz bastante marcante. BRASIL, Presidente (2003 - 2010: Luiz Inácio Lula da Silva). *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia de lançamento do Livro-Relatório sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* (áudio). Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/audios/2007-audios-lula/29-08-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-cerimonia-de-lancamento-do-livro-relatorio-sobre-mortos-e-desaparecidos-politicos-brasilia-df-17min16s/view>>. Acesso em: 06 de junho de 2019.

<sup>210</sup> BRASIL, Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia de lançamento do Livro-Relatório sobre Mortos e Desaparecidos Políticos...*

<sup>211</sup> BRASIL, Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no III Fórum Social Mundial...*

<sup>212</sup> Aqui atento para a diferenciação entre a expressão “dever de memória”, denota uma obrigação ou imposição de lembrar, e o conceito de “direito à memória”, reconhecendo o direito do cidadão à lembrança, mas também ao esquecimento.

isso na nossa consciência: é que *valeu a pena, valeu a pena!* [...] Então, Inês, minha querida Inês, eu só queria te dizer uma coisa, – eu estou vendo a Margarida Genevois ali, eu estou vendo... – é que valeu a pena, valeu a pena cada gesto que vocês fizeram, *cada choque que vocês tomaram*, cada apertão que vocês tiveram valeu a pena, porque *nós aprendemos*. E na medida que a gente aprende, *a gente garante que não haverá mais retrocesso neste país*. E isso nós devemos a vocês, que lutaram antes de nós<sup>213</sup>.

Esta fala acima, em ocasião do lançamento do PNDH-3, em dezembro de 2009, oferece alguns pontos importantes para análise. Mais uma vez, Lula retoma a linearidade temporal através da filosofia *historia magistra vitae* (“nós aprendemos... a gente garante que não haverá mais retrocesso nesse país”), assim como relembra explicitamente - e não de forma condenatória ou vexaminosa - as ações armadas no combate à ditadura, ao mencionar o caso do sequestro do embaixador americano Charles Elbrick, em 1969. Evidencia-se aí outra característica bastante peculiar dos discursos de Luiz Inácio com relação aos de Fernando Henrique (quem priorizava a propagação do mito da sociedade resistente, geralmente sem citar nomes ou especificar os meios de combate ao terrorismo de Estado): a *personalização* da história através da criação de personagens *heróis*. Mantendo esta mesma lógica de “*homenagem*” aos resistentes, em ocasião anterior, também dizendo respeito à questão dos direitos humanos, em 2004, Lula relembra outras figuras desse cenário.

No Brasil, a expressão “direitos humanos” já esteve associada à *solidão destemida de algumas poucas vozes corajosas*. Dom Paulo Evaristo Arns, o companheiro Hélio Bicudo e meu companheiro, advogado, Luiz Eduardo Greenhalgh, entre outros, batalhadores e batalhadoras de todo o Brasil. Estes, se destacaram naqueles tempos. Tempos sombrios em que uma casa paroquial ou um jornalista intrépido constituíam o *único abrigo* para a denúncia e o desespero de pessoas perseguidas, ou de parentes e amigos de desaparecidos, presos ou mortos no regime militar<sup>214</sup>.

---

<sup>213</sup> BRASIL. Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH 3) e entrega do Prêmio Direitos Humanos 2009*. Brasília, 21 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/21-12-2009-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-cerimonia-de-lançamento-do-programa-nacional-de-direitos-humanos>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

<sup>214</sup> BRASIL. Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Conferência Nacional dos Direitos Humanos*. Brasília, 29 jun. 2004. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/29-06-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-conferencia-nacional-dos-direitos-humanos/view>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

Optei pela frase grifada para denominar o presente subcapítulo pois considero-a altamente representativa desta narrativa-comum que Lula busca estabelecer institucionalmente através de seus discursos. A *pessoalização* dos movimentos políticos organizados na luta contra a ditadura (“*algumas poucas vozes corajosas*”), além de contribuir com uma noção bastante limitada dos processos históricos como obra dos “grandes homens do passado” (dentre os quais, segundo sua própria narrativa, ele seria o maior) também incorre, ainda mais perigosamente, na despolitização destes personagens como *significantes vazios*<sup>215</sup> e na desresponsabilização do Estado sobre os crimes ocorridos. Sintetiza Vinyes:

Esas denegación del Estado y sus distintos administradores ha conllevado sustituir las memorias políticas y sociales de la ciudadanía más participativa, por el sufrimiento -único, personal- de la víctima, a la que instituyen -o usan- como sujeto de referencia de toda acción memorial y reparadora. Esa denegación ha generado por lo demás una fuerte inducción a la privatización de la memoria. O lo que es lo mismo, la imposibilidad de constituir una memoria pública. Un vacío que el Estado ha colmado con una memoria administrativa derivada de la ideología de la reconciliación, que nada tiene que ver con la reconciliación como proyecto político<sup>216</sup>.

Tal fenômeno é passível de observação ainda na declaração de Lula exposta abaixo: sob a justificativa de “*tratar um pouco melhor*” os mortos, o presidente deslegitima a reivindicação pela punição dos agentes repressores responsáveis pelos assassinatos e desaparecimentos forçados como mero “*xingar alguém que matou*”, sufocando em esquecimento a demanda pelo fim da cultura de impunidade imposta pelo período de transição.

Eu queria [...] dizer que *nós precisamos tratar um pouco melhor os nossos mortos*. Todas as vezes que falamos nos estudantes que morreram, toda vez que falamos dos operários que morreram, nós falamos *xingando alguém que os matou*. Na verdade, esse martírio nunca vai acabar se a gente não aprender a transformar os nossos mortos em *heróis*, não em *vítimas*, como a gente costuma tratar todas as vezes. [...] É preciso fazer com que essas pessoas que tombaram lutando por alguma coisa que acreditavam se transformem em heróis, que sejam símbolos da nossa luta, que na sede da UNE tenha a fotografia e a história dos que morreram, que na sede do sindicato tenha a fotografia e a história dos que morreram, porque nós os transformamos

---

<sup>215</sup> Elemento constituinte do discurso político o qual, segundo Céli Pinto, diz respeito ao “significante que foi, historicamente, objeto de tantas condensações que chega um momento que a ele pode ser atribuído a qualquer coisa, ou seja, são tantas as condensações” que ele se esvazia de sentido. Cf: PINTO, 2006, p. 108. Ao heroicizar os opositores do regime político de terrorismo de Estado, Lula desconsidera suas motivações políticas e ideológicas, os transformando em símbolos sem conteúdo.

<sup>216</sup> VINYES, 2009, mimeo.

apenas em vítimas, não contamos a história, ninguém sabe quem são, portanto, nunca viraram heróis<sup>217</sup>.

Assim, Lula demonstra outra vez a instrumentalização dos mortos para seus fins políticos no presente. Segundo Vinyes, esta tentativa de transformar as vítimas do regime de exceção em símbolos imaculados, “blindados a la distancia crítica, o políticamente vacíos” tem a intenção de criar as condições para “el consenso en la ideología de la reconciliación, y es esa ausencia de posibilidad crítica sobre la víctima lo que genera el autoritarismo de su discurso”<sup>218</sup>. Dessa forma, muito embora Lula também valide a busca dos familiares de mortos e desaparecidos por despojos mortais para enterrar (“os seus familiares e amigos, seguindo uma tradição milenar, reclamam o justo direito sagrado de sepultar seus entes queridos. Esse direito milenar e sagrado é de todos”<sup>219</sup>), o faz dentro da lógica do consenso, de acordo com a qual a necessidade de reparação deve se basear na *pena* frente à dor sofrida, e não na investigação das práticas terroristas implementadas pelo Estado. Neste sentido, a busca pela conciliação segue sendo seu principal objetivo quando rememorando o regime de exceção.

Até mesmo sua atuação enquanto líder sindical no combate à ditadura civil-militar é reinterpretada de acordo com os interesses conciliatórios que orientam seu governo no presente. Segundo ele, ao coordenar uma greve no ABC paulista, no ano de 1978, teria procurado espontaneamente o comandante do II Exército para marcar uma reunião e discutir os direitos dos trabalhadores. Era como se Lula dissesse que, neste tempo todo, do outro lado do espectro da ditadura violenta que torturou e prendeu os personagens-heróis de sua narrativa existisse adormecida a possibilidade de negociação com os órgãos repressores.

Agora, lembro de uma coisa que vou contar para vocês: em 1978, entramos em greve no ABC e o Presidente da Federação das Indústrias correu ao II Exército para dizer ao general Dilermando que era preciso acabar com uma greve que os metalúrgicos estavam fazendo. Possivelmente, se pertencesse a

---

<sup>217</sup> BRASIL. Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia de lançamento da Caravana da UNE, da Caravana da Saúde e do Pacto da Juventude*. Rio de Janeiro, 12 ago. 2008. Disponível em: <[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/copy\\_of\\_23-04-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-cerimonia-de-comemoracao-do-35o-aniversario-da-empresa-brasileira-de-pesquisa-agropecuaria-embrapa/view](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/copy_of_23-04-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-cerimonia-de-comemoracao-do-35o-aniversario-da-empresa-brasileira-de-pesquisa-agropecuaria-embrapa/view)>. Acesso em: 17 abr. 2019.

<sup>218</sup> VINYES, 2009, mimeo.

<sup>219</sup> BRASIL. Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia de lançamento do Livro-Relatório sobre Mortos e Desaparecidos Políticos...*

uma organização política mais tradicional, eu teria arrumado a mala e teria ido para outro lugar, ficar uma semana, até a poeira baixar. Como eu era mais inocente politicamente, peguei um telefone e liguei para o comandante do II Exército e falei: “General Dilermando, estou vendo nos jornais que o senhor convidou o Presidente da FIESP, para atender à FIESP. Sou Presidente dos trabalhadores. *Eu quero ir falar com o senhor.*” *E ele me recebeu durante três horas*<sup>220</sup>.

Destarte, Lula reforça duas das principais formulações de sua narrativa-comum: a) a excepcionalidade de sua postura frente os demais militantes do período, ao sugerir indiretamente que “*se pertencesse a uma organização mais tradicional...*” (ou, em outras palavras, “se fosse como os outros...”), “... *teria arrumado a mala e teria ido para outro lugar*”, desmerecendo demais formas de articulação política; e b) a noção de que em meio ao aparato repressivo o terrorismo de Estado oferecia espaço aberto ao diálogo, noção esta que possibilita interpretações de culpabilização dos opositores da ditadura pela repressão da ditadura. Por conseguinte, Luiz Inácio retoma a) a universalização de sua trajetória político-social como vitrine para a história e b) a negociação como a via para o sucesso.

Entretanto, ressalto que a ideologia da reconciliação é anterior e posterior ao seu governo, não se tratando de uma particularidade dos usos do passado por parte de sua administração. “Implementada como campanha [...] pelos governos transicionais, teve como consequência o estabelecimento da desinformação e do silêncio, bem como o desenvolvimento de certa apatia em relação à política”<sup>221</sup> em consequência do medo residual do terrorismo de Estado, mas também da *demonização da política* como caos ou perturbação. Dessa forma evidencia-se também a “*lógica da protelação*”, articulada por todas as administrações civis do pós-ditadura até o momento, segundo a qual “la espera del paso del tiempo para la resolución de los problemas del pasado, la espera de la extinción del problema a través del deceso tanto de los culpables como de los afectados. Esto es lo que hará que el conflicto se supere definitivamente”<sup>222</sup>. Jelín contesta esta lógica uma vez que, segundo ela, a superação do passado só pode ser alcançada, no plano coletivo, ao se “superar los olvidos y los abusos políticos, tomar distancia y al mismo tiempo promover el debate y la reflexión activa sobre ese pasado y su sentido para el presente/futuro”<sup>223</sup>.

---

<sup>220</sup> BRASIL. Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no III Fórum Social Mundial*.

<sup>221</sup> BAUER, 2014, p. 154.

<sup>222</sup> VINYES apud BAUER, 2014, p. 156.

<sup>223</sup> JELIN, 2002, p. 15.

Deste modo, considero que, em termos gerais, Luiz Inácio da Silva não sequer procurou desenvolver meios para a elaboração do passado ditatorial, tendo em vista que suas narrativas sobre o tema visam a manutenção do sistema político tal qual o é, engessando as necessidades de gestão do passado em razão das necessidades de conciliação e estagnação do presente.

Assim, no decorrer deste capítulo tive a intenção de explorar os usos do passado ditatorial pelo governo Lula em seus discursos presidenciais. Em meu primeiro contato com corpo discursivo já pude perceber as especificidades de suas falas, de modo que optei por analisá-los como um conjunto narrativo, buscando, desta vez, elencar os principais eixos através dos quais se organiza a narrativa-comum de Luiz Inácio da Silva. Neste sentido, sustento que Lula, enquanto chefe de Estado, procura organizar a temporalidade acordo com uma noção linear e progressista, no sentido de associar a exploração como um passado superado através de sua eleição e estabelecer a democracia e a justiça social como novos ideais para o futuro.

As memórias que busca empoderar institucionalmente dizem respeito, de modo geral, a idealização e o esvaziamento do projeto político das vítimas do regime de exceção, objetivando instrumentalizá-las como símbolo mobilizador dos movimentos sociais de acordo com seus próprios interesses políticos. Ao alinhar a história de resistência do Brasil ao autoritarismo com sua própria trajetória de vitória sobre a fome e a desigualdade social, legitima-se no poder como a única figura capaz de dar um fim a este ciclo de violência. Apesar disso, seu governo representou um período de perpetuação das muitas violências as quais critica, como a aplicação políticas neoliberais no aspecto econômico e o não-desenvolvimento de novas medidas que dessem conta de, por exemplo, localizar e identificar os despojos dos mortos e desaparecidos políticos.

Neste sentido,

as veladas promessas de transparência não cumpridas fazem das relações democráticas atos de discursos sem presença, carentes de sujeitos, sofrendo como consequência a falta de escuta e de retorno dialógico para transformar o quadro de impunidade e autoritarismo presentes na ação política democrática brasileira<sup>224</sup>.

Por fim, reforço que, embora a eleição de Lula tenha de fato estabelecido uma ruptura

---

<sup>224</sup> TELES, 2009, p. 13.

na história e cultura política brasileiras, enquanto tudo que representa como retirante nordestino e operário sindicalista, o governo petista não foi capaz de superar a lógica conciliatória instaurada pelo período de transição, deixando a sociedade brasileira à deriva do alerta de Teles: “o silêncio das instituições brasileiras, mas também da sociedade, indicam que o mais chocante no pós-ditadura seja o comportamento dos democratas em não enfrentarem os crimes do passado”<sup>225</sup>. Desta forma, atento para o fato de que a “Era Lula”, embora signifique o período de maior estabilidade democrática da história recente brasileira, enfraquece ativamente a democracia ao não oferecer iniciativas para a gestão do passado ditatorial, alimentando políticas de esquecimento e silêncio.

---

<sup>225</sup> TELES, 2009, p. 6.

### 3. DILMA VANA ROUSSEFF

Dando continuidade ao processo de transformação iniciado por Lula no que diz respeito às elites governantes do país, Dilma Vana Rousseff elegeu-se a primeira mulher presidenta do Brasil. Considero este um marco bastante importante na história brasileira<sup>226</sup>, e um marco reconhecido pela própria Dilma, quem fez questão de priorizar a inclusão da população feminina não apenas em seus discursos, mas através da implementação de políticas públicas voltadas para mulheres<sup>227</sup>. Todavia um avanço democrático, no sentido de expandir os espaços ocupados por mulheres nas esferas pública e institucional, sua eleição significou, paradoxalmente, a brusca ruptura do período de estabilidade democrática pós-ditadura. Empossada pela primeira vez em janeiro de 2011, reeleita em 2014 após acirrada disputa com o candidato do PSDB, Aécio Neves, e destituída do poder através de um golpe jurídico-parlamentar e midiático em 2016, esta não foi a primeira vez que Dilma foi vítima da perseguição antidemocrática.

Dilma Rousseff era uma adolescente de dezesseis anos quando o Brasil foi violentado pelo advento de um golpe civil-militar em 1964. Foi no colégio que entrou em contato com a resistência à ditadura de terrorismo de Estado instaurada, compondo diversas organizações revolucionárias até o ano de 1970 quando, formando o grupo guerrilheiro VAR-Palmares, acabou detida pela polícia política de São Paulo e encaminhada ao DOI-Codi. Dilma permaneceu encarcerada por cerca de três anos, sendo transferida constantemente entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, período ao longo do qual foi duramente torturada.

Assim, apresento o primeiro subcapítulo desta terceira e última parcela da pesquisa, *3.1. Dilma, de golpe a golpe*. Através da compreensão da trajetória política da presidenta, iniciada na resistência contra a ditadura civil-militar, pretendo compreender as memórias

---

<sup>226</sup> Gostaria de poder me estender a respeito de questões pautadas pelo gênero na trajetória e governo de Dilma Rousseff, todavia as condições de elaboração deste trabalho exigem que eu me atenha às questões relativas ao passado ditatorial em seus discursos. Cf. SCOTT, Joan. *Gender: a useful category of historical analyses*. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.; FERREIRA, D. M. M.; PEREIRA, D. V. Gênero feminino: identidade e estereótipo – Dilma Rousseff em seu primeiro mandato. *Revista do GELNE*, v. 18, n. 1, p. 1-22, 2 jan. 2017.

<sup>227</sup> Dilma efetivou uma série de políticas públicas voltadas às mulheres, dentre as quais destaco a elevação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para o status ministerial, tornando-se Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos em 2015.

sobre o período que alcançam a oficialidade do espaço institucional fundidas às conjunturas políticas e sociais do presente. Como nos capítulos anteriores, também considero as medidas transicionais de Dilma sobre a elaboração do passado ditatorial, de modo que, desta vez, discuto algumas questões a respeito da *Comissão Nacional da Verdade*, instaurada por ela em maio de 2012.

Pode-se dizer que a ex-presidenta Dilma Rousseff foi a chefe de Estado que mais vezes e mais diretamente se referiu a ditadura civil-militar durante a Nova República. Desde que atingiu o status de figura pública nacional como Ministra de Minas e Energia - e posteriormente Ministra Chefe da Casa Civil - no governo Lula, Dilma frequentemente fez referência ao seu passado militante. Repetidas vezes se emocionou ao ponto de embargar a voz e derramar lágrimas, muito embora fosse julgada pelo cerco midiático como “dura” e “impassível”<sup>228</sup>. De modo geral, sua preocupação principal enquanto governante parece ser garantir ao país as condições necessárias para o preenchimento das lacunas sobre o passado ditatorial, substituindo a *desmemória* pela memória (esta, múltipla e mutante).

Neste sentido, identifico duas reivindicações principais que percorrem seus discursos: o dever de memória e o direito à verdade como o direito à história. Isto significa, em minha interpretação, que Dilma manifesta em nível institucional o interesse cidadão, próprio da democracia, de acesso às condições materiais e simbólicas que possibilitem a elaboração do passado traumático da ditadura. Assim, analiso no segundo subcapítulo 3.2. “*Se existem túmulos sem corpos nunca pode existir uma história sem voz*”: a ditadura civil-militar brasileira nos discursos presidenciais de Dilma, suas noções de temporalidade, memória e usos do passado sobre a ditadura, levando em consideração a ruptura democrática que atravessa a segunda etapa de seu governo e causa grandes transformações narrativas em seus discursos.

### **3.1. Dilma, de golpe a golpe**

Dilma Vana Rousseff (Belo Horizonte, 14 de dezembro de 1947) é filha de Pétrar Russév, imigrante búlgaro naturalizado, e Dilma Jane da Silva, professora fluminense

---

<sup>228</sup> FERNANDES, C. M.. As representações midiáticas de Dilma Rousseff no cenário político brasileiro. In: Aurora. v. 5, n. 14 (2012). passim.

residindo em Minas Gerais. Dilma iniciou sua trajetória política bastante cedo, no Colégio Estadual Central de Belo Horizonte, entre 1964 e 1966, onde se juntou ao grupo Polop como editora do jornal clandestino *O Piquete*, “voltado para o trabalho de base no meio operário e sindical”<sup>229</sup>. Em 1967, por ocasião da dissidência da Polop<sup>230</sup>, passa a compor organização guerrilheira COLINA. Segundo Marques, “não há evidências concretas da participação direta ou não de Dilma” nas guerrilhas, todavia de acordo a lógica dos agentes repressores do Estado, “a opção pelo engajamento em uma organização revolucionária já presumia o envolvimento com atividades armadas, independentemente de um envolvimento “*direto*” ou não”<sup>231</sup>. O que se sabe ao certo é que Dilma era responsável pela organização de cursos de marxismo para os outros militantes do grupo, sendo parte da liderança da COLINA e, posteriormente, participando das negociações que viabilizaram a fusão desta com a VPR na nova organização VAR-Palmares<sup>232</sup>.

Por volta deste período, em 1969, entrou para a clandestinidade no Rio de Janeiro com seu primeiro marido, Cláudio Galeno Linhares. Entretanto, quando Linhares é transferido para Porto Alegre por parte da organização, Dilma segue suas atividades políticas no eixo Rio-São Paulo, onde acaba presa em dezesseis de janeiro de 1970. Levada ao DOI-Codi, na Rua Tutóia, em São Paulo, foi duramente torturada durante várias sessões de interrogatórios até ser transferida para o DOPS, um mês depois, onde sua detenção foi legalmente registrada. Seguiria presa por três anos, respondendo a processos também em Minas Gerais e Rio de Janeiro, e sofrendo constantemente a violência da tortura. A este respeito, afirmou em depoimento concedido à Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura do Estado de Minas: “o estresse é feroz, inimaginável. Descobri, pela primeira vez, que estava sozinha. Encarei a morte e a solidão. Lembro-me do medo quando minha pele tremeu. Tem um lado que marca a gente pelo resto da vida”<sup>233</sup>.

---

<sup>229</sup> NASCIMENTO, Juliana Marques. *Guerrilheiras e biografias: a imagem da mulher militante nos ciclos de memória sobre a ditadura civil-militar brasileira*. UFF. Dissertação (mestrado). Niterói, 2019, p. 95.

<sup>230</sup> “Grupos majoritários em Minas Gerais e São Paulo divergiram da posição da direção a respeito da questão da luta armada. As resoluções programáticas da POLOP incluíam a luta armada, até mesmo com a construção de focos, mas aqueles grupos consideravam insuficientes as formulações e exigiam respostas práticas mais imediatas. O cisma dividiu a POLOP ao meio e deu origem a duas organizações dissidentes: o Comando de Libertação Nacional (COLINA), em Minas Gerais, e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), em São Paulo (depois estes grupos se ramificaram em outros estados)”. Cf. COELHO & SANTOS apud MARQUES, 2019, p. 94.

<sup>231</sup> NASCIMENTO, 2019, p. 96.

<sup>232</sup> Idem, *ibidem*, p. 95.

<sup>233</sup> COMISSÃO ESTADUAL DE INDENIZAÇÃO ÀS VÍTIMAS DE TORTURA DO ESTADO DE MINAS (CEIVT). *Depoimento de Dilma Vana Rousseff*. Rio Grande do Sul, 25 out. 2001, p. 1. Disponível em:

Dilma havia sido originalmente condenada a seis anos de prisão, porém conseguiu reduzir sua pena junto ao Supremo Tribunal Militar, sendo libertada em 1972. “As marcas da tortura sou eu. Fazem parte de mim”<sup>234</sup>, afirmou. Após um curto período de recuperação na casa da família em Minas Gerais, Dilma seguiu para Porto Alegre, onde passaria a viver agora com seu segundo marido, Carlos Araújo. Nesta época, retomou os estudos que teve de abandonar devido a clandestinidade, formando-se em Ciências Econômicas na UFRGS, e passando a estagiar na Fundação de Economia e Estatística em 1975.

Graduou-se em 1977, não tendo participado ativamente do movimento estudantil - sua militância política, desta vez dentro da legalidade, era ligada ao MDB. Mesmo não se filiando ao partido, Dilma era novamente responsável por organizar debates e grupos de estudos. Em 1976, trabalhou nas campanhas a vereança de Glênio Peres e Marcos Klassmann, que viriam a ser os últimos políticos cassados pelo AI-5 no Rio Grande do Sul. Em novembro de 1977, o nome de Dilma foi divulgado no jornal *O Estado de S. Paulo* como um dos subversivos infiltrados na máquina pública em uma relação elaborada pelo então demissionário Ministro do Exército, Sílvio Frota. Com isso, foi exonerada da FEE.

No período de transição para a democracia, a partir de 1979, Dilma participou ativamente das discussões que deram origem ao PDT. Assumiu diversos cargos de gestão na cidade, como a Secretária Municipal da Fazenda e a Secretária Estadual de Minas e Energia. Devido a este sucesso profissional, em especial levando em consideração a *crise do apagão*, que marcou a segunda gestão do governo FHC, em 2001 Dilma acompanhou a dissidência pedetista para o PT, formulando o plano de governo de Lula para a área energética (Rousseff foi responsável pela elaboração do programa social *Luz para Todos*, visando a distribuição de luz elétrica para áreas empobrecidas).

Assim, chegou ao Ministério de Minas e Energia na gestão Lula, sendo apontada também presidenta do Conselho de Administração da Petrobras. Em 20 de junho de 2005, o presidente Lula indicou Dilma para comandar o Ministério da Casa-Civil. Ela se tornou a primeira mulher a assumir o cargo na história do país - José Dirceu, seu antecessor, teve de deixar o ministério devido ao escândalo do mensalão. Na época, muitos membros da base do

---

<[http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo9/Nota%20212%20241%20243%20-%2002\\_001027\\_2012\\_80.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo9/Nota%20212%20241%20243%20-%2002_001027_2012_80.pdf)>. Acesso em: 31 de maio de 2019.

<sup>234</sup> Idem.

governo criticaram a escolha, uma vez que consideravam Dilma de um perfil “técnico”, inconsistente com as necessidades políticas da Casa Civil.

Ainda na condição de ministra, relembro um episódio ocorrido em maio de 2008, quando, em audiência da Comissão de Infraestrutura do Senado, Dilma respondeu às acusações do Senador Agripino Maia, do DEM (“A senhora mentiu na ditadura, mentirá aqui?”, taxara ele):

“qualquer comparação entre a ditadura militar e a democracia brasileira, só pode partir de quem não dá valor à democracia brasileira. [...] Eu me orgulho muito de ter mentido senador, porque mentir na tortura não é fácil. O senhor não imagina como é difícil. Agora, na democracia se fala a verdade, diante da tortura, quem tem coragem, dignidade, fala mentira. [...] Não tenho nenhum compromisso com a ditadura em termos de dizer a verdade. [...] Não há espaço para a verdade, e é isso que mata na ditadura”<sup>235</sup>.

Dessa forma, desqualificou Agripino como alguém que, “por igualar dois tempos tão radicalmente distintos, não dá valor à democracia brasileira e que é incapaz de entender a situação-limite da tortura (“o senhor não imagina”)<sup>236</sup>. Além disso, interessa observar a definição da ministra de ditadura como um tempo de mentiras e da democracia como um tempo de verdades, opondo-as ontologicamente. “De qualquer modo, parece que a resposta espontânea e emocionada de Dilma, sempre descrita como uma burocrata técnica e fria, contribuiu para humanizá-la aos olhos da opinião pública”<sup>237</sup>. Nesta conformidade, no ano seguinte foi definido no Congresso Nacional do PT de 2009 que Dilma Rousseff seria a próxima candidata do partido para a presidência da república. Entretanto, ainda havia uma série de preocupações a respeito de sua candidatura, dentre elas como apresentar, numa plataforma eleitoral, uma candidata mulher cujo passado é associado à participação em grupos de guerrilha armada<sup>238</sup>.

Enfrentando José Serra (PSDB) como seu principal oponente, a disputa eleitoral de 2010 incorreu necessariamente em uma disputa política pelo passado recente de cada candidato, visto que ambos estavam engajados na luta contra a ditadura civil-militar.

---

<sup>235</sup> DA SUCURSAL DE BRASÍLIA. “*Mentir sob tortura não é fácil*”, reage ministra. São Paulo: Folha de S. Paulo, 08 de maio de 2008. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0805200823.htm>>. Acesso em: 15 de junho de 2019.

<sup>236</sup> SCHMIDT, Benito Bissi. “É da época e deu”: usos do passado nas narrativas sobre a participação de Dilma Rousseff na luta contra a ditadura civil-militar no Brasil. In: *Perseu*. História, memória e política. N. 7. (2011). p. 89.

<sup>237</sup> Idem.

<sup>238</sup> Cf: CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.

Todavia, enquanto durante o período de exceção Serra era presidente da UNE, sendo posteriormente exilado no Chile, Dilma integrava organizações clandestinas, sendo presa e torturada. Neste sentido, “ao longo de toda a campanha presidencial, portanto, e mesmo antes, Dilma teve de se mover em terreno minado quando o assunto dizia respeito a seu passado de luta contra a ditadura”<sup>239</sup>. Ainda que repetidas vezes Rousseff tenha afirmado orgulho de sua trajetória, incorporando-a em sua identidade pública, “tal imagem de si precisou ser cuidadosamente esculpida, em um trabalho envolvendo lembranças, esquecimentos e silêncios, à medida que sua candidatura à presidência se firmava”<sup>240</sup>.

Foi neste contexto de adequação das narrativas sobre o passado frente às demandas do presente que Dilma se elegeu a primeira presidenta da República, assumindo a faixa presidencial no dia 1º de janeiro de 2011, durante cerimônia histórica ao lado de seu vice-presidente Michel Temer, do PMDB. Seu governo contou com alta aprovação nos dois primeiros anos, até que estouraram os massificados protestos conhecidos como as “*jornadas de junho de 2013*”<sup>241</sup>. São diversas as leituras possíveis sobre este fenômeno político-social, porém para os fins deste trabalho ressalto apenas seu papel na desestabilização da gestão Rousseff. Deste modo, as eleições de 2014 foram pautadas por um forte acirramento político, e ainda que Dilma tenha sido reeleita em segundo turno apertado contra o tucano Aécio Neves, imediatamente após o pleito eleitoral o candidato derrotado nas urnas inicia uma intensa campanha midiática demandando sua deposição. Virtualmente impedida de governar por todo o ano de 2015 devido a articulações políticas do poder legislativo comandadas pelo presidente da Câmara dos deputados, Eduardo Cunha, do PMDB, e enfrentando uma crise internacional pautada por forte recessão econômica, Rousseff se encontrava isolada politicamente.

Cresce a pressão popular para tirá-la do poder, eclodindo grandes manifestações de rua de caráter heterogêneo que contam com a presença de diversos movimentos, organizados e autônomos, da chamada “*nova direita*”<sup>242</sup>. A Operação Lava-Jato, originalmente medida de combate à corrupção da PF, acaba por contribuir ativamente para a fragilização das instituições democráticas. O ex-presidente Lula passa a responder processos por desvio de

---

<sup>239</sup> SCHMIDT, 2011, p. 98.

<sup>240</sup> SCHMIDT, 2011, p. 89.

<sup>241</sup> Cf. MARICATO, Hermínia et al. *Cidades rebeldes*: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

<sup>242</sup> Cf. ROCHA, Camila. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância? In: GALEGO, Esther Solano (Org.). *O ódio como política*. A reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo. 2018.

dinheiro público e diversos líderes do PT são condenados e presos. Assim, em maio de 2016 - dois anos e meio antes do término de seu segundo mandato por direito - a presidenta Dilma Rousseff é afastada da presidência devido a aceitação de denúncia de crime de responsabilidade por parte de Cunha. Após votação e aprovação na Câmara dos deputados, em agosto de 2016 o Senado Federal também julga procedente a denúncia, impondo à Dilma Vana Rousseff a sanção de perda do cargo de presidenta da República<sup>243</sup>.

Uma vez apresentada sua trajetória política, do golpe de 1964 ao golpe de 2016, dedico-me agora a breve apreciação sobre a medida transicional da Comissão Nacional da Verdade enquanto contextualização da conjuntura de emergência de uma série de manifestações da ex-presidenta sobre o passado ditatorial. Instalada oficialmente por Dilma em maio de 2012, a CNV tem por objetivo efetuar investigações a respeito das violações de direitos humanos cometidas pelo Estado entre 1946 e 1988, e em especial durante a vigência da ditadura civil-militar. Isto significa que o Brasil levou quase trinta anos para instituir uma comissão da verdade, “o que a diferencia da maioria das experiências de outros países, que as implementaram logo após o fim do período autoritário ou de conflito”<sup>244</sup>.

Segundo relatório da própria Comissão, entregue à Presidenta em dezembro de 2014, a CNV atuou ouvindo vítimas, testemunhas e agentes da repressão, além de promover eventos e audiências públicas e constituir núcleos periciais. Em seu site oficial, consta que

as ações da CNV visaram ao fortalecimento das instituições democráticas, procurando beneficiar, em um primeiro plano, toda a sociedade, composta inclusive por 82 milhões de brasileiros que nasceram já sob o regime democrático. No contexto da passagem do cinquentenário do golpe de Estado que destituiu o governo constitucional do presidente João Goulart, a CNV atuou com a convicção de que o esclarecimento circunstanciado dos casos de detenção ilegal, tortura, morte, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver, bem como a identificação de sua autoria e dos locais e instituições relacionados à prática dessas graves violações de direitos humanos, constitui dever elementar da solidariedade social e imperativo da decência<sup>245</sup>.

Nas considerações de Bauer, “seu objetivo retroativo, ou seja, direcionada à ditadura civil-militar, é reconhecer o terrorismo de Estado e as suas consequências para coletividade,

---

<sup>243</sup> Diário do Senado Federal, Resolução nº 35, de 31 de agosto de 2016.

<sup>244</sup> WEICHERT, Marlon Alberto. O relatório da Comissão Nacional da Verdade: conquistas e desafios. *Projeto História*, São Paulo, n. 50. (2014). p. 89.

<sup>245</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. CNV Memórias Reveladas. Disponível em: <[http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_pagina\\_17\\_a\\_82.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_pagina_17_a_82.pdf)>. Acesso em: 15 de junho de 2019.

permitindo que distintas memórias sobre o passado traumático ganhem espaço público e legitimidade”<sup>246</sup>, além de garantir que diversos setores da sociedade possam elaborar seus lutos. Assim, “a CNV, enquanto uma medida memorial, caracteriza-se por um processo coletivo de significação do passado recente, onde se procura orientar as ações e investigações entre “*futuros passados*”, “*passados presentes*” e “*passados que não passam*””<sup>247</sup>. Evidencia-se, portanto, os efeitos residuais do terrorismo do Estado na própria temporalidade brasileira, visto que “essa conjuntura de promoção da justiça de transição é conformada por uma multiplicidade de tempos, de sentidos, por uma constante transformação e mudança dos atores e processos históricos”<sup>248</sup>.

Após dois anos de intenso trabalho, em relatório final na forma de três volumes apresentados à presidenta Dilma Rousseff, “a CNV refutou integralmente a explicação que até hoje tem sido adotada pelas forças armadas, de que as graves violações de direitos humanos se constituíram em alguns poucos atos isolados ou excessos gerados pelo voluntarismo de alguns poucos militares”<sup>249</sup>. Finalmente, a Comissão também fixou que

diante da magnitude da repressão – a qual atingiu homens, mulheres, crianças, adolescentes e idosos, vinculados aos mais diferentes grupos sociais, como trabalhadores urbanos, camponeses, estudantes, clérigos, dentre tantos outros - a prática de detenções ilegais e arbitrarias, tortura, execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres por agentes do Estado durante a ditadura militar caracterizou o cometimento de crimes contra a humanidade<sup>250</sup>.

Contudo, ainda que se admita a importância do reconhecimento estatal de que houve a perpetração de crimes contra a humanidade por agentes do governo brasileiro, isto não implica imediata resolução do passado traumático. Deve-se ter em vista que “embora conhecer os fatos seja parte do processo de elaboração do trauma, há outros enfrentamentos políticos para que haja reconhecimento social, inclusive os esquecimentos aos quais a temática da ditadura foi submetida desde a transição política”<sup>251</sup>. Nesta conformidade, passo à análise das narrativas sobre o passado ditatorial nos discursos presidenciais de Dilma

---

<sup>246</sup> BAUER, 2014, p. 8.

<sup>247</sup> BAUER, 2017, p. 48.

<sup>248</sup> Idem.

<sup>249</sup> WEICHERT, 2014, p. 96.

<sup>250</sup> Idem.

<sup>251</sup> BAUER, 2017, p. 96.

Rousseff, procurando investigar se estes se orientam pelas indicações da Comissão instaurada por ela, ou se atendem a outros e diversos interesses políticos em voga em um presente de crise institucional.

### **3.2. “Se existem túmulos sem corpos nunca pode existir uma história sem voz”: a ditadura civil-militar brasileira nos discursos presidenciais de Dilma**

A ditadura civil-militar se faz presente em diversos discursos presidenciais de Dilma Rousseff, quem com frequência rememora dois eventos traumáticos especialmente em sua trajetória: o câncer<sup>252</sup> e a repressão ditatorial (mais especificamente, a tortura). Em seu segundo mandato, marcado por intensa instabilidade política que acabaria lhe custando a faixa presidencial, a ex-presidenta acrescenta a esta conta um terceiro trauma - a “*dor da injustiça*”, como se refere, mais de uma vez, ao processo de impeachment movido pela oposição contra ela. De modo geral, em seus discursos Dilma advoca pelo direito à memória e à verdade como o direito à cidadania, pré-requisito para o aprofundamento democrático.

Diferentemente dos capítulos anteriores, quando não vi necessidade de delimitação dos discursos de acordo com os mandatos presidenciais, desta vez entendo que, devido às significativas transformações na conjuntura político-social brasileira entre o primeiro e o pleitos de Rousseff, seus discursos se beneficiariam de uma análise individual e cronológica. Assim, advoco que entre os anos de 2011 e 2014, Dilma apresentava uma narrativa sobre o passado caracterizada, principalmente, pelo interlace entre as noções de *memória*, *verdade* e *história*. Pretendo analisar seu corpo discursivo a partir destas perspectivas, partindo do princípio de que para a presidenta seus a) *usos do passado* diziam respeito, paradoxalmente, ao *direito à verdade* e à *práticas conciliatórias* visando, a construção de uma *verdadeira e única história*, enquanto b) a *memória* que Dilma busca efetivar é aquela do *dever de memória*, ancorada na responsabilidade ética, moral e política de celebrar os mortos e, assim, dar condições de convivência aos vivos; por fim, com relação à c) *temporalidade*, Rousseff, neste primeiro mandato, vivencia uma *ruptura* entre a ditadura e a democracia (tudo que a

---

<sup>252</sup> A ex-presidenta Dilma Rousseff foi acometida por um câncer linfático em abril de 2009, aos sessenta e dois anos, causando tensão nas negociações sobre a sucessão de Lula nas eleições do ano seguinte. À época Ministra da Casa Civil, Dilma passou por sessões de quimioterapia e radioterapia, e se viu curada da doença no mesmo ano.

ditadura fora, a democracia, por definição, não é), excetuando-se o tempo do *trauma* do regime terrorista de Estado, reconhecido por ela como contemporâneo à democracia.

Em seu segundo governo, todavia, várias destas perspectivas apresentam mudanças significativas. Quanto aos a) *usos do passado*, estes passam a atender uma necessidade de *mobilização nacional* em defesa de seu mandato; b) a *memória* da ditadura segue dizendo respeito aos combatentes, mas enquanto nos anos anteriores Dilma buscava a unificação nacional em torno da resistência ao passado ditatorial, agora o tom de suas manifestações é mais incisivo e posicionado; principalmente, as rupturas identificadas pela presidenta até então na c) *temporalidade* brasileira são substituídas por uma noção de continuidade e permanência - a mesma opressão antidemocrática que afligia as décadas de 1960, 1970 e 1980 continua pairando sobre o país em 2015 e 2016. Neste sentido, considero que as falas de Dilma, ainda mais que as de FHC e Lula, explicitam a influência das conjunturas de emergência nos discursos políticos. Procuro, portanto, identificar suas memórias que permitiram tão diferentes “ditos” e “não-ditos” sobre a ditadura militar entre seu primeiro mandato e o segundo.

Para tanto, analiso nove discursos da presidenta, cinco caracterizando seu primeiro mandato e quatro, portanto, os dois únicos anos de seu último. Assim, selecionei o *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional* pelas características já atestadas particulares a um discurso de posse, e também pela apresentação da trajetória da presidenta durante a ditadura, marcadamente presente nesta manifestação. Também optei por sua fala *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia alusiva ao Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto* que, à primeira vista, pode parecer tematicamente distante da ditadura civil-militar, porém oferece uma série de aproximações, feitas por Dilma, a respeito da violência estatal e da instituição do trauma, de sua presença que transcende o tempo e do dever de lembrar para que “*nunca mais aconteça*”.

Ainda em seus primeiros anos de governo, optei por esta manifestação, *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de entrega do Prêmio Direitos Humanos 2011*, uma vez que também exploro os discursos de FHC e Lula sobre os direitos humanos. As duas manifestações seguintes, *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de instalação da Comissão da Verdade* e *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da*

*Verdade*, em ocasião de lançamento e encerramento de medidas transicionais, dizem respeito às falas mais diretas e descritivas de Dilma sobre a ditadura civil-militar brasileira.

Seu segundo mandato, período no qual seus discursos diferem de tom para uma postura mais alerta, posicionada e antagônica, contam novamente com seu discurso de posse, *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional*, bem como com duas conferências com artistas e juristas para a defesa de sua posição em meio à crise política: *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encontro com juristas pela Legalidade e em Defesa da Democracia* e *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encontro com artistas e intelectuais em defesa da democracia*. Por fim, abro exceção para analisar uma declaração à imprensa por parte de Dilma, datada do dia doze de maio de 2016 (*Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff*), data de seu afastamento como Presidenta da República. Ainda que não se trate de um discurso presidencial propriamente dito, considero que o potencial desta fala para compreensão não apenas dos usos políticos do passado para Dilma, mas também sobre o encerramento deste ciclo de estabilidade democrática brasileiro, justifica minha opção<sup>253</sup>.

Nesta conformidade, sigo a ordem cronológica das manifestações oficiais de Dilma e inicio minha análise com seu primeiro discurso de posse:

Quem, como eu e tantos outros da minha geração lutamos contra o arbítrio, a censura e a ditadura, somos *naturalmente amantes da mais plena democracia*. [...] Queria dizer a vocês que eu dediquei toda a minha vida à causa do Brasil. [...] Suportei as adversidades mais extremas infligidas a todos que ousamos enfrentar o arbítrio. *Não tenho qualquer arrependimento, tampouco não tenho ressentimento ou rancor*<sup>254</sup>.

Assim, Dilma se apresenta à população como uma mulher “reconciliada com seu passado, associando-o à luta pela democracia, [...] coloca[ndo]-se como integrante de uma geração que ousou sonhar com um Brasil mais justo e, por isso, teve de suportar sofrimentos

---

<sup>253</sup> Também ressalto que esta é a última entrada no site da biblioteca do governo federal sob o acervo de discursos presidenciais de Dilma Rousseff, de modo a ser considerado uma manifestação oficial.

<sup>254</sup> BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional*. Brasília, 01 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discursos-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

incríveis”<sup>255</sup>, estabelecendo sua identidade simultaneamente enquanto igual (“*tantos outros*”) e diferente (alguém capaz de suportar “*as adversidades mais extremas*”) em relação aos demais. Esta primeira fala também fornece pistas a respeito da ruptura demarcada por ela entre o passado (*arbitrário*) e o presente (*democrático*), especialmente notável nas manifestações de seu primeiro mandato, de modo que a presidenta apresenta o passado ditatorial de maneira não muito diferente de seus antecessores, reforçando ideais democráticos genéricos e até mesmo conciliadores, e rechaçando o “*ressentimento*” sobre o passado.

Todavia, durante cerimônia alusiva ao Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, em 2011, Dilma é explícita ao reforçar o *dever de memória* sobre as “*barbáries*” do passado: “*a memória é uma arma humana para impedir a repetição da barbárie*, isso que é a memória. Por isso, hoje e sempre, aqui e em todos os lugares, *é nosso dever lembrar*”<sup>256</sup>. E ainda: “*nós temos de lembrar sempre*, para impedir que aqueles que não são objetos da barbárie se silenciem e pratiquem a grande arma humana diante desses momentos, que é a solidariedade e a coragem de se manifestar contra essas práticas”<sup>257</sup>.

Neste sentido, Dilma demonstra estar conformidade com a transformação nas culturas memoriais do pós-Segunda Guerra, segundo as quais “*el principio tradicional de “perdonar y olvidar” ya no es aceptable. Este fue reemplazado por un nuevo principio que gira en torno a [...] un llamado, por lo tanto, a conservar la memoria de los actos inhumanos cometidos y del sufrimiento de los sobrevivientes*”<sup>258</sup>. Bauer ressalta ainda que o *dever de memória* apresenta a função paradoxal de “*rever o passado, ao mesmo tempo em que se decreta sua superação*”<sup>259</sup>. Esta última questão fica mais evidente neste outro trecho do discurso:

Eu queria dizer que no Brasil *o dever da memória é algo indissociável do dever de festejar a vida*, porque nós somos, eminentemente, um povo que encara como sendo um momento muito especial da vida entender,

---

<sup>255</sup> SCHMIDT, 2011, p. 95.

<sup>256</sup> BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia alusiva ao Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto*. Porto Alegre, 27 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-alusiva-ao-dia-internacional-em-memoria-das-vitimas-do-holocausto>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

<sup>257</sup> Idem.

<sup>258</sup> LORENZ apud BAUER, 2017, p. 147.

<sup>259</sup> BAUER, 2017, p. 180.

compreender e sobretudo saber que é importante, *para evitar que se repita*, lembrar sempre, afirmar sempre que nós rejeitamos a *barbárie*<sup>260</sup>.

Desta forma, Dilma reforça a oposição ontológica entre democracia e ditadura através da velha dicotomia *civilização vs. barbárie*. De acordo com sua lógica, seria necessário lembrar a barbárie para rejeitá-la, evitando sua repetição e festejando a vida (nos não-ditos, a democracia, a civilização). Nesta conformidade, os discursos de Dilma se aproximam de Lula e FHC em sua lógica de não-repetição, de modo que uma determinada concepção de futuro, visando a democracia, orienta a reinterpretação do passado ditatorial, dotando-o de sentido para o presente. Do mesmo modo, o passado também organiza o futuro: “uma vez carregado de significado para o presente por meio da interpretação, o passado torna-se uma referência apta para orientar o agir e o sofrer humanos”<sup>261</sup>.

Todavia possível aproximar as manifestações da presidenta àquelas de FHC e Lula, argumento que Dilma demonstra uma noção mais amadurecida e responsável acerca do papel do Estado (e também da sociedade em geral) quanto a gestão do passado na promoção da cidadania e do aprofundamento democrático. Em ocasião da cerimônia de entrega do Prêmio Direitos Humanos de 2011, ela reconhece as consequências deficientes da democracia em relação ao passado traumático, e demonstra ciência da necessidade de se empregar medidas materiais para solucionar estas questões.

A outra questão dos direitos humanos importante para o nosso país é a questão democrática, e a questão democrática é, de fato, a consciência que nós devemos ter de que *todos os regimes de arbítrio e de exceção também provocam efeitos duradouros sobre a sociedade, efeitos distorcidos*. Além das vítimas dos processos ditatoriais, como nós conhecemos aqui no Brasil, também deixam marcas muito fortes em atitudes arbitrarias e ditatoriais, *inclusive do poder público*, em relação à sociedade<sup>262</sup>.

Segundo Vinyes, “la gestión de la memoria de los pasados políticos excepcionales no es connatural al Estado democrático, es adquirida; procede de decisiones de carácter político

---

<sup>260</sup> BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia alusiva ao Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto...*

<sup>261</sup> RÜSSEN apud BAUER, 2017, p. 271.

<sup>262</sup> BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de entrega do Prêmio Direitos Humanos 2011*. Brasília, 09 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-entrega-do-premio-direitos-humanos-2011-brasilia-df>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

que consideran conveniente su agregación al sistema democrático”<sup>263</sup>, de modo que deve-se compreender o discurso de Dilma como uma opção política. Ao reconhecer a presença do trauma imputado pelo regime de terrorismo de Estado no presente, a presidenta parece atentar ao alerta de Bauer:

se a sociedade não reconhece a realidade do dano e a necessidade de repará-lo, este se manterá reduzido ao espaço privado da vítima ou da família afetada, o que somente aprofunda a traumatização. A marginalização social e política das vítimas é o resultado dessa negação, o que define a sociedade em seu conjunto como uma sociedade prejudicada, que faz parte do processo traumático<sup>264</sup>.

Dessa forma, à concepção de dever de memória de Dilma, somam-se os conceitos de *história e verdade*. Seus discursos sobre a Comissão Nacional da Verdade (e aqui selecionei os que dizem respeito às cerimônias de lançamento e encerramento da CNV) demonstram perfeitamente seus usos pela presidenta. “Embora saibamos que *regimes de exceção* sobrevivem pela *interdição da verdade*, temos o direito de esperar que, sob *a democracia*, a *verdade*, a *memória e a história* venham à superfície e *se tornem conhecidas*, sobretudo, para as novas e as futuras gerações”<sup>265</sup>.

Como observado anteriormente na resposta de Dilma à Agripino Maia, quando ainda ministra da Casa Civil, a presidenta novamente estabelece um contraponto entre a ditadura (o que é velado, escondido) e a democracia (verdade e transparência), agora orientado pela dicotomia *omissão vs. verdade*. A associação dos conceitos de *memória e história* à *verdade* parece servir a um propósito *pseudo-pedagógico* do conhecimento sobre o passado como ensinamento imediato. Ainda sobre este tema, Dilma reitera:

O “senhor diretas”<sup>266</sup>, como aprendemos a reverenciá-lo, disse uma vez: “a verdade não desaparece quando é eliminada a opinião dos que divergem. *A verdade não mereceria este nome se morresse quando censurada.*” A verdade, de fato, não morre por ter sido escondida. [...] *A palavra verdade, na tradição grega ocidental, é exatamente o contrário da palavra esquecimento.*

---

<sup>263</sup> VINYES, 2016, p. 11.

<sup>264</sup> BAUER, 2017, p. 130.

<sup>265</sup> BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de instalação da Comissão da Verdade*. Brasília, 16 mai. 2012. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-instalacao-da-comissao-da-verdade-brasil-ia-df>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

<sup>266</sup> Aqui, Dilma faz referência a Ulysses Guimarães, deputado federal do MDB e líder da campanha pelas *Diretas Já*.

[...]. Ela é só e, sobretudo, o contrário do esquecimento. É memória e é história. É a capacidade humana de contar o que aconteceu [...] *A ignorância sobre a história não pacífica, pelo contrário, mantém latentes mágoas e rancores.* A desinformação não ajuda apaziguar, apenas facilita o trânsito da intolerância. *A sombra e a mentira não são capazes de promover a concórdia.* O Brasil merece a verdade<sup>267</sup>.

A revelação da verdade preenche uma necessidade social de confirmar oficialmente aquilo que foi durante muito tempo negado, reintegrando as vítimas na sociedade através do reconhecimento do seu sofrimento. Para Bauer, este direito à verdade possui alguns desdobramentos, implicando também o direito à memória e à informação - esta fundamental, pois a memória só pode ser construída a partir do conhecimento factual sobre o passado. Por conseguinte, quando Dilma assegura o direito ao verdade, assume o compromisso estatal de “preservar a memória coletiva do esquecimento, que possibilitaria a continuidade desses crimes”<sup>268</sup>. O reconhecimento, por parte da representação máxima das instituições republicanas, da prejudicialidade do esquecimento sobre o passado ditatorial - especialmente num contexto de desmemória forçada e silêncios impostos como no caso brasileiro - estabelece um novo marco na gestão narrativa do passado para o Brasil.

Nesta mesma ocasião, Dilma se mostra especialmente emocionada ao oferecer a verdade como reparação às vítimas diretas do regime de exceção: “sobretudo, merecem a verdade aqueles que perderam amigos e parentes e que *continuam sofrendo como se eles morressem de novo e sempre a cada dia*”<sup>269</sup>, declara ela em meio à lágrimas e aplausos. Como Adorno, a presidenta parece crer que “así como los muertos están entregados inermes a nuestro recuerdo, así también es nuestro recuerdo la única ayuda que les ha quedado”<sup>270</sup>. Este excerto também evidencia a única exceção permitida por Dilma a contrariar sua lógica de ruptura entre o regime ditatorial e o democrático: o trauma, que “crea una fractura, un hoyo en la mente, fijando un punto que sirve de atracción a otros eventos”<sup>271</sup>. Segundo Hartog, este ponto de atração seria, pela lógica do *presentismo*, o presente: para as vítimas, “el único

---

<sup>267</sup>BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de instalação da Comissão da Verdade...*

<sup>268</sup>BAUER, 2017, p. 78.

<sup>269</sup>BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de instalação da Comissão da Verdade...*

<sup>270</sup>ADORNO apud ESCOLAR, Cora; PALACIOS, Cecilia. *Memoria y vida. Reflexiones epistemológicas acerca del discurso institucionalizado de la memoria. Acciones e Investigaciones Sociales. Zaragoza, n. 27, 2009, p. 58.*

<sup>271</sup>VINYES, Ricard (Org.). *Diccionario de la memoria colectiva.* Gedisa: Barcelona. 2018.

tiempo disponible puede bien ser el presente: el presente del drama que acaba de irrumpir o que irrumpió tiempo atrás pero que sigue siendo para la víctima su único presente”<sup>272</sup>.

“É como se disséssemos que, se existem filhos sem pais, se existem pais sem túmulo, *se existem túmulos sem corpos, nunca, nunca mesmo, pode existir uma história sem voz*”<sup>273</sup>. Assim, nesta frase que escolhi para intitular o capítulo, Dilma parece entender a história sob uma lógica de *reparação* capaz de, se não devolver corpos aos túmulos, ao menos oferecer algum conforto aos filhos sem pais. Em relação aos desaparecidos, “que permanecem como um grito sem fim, uma negação do luto, limitando a ação à dor da procura e à recusa da morte”<sup>274</sup>, Dilma parte da perspectiva do que Lorenz denomina *política de arrependimento*, segundo a qual “solo los gestos de reparación, disculpa y reconocimiento pueden restaurar la dignidad de las víctimas y pueden evitar nuevos brotes de inhumanidad. La mirada retrospectiva es, entonces, una anticipación del futuro”<sup>275</sup>.

Assim, espera-se da história enquanto mirada ao passado que “ayude, tanto para reconciliar como para inculpar, para normalizar como para identificar las excepcionalidades, para trazar continuidades como para establecer rupturas. Se le exige que sea objetiva y al mismo tiempo que deje una enseñanza ejemplar”<sup>276</sup>. A este respeito, suscita Gagnebin:

desde os poemas homéricos se celebra a necessidade humana de enterrar os mortos, de recolher os corpos dos guerreiros mortos, de não deixar nenhum cadáver sem sepultura adequada. Essa exigência é uma das fontes da poesia que pode muito bem ser definida como um túmulo (do grego: sêma, signo e túmulo) não de pedras, mas de palavras, segundo as belas análises de Jean-Pierre Vernant. A história também consiste numa homenagem aos mortos do passado, na ereção de um discurso/túmulo que possa lembrá-los. O grande historiador e psicanalista francês Michel de Certeau compara as obras dos historiadores aos cemitérios de nossas cidades. A escrita da história é, segundo ele, um “rito de sepultamento” que pode ser interpretado, de maneira clássica, como expressão da vontade humana de honrar a memória dos mortos, de respeitar os antepassados, de opor à fragilidade da existência singular a esperança de sua conservação na memória dos vivos<sup>277</sup>.

---

<sup>272</sup> HARTOG, François. El tiempo de las víctimas. *Revista de Estudios Sociales* No. 44 (2012). p. 14.

<sup>273</sup> BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de instalação da Comissão da Verdade...*

<sup>274</sup> TELES, 2009, p. 9.

<sup>275</sup> LORENZ apud BAUER, 2017, p. 148.

<sup>276</sup> FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. *Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción*. Buenos Aires, Paidós, 2007.

<sup>277</sup> GAGNEBIN, 2013, p. 184 - 185.

Todavia veemente na evocação da memória e da verdade história como medidas reparatórias sobre o passado traumático, Dilma ainda busca uma estabilidade de ânimos no espaço público, procurando conciliar as diferentes memórias em disputa. Para tanto, afirma: “não nos move o revanchismo, o ódio ou o desejo de reescrever a história de uma forma diferente do que aconteceu”<sup>278</sup>. Aponta também que “assim como respeito e reverencio os que lutaram pela democracia enfrentando bravamente a truculência ilegal do Estado, e nunca deixarei de enaltecer esses lutadores e lutadoras, também reconheço e valorizo pactos políticos que nos levaram à redemocratização”<sup>279</sup>. Deste modo, demonstra compromisso silencioso de adesão aos acordos políticos conciliatórios, visando acalmar possíveis inquietações em setores conservadores e das Forças Armadas que pudessem se sentir ameaçados pela instauração da CNV. Indiretamente, evidencia os limites políticos e jurídicos da Comissão Nacional da Verdade e das medidas transicionais brasileiras como um todo, irrompendo sempre - por mais bem intencionadas que sejam - na *amnésia do silêncio final*, como define Padrós, da Lei da Anistia.

Já em 2014, ao receber o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, Dilma reiterou a maioria de suas ideias expostas neste primeiro discurso. Entretanto, reforço duas concepções intimamente relacionadas que não tinham aparecido, ao menos tão nitidamente, em sua fala quando do lançamento da CNV: trata-se a) do reconhecimento do silêncio e da omissão do Estado brasileiro como perpetuadores do passado que se recusa a passar e b) do direito à escuta dialógica. Com relação ao papel estatal, Dilma afirma: “nós que acreditamos na verdade, esperamos que este relatório contribua para que *fantasmas de um passado doloroso e triste não possam se proteger nas sombras do silêncio e da omissão*”<sup>280</sup>. Neste sentido, partilha dos entendimentos de Teles, quem salienta que

obscurecer um ato originário de violência gera não somente o sofrimento, mas também uma perda de investimento nos laços sociais, fazendo o sujeito da política viver sobre uma dívida da qual todo o coletivo nacional tem parte. O desvelar do silêncio fornece o conhecimento e a afetividade propícios à

---

<sup>278</sup> BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de instalação da Comissão da Verdade..*

<sup>279</sup> Idem.

<sup>280</sup> BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília, 10 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-entrega-do-relatorio-final-da-comissao-nacional-da-verdade-brasilia-df>>. Acesso em: 17 abr. 2019..

reelaboração das relações com o passado e colabora na liberação do sujeito que mantém-se ligado ao seu passado<sup>281</sup>.

Já com relação ao direito à escuta, Dilma declara:

sobretudo, em nome do estado brasileiro e em meu nome, presto homenagem e manifesto caloroso agradecimento aos familiares dos mortos e desaparecidos. *Aqueles que, com determinação, com coragem e enorme generosidade, aceitaram testemunhar e contar suas histórias* e as histórias dos parentes, amigos, companheiros *que viveram tempos de morte, de dor, sofrimento*, e por isso, grandes perdas<sup>282</sup>.

Ainda que a presidenta esteja agradecendo diretamente o *testemunho* das vítimas e seus familiares, considero que esta fala trata do reconhecimento de um espaço de escuta dialógica, elaborado institucionalmente pela primeira vez na história brasileira através da Comissão Nacional da Verdade. Segundo Pollak, “na ausência de toda possibilidade de se fazer compreender, o silêncio – diferente do esquecimento – pode mesmo ser uma condição necessária (presumida ou real) para a manutenção da comunicação com o meio ambiente [...]”<sup>283</sup>. Complementa: “[...] um passado que permanece mudo é muitas vezes menos o produto do esquecimento do que de um trabalho de gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação”<sup>284</sup>. Assim, o caráter traumático do terrorismo de Estado e as estratégias de silenciamento da ditadura e do Estado democrático “fomentaram uma indisponibilidade de escuta: a temática da ditadura civil-militar brasileira e suas vivências foram reprimidas por muitos setores da sociedade, configurando a dinâmica da *ausência de sua presença* e da *presença de sua ausência*”<sup>285</sup>. Deste modo, o testemunho (e aqui entendo o testemunhar como o ato de romper o silêncio) só pode existir quando existe, previamente, uma condição de escuta.

Atingindo o marco de 2015 no acompanhamento cronológico de seus discursos, passo a buscar as transformações sofridas em suas manifestações oficiais pela conjuntura de crise política. Dilma inicia seu discurso de posse no segundo mandato relembrando aquilo que, a seu ver, estaria em jogo no Brasil: a estabilidade democrática conquistada. “*Nunca o Brasil*

---

<sup>281</sup> TELES, 2009, p. 8.

<sup>282</sup> BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade...*

<sup>283</sup> POLLAK, 1989, p. 9.

<sup>284</sup> Idem.

<sup>285</sup> BAUER, 2017, p. 140.

viveu um período tão longo sem crises institucionais. Nunca as instituições foram tão fortalecidas e respeitadas<sup>286</sup>, afirmou ela. Novamente ressalta sua capacidade de superação e energia para lutar pela democracia (e por seu mandato por direito) quando declara que “já estive algumas vezes um pouco perto da morte e destas situações saí uma pessoa melhor e mais forte. [...] Este processo jamais destruiu em mim o sonho de viver num país democrático e a vontade de lutar e de construir este país cada vez melhor<sup>287</sup>”.

No ano seguinte, em 2016, ao participar de um encontro com juristas “pela Legalidade e em Defesa da Democracia”, Dilma demonstra pesar ao perceber que, de fato, as instituições democráticas brasileiras se encontrava novamente sobre ataque.

Eu queria, aqui, registrar o imenso respeito e admiração que eu tenho por *Leonel Brizola*, protagonista de inúmeras passagens decisivas na nossa história, em especial a luta e a campanha pela legalidade. *Eu jamais imaginei que voltaríamos a viver um momento em que se fizesse necessário mobilizar a sociedade em torno de uma nova campanha da legalidade, como estamos fazendo hoje*, neste encontro. [...] Mas, novamente ser necessário mobilizar a sociedade em torno de uma nova campanha pela legalidade, de fato, eu jamais imaginei depois do fim da ditadura. *Eu preferia não viver este momento*<sup>288</sup>.

É possível observar o retorno da memória ao passado ditatorial de acordo com as demandas do presente: apropriando-se do legado de Brizola, apresenta-se como responsável pela mobilização da população em nome da democracia. Nessa conformidade, a ameaça à democracia parece fomentar o levante da memória traumática do período da ditadura, com o qual é imediatamente associada. Há, ainda, a íntima revelação “*eu preferia não viver este momento*”, que parece deixar pairar no ar o complemento “*de novo*”, o reviver do trauma a partir do “punto de vista del presente que organiza los usos del pasado: el presente no sólo

---

<sup>286</sup> BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional*. Brasília, 01 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional-1>>. Acesso em: 17 abr. 2019..

<sup>287</sup> Idem.

<sup>288</sup> BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encontro com juristas pela Legalidade e em Defesa da Democracia*. Brasília, 22 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-encontro-com-juristas-pela-legalidade-e-em-defesa-da-democracia-brasilia-df>>. Acesso em: 17 abr. 2019

como el momento-del-ahora, sino como un sentido social del tiempo, lo que organizaría toda su percepción”<sup>289</sup>.

Seguindo esta lógica de traçar paralelos entre o golpe de 1964 e a ameaça de seu impeachment, Rousseff declara também:

*pode-se descrever um golpe de Estado com muitos nomes, mas ele sempre será o que é: a ruptura da legalidade, atentado à democracia. Não importa se a arma do golpe é um fuzil, uma vingança ou a vontade política de alguns de chegar mais rápido ao poder. Esse tipo de sinônimo, esse tipo de uso inadequado de palavras é o mesmo que usavam contra nós na época da ditadura para dizer que não existia preso político, não existiam presos políticos no Brasil, quando a gente vivia dentro das cadeias espalhadas por esse País afora. Negar a realidade não me surpreende, por isso, o nome é um só: é golpe. [...] Seja esse Estado de exceção ditadura militar, regime policial ou autoritarismo disfarçado*<sup>290</sup>.

Aqui, evidencia-se que o mecanismo de interpelação utilizado pela Presidenta - seu vocabulário, seu tom de voz, o fraseamento das palavras - é mais incisivo do que de costume. Não se trata mais de uma tentativa de *conciliação* entre todas as parcelas da sociedade, mas de uma tentativa de *mobilização* de parcelas específicas da sociedade, que se identifiquem com seu discurso. Assim, para Dilma, a ameaça à democracia transcende as mais de cinco décadas a separar cronologicamente o golpe civil-militar de 1964 de seu processo de impeachment sem crime de responsabilidade (outro golpe, em 2016), aproximando-os em essência. Da mesma maneira que é vítima de uma injustiça jurídica no presente, disfarçada de procedimento legal e democrático, relembra sua prisão arbitrária no período de exceção, quando o reconhecimento de sua realidade e seu sofrimento eram igualmente negados.

Encontro semelhante, porém desta vez com artistas e intelectuais em defesa da democracia, tomou lugar no dia trinta e um de março de 2016, aniversário de cinquenta e dois anos do golpe civil-militar que instaurou a mais recente ditadura da história brasileira. A este respeito, rememora Dilma:

*há 52 anos atrás, nesse exato dia - hoje de manhã, inclusive, eu estava tentando me lembrar aonde eu estava -; nesse exato dia um golpe militar deu início a uma fase da nossa história marcada pelo arbítrio, pelo desrespeito a direitos humanos, a direitos individuais e, durante um período significativo,*

---

<sup>289</sup> RUFER, 2009, p. 112.

<sup>290</sup> BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encontro com juristas pela Legalidade e em Defesa da Democracia.*

nós nos dedicamos a uma luta que abrangeu um período longo da nossa história recente. *Nós sofremos as consequências dessa luta*; muitos dos que se insurgiram foram presos, outros foram torturados, outros foram obrigados a deixar o nosso País, outros, inclusive, foram mortos<sup>291</sup>.

Em primeiro lugar, ressalto a significância da data - reparada por Dilma, quem já pela manhã fez o exercício de lembrar-se aos dezessete anos, tentando fazer sentido de onde se encontrava “*nesse exato dia*”. Afinal, o trinta e um de março no Brasil é um dia em que “se activan sentimientos y se interrogan sentidos, en que se construyen y reconstruyen las memorias del pasado. Son momentos en que diferentes actores [...] expresan y confrontan, en el escenario nacional, los sentidos que otorgan a los quiebres institucionales que unos impulsaron y otros/as sufrieron”<sup>292</sup>. Dilma relembra sua luta, que teve início se não neste dia, ainda neste ano e, imediatamente, as sevícias sofridas por ela e seus companheiros. Esta memória, todavia, não parece ser carregada de homenagem, como geralmente eram as lembranças de Dilma sobre os mortos e desaparecidos: neste contexto em que a democracia se encontra em risco, soa como um alerta a respeito das graves consequências de perdê-la.

Em mais um depoimento sobre a tortura, ainda neste mesmo discurso, Dilma parece admitir de maneira mais firme as motivações ideológicas por trás da militância e para além da narrativa genérica de resistência ao regime de exceção. Ainda que não o faça diretamente, interrogando seus não-ditos é possível observar uma transformação no relato, no sentido do reconhecimento da face terrorista do Estado e suas práticas como o sequestro, a tortura, a morte e o desaparecimento<sup>293</sup>:

E nós aprendemos o valor da democracia da pior forma possível, *que é de dentro de um presídio vendo as pessoas sofrerem*, vendo as pessoas tentarem resistir à imensa força da tortura. E tenta fazer o quê? *Fazer com que a pessoa tra[isse] aquilo que ela acredita*. É isso que a tortura faz. Não é pura e simplesmente a dor; é o que ela procura fazer, quebrando a integridade humana daqueles encarcerados<sup>294</sup>.

---

<sup>291</sup> BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encontro com artistas e intelectuais em defesa da democracia*. Brasília, 31 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-encontro-com-artistas-e-intelectuais-em-defesa-da-democracia-brasilia-df>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

<sup>292</sup> JELIN apud BAUER, 2014, p. 9.

<sup>293</sup> BAUER, 2007, p. 19.

<sup>294</sup> BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encontro com artistas e intelectuais em defesa da democracia...*

O tom apelativo da presidenta identificado até o momento é ainda mais intensificado quando ela se dirige diretamente aos articuladores políticos de seu processo de impeachment, muitos dos quais, assim como ela, combateram a ditadura civil-militar. Dilma alerta:

*Nos cabe lembrar aos golpistas por ação e omissão que derrubar um governo eleito é um atentado à democracia. Muitos dos arautos da atual tentativa de golpe foram perseguidos, cassados e proscritos pelo golpe de 1964. Por isso, não os deixaremos esquecer que desrespeitar as regras democráticas é um risco que pode nos lançar em mais instabilidade, em mais incerteza e em atropelo aos direitos individuais<sup>295</sup>.*

Entretanto, seu aviso não surtiu o efeito desejado. Em declaração à imprensa, no dia doze de maio de 2016 - seu último ato como presidenta da República -, Dilma faz uma retomada de sua trajetória político-pessoal até este momento:

*O destino sempre me reservou muitos desafios, muitos e grandes desafios. Alguns pareciam intransponíveis, mas eu consegui vencê-los. Eu já sofri a dor indizível da tortura; a dor aflitiva da doença; e agora eu sofro mais uma vez a dor igualmente inominável da injustiça. O que mais dói, neste momento, é a injustiça. O que mais dói é perceber que estou sendo vítima de uma farsa jurídica e política<sup>296</sup>.*

Assim, a presidenta opta por rearticular sua própria história de acordo com três eixos: a dor da tortura, no passado mais distante da ditadura civil-militar, a dor da doença, no passado recente enquanto ministra da Casa Civil, e a dor da injustiça, da qual é vítima no presente, quando afastada de seu cargo sem crime de responsabilidade. Deste modo, Rousseff demonstra vivenciar, no mínimo, três diferentes tempos que se articulam simultaneamente através de experiências traumáticas. Dilma encerra sua última fala enquanto presidenta da República com a seguinte declaração a respeito da necessidade de defesa contínua da democracia: “a luta pela democracia não tem data para terminar: é luta permanente, que exige de nós dedicação constante. *A luta pela democracia não tem data para terminar*”<sup>297</sup>, destarte dando a entender que a história, ao menos neste momento no tempo e na disputa política, é mais continuidade do que ruptura.

---

<sup>295</sup> Idem.

<sup>296</sup> BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff*. Brasília, 12 mai. 2016. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-brasilia-df>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

<sup>297</sup> Idem.

A título de resultados parciais da pesquisa, considero seguro afirmar que Dilma Rousseff foi, de maneira geral, a governante que mais direcionou esforços a guisa de elaboração do passado ditatorial, tanto pela via de efetivação da Comissão Nacional da Verdade quanto através de seus discursos presidenciais. Para a análise destes, estabeleci como metodologia o acompanhamento cronológico de suas manifestações oficiais, por identificar transformações significativas em seus discursos entre seu primeiro e segundo mandato.

De uma temporalidade quase que exclusivamente linear, estabelecendo rupturas claras entre a ditadura e a democracia, Dilma passa a considerar um tempo múltiplo, ordenado pelas relações da memória frente aos abalos sísmicos do mundo da política. De mesmo modo, Rousseff também é a chefe de Estado que mais considera os impactos do trauma na sociedade e na própria ordenação do tempo, deixando transparecer suas próprias cicatrizes. Quanto a memória, inicialmente uma memória *higienizada* da resistência à ditadura quando em tempos de democracia estável, Dilma passa a carregá-la com um tom mais desafiador, indiretamente reconhecendo o fator ideológico que sustenta a militância contra o regime de exceção - seus usos políticos agora buscavam a adesão concreta de alguns, de modo que abriu mão de tentar agradar a todos.

A demanda por memória, verdade e história, tão presente em seu primeiro mandato, não retorna em momento algum a seus últimos discursos, o que abre espaço para alguns questionamentos: isto significaria que a ex-presidenta considera que tais questões já foram resolvidas em sua totalidade quando encerrada a CNV? Ou ainda, embora alcançadas através da CNV, ainda assim não foram capazes de evitar seu impeachment (o que considera a repetição do passado traumático)? Neste sentido, a constante fomentação de novas indagações sobre o que se passou evidencia que o passado jamais será assunto encerrado, configurando, portanto, uma *ausência presente*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A multiplicidade de temporalidades e memórias é constantemente interpelada pela multiplicidade própria do mundo da política, que faz dessas bons e maus usos de acordo com seus interesses presentes e futuros. Ao finalizar esta pesquisa, dou-me conta que tentar acompanhar tantos e tão diversos processos, a curto e médio prazo na história brasileira, é uma empreitada bastante mais ambiciosa do que eu tinha originalmente considerado. Optar por fazê-lo pela análise da palavra, que esconde pelo menos o tanto que mostra, também não é tarefa fácil. Pesquisadora iniciante, tentei navegar este mar de complexidades e oferecer algumas perspectivas que contribuam para pensar a cultura política do país. Deixo o barco com mais perguntas do que certezas, mas isto significa que há muito mais para se explorar.

Assim, pretendi analisar os usos políticos da ditadura civil-militar brasileira nos discursos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio da Silva e Dilma Vana Rousseff. Ao longo dos vinte e um anos de duração conjunta de seus mandatos, o Brasil e a América Latina passaram por diversas transformações político-sociais em suas conjunturas, influenciando de diferentes formas a elaboração do passado ditatorial a partir do presente democrático. Visando observar continuidades e rupturas nas manifestações oficiais destes chefes de Estado de acordo com tais transformações, procuro por memórias, esquecimentos e até mesmo silêncios a respeito da ditadura civil-militar iniciada em 1964. Da mesma maneira, ao indagar sobre a instrumentalização política do passado no presente (qual o potencial político da ditadura civil-militar numa democracia?), encontrei-me inserida em meio aos densos debates da Teoria da História acerca da temporalidade.

Com estes delineamentos traçados, considere necessário contextualizar cada capítulo apresentando a trajetória política do presidente em questão, com ênfase em suas atividades políticas no período ditatorial. Busquei, assim, relacionar o espaço de experiência da vivência da ditadura (e seus traumas que a atualizam no tempo presente) com o horizonte de expectativas da realização de seus interesses políticos. No caso de FHC, articulei sua trajetória em torno de três eixos principais: sua renomada carreira acadêmica como sociólogo, seu período de auto-exílio no Chile para escapar das forças repressivas e sua ascensão política, de senador à ministro à presidente. Ao tratar de Lula, procurei centrar-me em sua atuação enquanto líder sindical e fundador do Partido dos Trabalhadores, acompanhando a

transição de sua atividade política do âmbito da sociedade civil organizada para a institucionalidade estatal. Quanto a Dilma, foquei em sua participação em organizações guerrilheiras durante os anos 1960, em seguida apresentando suas conquistas nos bastidores do governo Lula para posteriormente discutir seu processo de impeachment quando presidenta, o qual considero uma ruptura das instituições democráticas após relativo período de estabilidade política na história recente.

Neste mesmo sentido de contextualização dos discursos presidenciais, ao longo da pesquisa também tentei discorrer sobre as condições de emergência de suas falas, relacionadas às medidas transicionais implementadas por seus governos. Levanto, assim, algumas considerações a respeito da Lei dos Desaparecidos Políticos de FHC, bem como sobre seu contraditório Decreto 4.553 em final de gestão; discuto as batalhas de memória marcadamente presentes no primeiro mandato de Lula, intensificadas por sua mensagem sobre o aniversário de quarenta anos do golpe civil-militar em março de 2004; logicamente, apresento também a conjuntura de instauração da Comissão Nacional da Verdade, pelo governo de Dilma. Desta forma, considero que Fernando Henrique Cardoso foi o chefe de Estado responsável por dar início ao processo de responsabilização institucional quanto aos crimes de lesa humanidade cometidos durante a ditadura civil-militar brasileira, enquanto Luiz Inácio significou um momento de estagnação a respeito da elaboração deste passado e Dilma Rousseff apresentou a maior das iniciativas institucionais para sua reparação.

Todavia, reitero que o quadro geral destas iniciativas ainda é bastante insuficiente de modo geral, pois como postula Bauer, estas políticas, da forma que se deram, representam

tarefa impossível frente à presença da ausência e a ausência da presença dos desaparecidos políticos, ou então às fronteiras maleáveis entre temporalidades ao se propor políticas públicas onde o crime e o dano estão no passado, mas a compensação, indenização e reparação estão no presente, com determinada expectativa de futuro<sup>298</sup>.

No que pese as especificidades de cada medida com relação ao esquecimento e a memória, todas se encontram inseridas em uma conjuntura mais ampla, fundamentada pela cultura histórica brasileira de reconciliação, sobre a qual se deu o processo de transição democrático e a qual orienta os mecanismos de elaboração do passado desde então. A lógica

---

<sup>298</sup> BAUER, 2014, p. 17.

da reconciliação se traduz também nas muitas aproximações e continuidades identificadas entre os discursos de Fernando Henrique Cardoso, Luíz Inácio da Silva e Dilma Rousseff: a busca pela conciliação, a condenação de mágoas e ressentimentos, o reconhecimento da necessidade de reparação, a orientação ética e moral visando a não-repetição, as noções de oposição ontológica entre ditadura e democracia, a defesa dos direitos humanos e a exaltação das vítimas da ditadura foram elementos comuns nas manifestações dos presidentes estudados.

De mesmo modo, tais manifestações são atravessadas também por uma série de rupturas - entre governos, sim, mas inclusive dentro de um mesmo governo -, evidenciando as tensões sobre a memória e sobre a própria experimentação do tempo. A defesa intransigente da democracia liberal por parte de FHC, para quem esta seria tudo aquilo que a ditadura não fora, não era compartilhada por Lula e Dilma, de acordo com os quais o neoliberalismo remeteria a perpetuação de um regime de opressão, pautado, desta vez, pela desigualdade social e econômica<sup>299</sup>. Lula se mostrou adepto a uma lógica de personificação de heróis no combate à ditadura, enquanto FHC e Dilma (esta em seu primeiro mandato, ao menos) se mostravam mais preocupados em fomentar o mito da sociedade resistente. Dilma, por sua vez, se manifestou muito mais direta e enfaticamente que Lula e FHC sobre as violências do regime de terror do Estado, além de postular constantemente a necessidade de garantia do acesso à verdade factual sobre o passado.

Quanto às particularidades de cada um sobre este processo de gestão do passado, reforçaria que FHC parece instrumentalizar a ditadura civil-militar para, em oposição a esta, valorizar seus planos econômicos e defender os direitos humanos em perspectiva liberal. Defensor árduo da Lei de Anistia, não tece qualquer crítica ao processo de transição brasileira - em sua concepção, uma ruptura sem volta, que encerra os horrores no passado. Seus discursos são atravessados por contrariedades, ao passo que defende políticas de esquecimento enquanto dá início às primeiras medidas memoriais visando a justiça de reparação. Enquanto isso, Lula, entendido aqui como líder carismático, reedita o passado ditatorial de modo a enriquecer sua narrativa-comum de superação da opressão e exploração. Recheando esta narrativa com personagens heróicos e reforçando sua própria excepcionalidade em meio aos demais, Luiz Inácio demonstrou pouco interesse efetivo em

---

<sup>299</sup> Conforme apresentado nos capítulos anteriores, todavia, este discurso de Lula e Dilma jamais se materializou na prática.

relação a elaboração de medidas memoriais que combatessem a permanência de uma cultura política de medo e trauma, consequências do regime de exceção.

Já Dilma Rousseff estabeleceu um marco de gestão através da elaboração da Comissão Nacional da Verdade do país. Seus discursos refletem suas tentativas de elaborar o passado traumático, visto que a mesma reconhece as práticas sistemáticas de desrespeito dos direitos humanos por parte do governo federal (inclusive rememorando suas próprias experiências enquanto vítima do terrorismo estatal na ditadura). Inter-relacionando os conceitos de memória, verdade e história, Dilma prioriza o conhecimento factual sobre o passado, instrumentalizando-o em seu segundo mandato na busca pelo apoio político de parcelas da população visando sua sustentação no governo.

Outra consideração que penso ser relevante no sentido dos resultados desta pesquisa versa sobre a influência concreta das condições de emergência em suas falas. Quando enunciados em períodos de estabilidade democrática, por exemplo, os discursos dizem respeito à conciliação nacional através da tentativa de estabelecer uma memória hegemônica sobre o passado ditatorial, o qual teria sido completamente superado. Entretanto, quando o sistema político sofre abalos e se torna instável - como na interrupção do ciclo de cinco eleições consecutivas sem deposição de um chefe de Estado (o que, levando em consideração o histórico brasileiro, representa um período significativo de fortalecimento das instituições democráticas) -, os usos políticos da ditadura passam a visar a mobilização de setores da sociedade em defesa da democracia, abrindo espaço para uma nova percepção do tempo, agora mais enquanto continuidade do que de ruptura.

Por fim, atesto que estas colocações tratam, em verdade, de *não-conclusões*, visto que suscitam questões mais do que respostas. Há de se explorar mais profundamente os impactos das manifestações presidenciais na cultura política de uma sociedade, bem como o alcance da memória oficial em um país tomado por batalhas memoriais. Também não tive a oportunidade, neste momento, de discutir mais a fundo as identidades de FHC, Lula e Dilma, ou como estas são representadas discursivamente. Sem dúvidas, muitas outras hipóteses sobre os usos da ditadura nos discursos presidenciais podem ser levantadas além das que apresentei aqui, assim como são muitas mais as memórias sobre a ditadura a serem investigadas.

Há, ainda, de se demandar um rompimento com a política do silêncio, que embora tenha sido relativamente combatida no nível do discurso presidencial, e até mesmo desafiada por algumas das medidas transicionais apresentadas ao longo deste trabalho, ainda mantém o

país refém de uma cultura do medo. Esta demanda parte dos campos da ética e da moral, mas também do campo da História, que por sua própria natureza necessita das condições de conhecimento sobre o passado para existir. Reitero, portanto que não tive a intenção de encerrar por completo as possibilidades de análise sobre esta temática, assim como também não considero que tal façanha seja possível. Todavia, pretendi oferecer algumas reflexões e pontos de partida para se pensar as narrativas sobre o passado ditatorial na esfera institucional, os embates políticos motivados por sua presença no tempo presente e as múltiplas memórias a seu respeito nas palavras presidenciais.

## REFERÊNCIAS

Fontes analisadas<sup>300</sup>

### Discursos presidenciais

*Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002)*

1995:

BRASIL. Presidente (1995-2002: Fernando Henrique Cardoso). *Discurso de posse no Congresso Nacional*. Brasília, 01 jan. 1995. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/1o-mandato/1995-1/01-discurso-de-posse-no-congresso-nacional-brasilia-distrito-federal-01-01-95/view>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. Presidente (1995-2002: Fernando Henrique Cardoso). *Discurso sob o título "O Brasil que volta a ser terra das oportunidades", pronunciado por ocasião de encontro com empresários em Nova York, por ocasião do almoço oferecido pela comunidade empresarial*. Nova York, 19 abr. 1995. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/1o-mandato/1995-1/.pdf/view>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. Presidente (1995-2002: Fernando Henrique Cardoso). *Assinatura do projeto de Lei sobre desaparecidos políticos*. Brasília, 28 ago. 1995. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/1o-mandato/1995-1/3.pdf/view>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

1996:

BRASIL. Presidente (1995-2002: Fernando Henrique Cardoso). *Discurso na solenidade de lançamento do Programa Nacional dos Direitos Humanos*. Brasília, 13 mai. 1996. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/1o-mandato/1996-1/5.pdf/view>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

---

<sup>300</sup> Por categoria e em ordem cronológica.

BRASIL. Presidente (1995-2002: Fernando Henrique Cardoso). *Palavras por ocasião da morte do ex presidente da República Ernesto Geisel*. Brasília, 13 set. 1996. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/1o-mandato/1996-1/41.pdf/view>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

1999:

BRASIL. Presidente (1995-2002: Fernando Henrique Cardoso). *Discurso de posse no Congresso Nacional*. Brasília, 01 jan. 1999. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/1o-mandato/1998-1o-semester/12-de-dezembro-de-1998-discurso-por-ocasio-da-cerimonia-de-diplomacao-pela-justica-federal/view>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

2002:

BRASIL. Presidente (1995-2002: Fernando Henrique Cardoso). *Discurso na abertura do seminário "O Desafio Democrático nas Américas"*. Fortaleza, 10 mar. 2002. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/2o-mandato/2002/27.pdf/view>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. Presidente (1995-2002: Fernando Henrique Cardoso). *Discurso na cerimônia de assinatura da Medida Provisória relativa à anistia*. Brasília, 28 ago. 2002. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/2o-mandato/2002/27-de-agosto-de-2002-discurso-na-cerimonia-de-assinatura-da-medida-provisoria-relativa-a-anistia/view>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

*Luiz Inácio da Silva (2003 - 2010)*

2003:

BRASIL. Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). *Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional*. Brasília, 01 jan. 2003. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/01-01-pronunciamento-a-nacao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-apos-a-cerimonia-de-posse.pdf/view>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). *Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após a cerimônia de posse Parlatório do Palácio do Planalto*. Brasília, 01 jan. 2003. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/01-01-pronun-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-sessao-solene-de-posse-no-cn.pdf/view>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no III Fórum Social Mundial*. Porto Alegre, 24 mar. 2003. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/24-01-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-iii-forum-social-mundial.pdf/view>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

2004:

BRASIL. Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Conferência Nacional dos Direitos Humanos*. Brasília, 29 jun. 2004. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/29-06-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-conferencia-nacional-dos-direitos-humanos/view>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Conferência Internacional Democracia na América Latina*. Brasília, 02 dez. 2004. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/02-12-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-conferencia-internacional-democracia-na-america-latina/view>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

2007:

BRASIL. Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). *Discurso de posse no Congresso Nacional*. Brasília, 01 jan. 2007. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/01-01-2007-pronunciamento-a-nacao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-posse/view>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia de lançamento do Livro-Relatório sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília, 29 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/29-08-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-cerimonia-de-lancamento-do-livro-relatorio-sobre-mortos-e-desaparecidos-politicos/view>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

2008:

BRASIL. Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia de lançamento da Caravana da UNE, da Caravana da Saúde e do Pacto da Juventude*. Rio de Janeiro, 12 ago. 2008. Disponível em: <[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/copy\\_of\\_23-04-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-cerimonia-de-comemoracao-do-35o-aniversario-da-empresa-brasileira-de-pesquisa-agropecuaria-embrapa/view](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/copy_of_23-04-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-cerimonia-de-comemoracao-do-35o-aniversario-da-empresa-brasileira-de-pesquisa-agropecuaria-embrapa/view)>. Acesso em: 17 abr. 2019.

2009:

BRASIL. Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH 3) e entrega do Prêmio Direitos Humanos 2009*. Brasília, 21 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/21-12-2009-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-cerimonia-de-lancamento-do-programa-nacional-de-direitos-humanos>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

*Dilma Vana Rousseff (2011 - 2016)*

2011:

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional*. Brasília, 01 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia alusiva ao Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto*. Porto Alegre, 27 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-alusiva-ao-dia-internacional-em-memoria-das-vitimas-do-holocausto>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de entrega do Prêmio Direitos Humanos 2011*. Brasília, 09 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-entrega-do-premio-direitos-humanos-2011-brasilia-df>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

2012:

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de instalação da Comissão da Verdade*. Brasília, 16 mai. 2012. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-instalacao-da-comissao-da-verdade-brasilia-df>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

2014:

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília, 10 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-entrega-do-relatorio-final-da-comissao-nacional-da-verdade-brasilia-df>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

2015:

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional*. Brasília, 01 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional-1>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

2016:

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encontro com juristas pela Legalidade e em Defesa da Democracia*. Brasília, 22 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-encontro-com-juristas-pela-legalidade-e-em-defesa-da-democracia-brasilia-df>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encontro com artistas e intelectuais em defesa da democracia*. Brasília, 31 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-encontro-com-artistas-e-intelectuais-em-defesa-da-democracia-brasilia-df>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff*. Brasília, 12 mai. 2016. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-brasil-df>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

## **Leis e Decretos**

BRASIL. *Decreto-Lei n. 477* de 16 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 26/2/1969, página 1706.

BRASIL. *Lei n. 6.683* de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 28/08/1979.

BRASIL. *Lei n. 8.159*, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial de 29 de junho de 1989 - Seção 1.

BRASIL. *Lei n. 9.140* de 4 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas as pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 05/12/1995. p. 1985, col. 1. 1995.

BRASIL. *Decreto n. 4.553*, de 27 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 30 de dezembro de 2002.

## **Reportagens**

TOLEDO, José Roberto. *FHC volta a bater recorde de rejeição*. São Paulo: Folha de S. Paulo. 20 de Junho de 1999. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc20069915.htm>>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

LIMA, Sérgio. *Lula improvisa e chora ao ser diplomado presidente*. Folha de S. Paulo. São Paulo, 15 de dezembro de 2002. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1512200202.htm>>. Acesso em 25 de Abril de 2019.

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA. *"Mentir sob tortura não é fácil", reage ministra*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 08 de maio de 2008. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0805200823.htm>>. Acesso em: 15 de junho de 2019.

REDAÇÃO. *Lula 'é o cara', diz Obama durante reunião do G20, em Londres*. G1, Globo news.. Brasília, 02 de abril de 2009. Disponível em <[http://g1.globo.com/Noticias/Economia\\_Negocios/0,,MUL1070378-9356,00-LULA+E+O+CARA+DIZ+OBAMA+DURANTE+REUNIAO+DO+G+EM+LONDRES.html](http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1070378-9356,00-LULA+E+O+CARA+DIZ+OBAMA+DURANTE+REUNIAO+DO+G+EM+LONDRES.html)>. Acesso em: 30 de abril de 2019.

BONIN, Robson. *Popularidade de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope*. Em: G1. Brasília, 12 de dezembro de 2010. Disponível em <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>>. Acesso em: 25 de maio de 2019.

OLIVEIRA, André de. *Elogio à tortura, dupla moral e enrolados na Justiça em nove votos na Câmara*. El País. São Paulo, 20 de Abril de 2016. Disponível em <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/19/politica/1461019293\\_721277.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/19/politica/1461019293_721277.html)>. Acesso em: 03 de Maio de 2019.

REDAÇÃO, Jornal da USP. *Documento da CIA realoca Geisel na história brasileira*. São Paulo: Jornal da USP. 16 de maio de 2018. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/documento-da-cia-realoca-geisel-na-historia-brasileira/>>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

## **Documentos**

COMISSÃO ESTADUAL DE INDENIZAÇÃO ÀS VÍTIMAS DE TORTURA DO ESTADO DE MINAS (CEIVT). *Depoimento de Dilma Vana Rousseff*. Rio Grande do Sul, 25 out. 2001. Disponível em: <[http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo9/Nota%20212%20241%20243%20-%2002\\_001027\\_2012\\_80.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo9/Nota%20212%20241%20243%20-%2002_001027_2012_80.pdf)>. Acesso em: 31 de maio de 2019.

PRESIDÊNCIA da República. Secretaria de Imprensa e Divulgação. Briefing do Porta-Voz. *Entrevista coletiva concedida pelo porta-voz André Singer*. Palácio do Planalto, 31 de março de 2004. Disponível em: <[www.presidencia.gov.br](http://www.presidencia.gov.br)>. Acesso em: 30 de abril de 2019

Diário do Senado Federal, *Resolução nº 35*, de 31 de agosto de 2016.

### Sites

BIBLIOTECA. Presidência da República. *Ex-presidentes*. Disponível em <<http://biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/>>. Acesso em: 17 de abril de 2019.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Memórias Reveladas*. Disponível em: <[http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_pagina\\_17\\_a\\_82.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_pagina_17_a_82.pdf)>. Acesso em: 15 de junho de 2019.

## BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor. O que significa elaborar o passado. *Primeira Versão*, Porto Velho, ano VI, v. CCI, p. 1 - 12, jan./abr. 2008.

ALMEIDA, M. H. T. A Política Social no Governo Lula. Novos Estudos. *CEBRAP*, São Paulo, v. 70, 2004.

ALVES, Giovanni Antonio Pinto. Do novo sindicalismo à concertação social: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). *Revista de Sociologia e Política*, n. 15, 2000.

ANDERSON, Perry. (2011), Lula's Brazil. *London Review of Books*, 33 (7): 3-12.

ARMONY, Victor. Aportes teórico-metodológicos para el estudio de la producción social de sentido a través del análisis del discurso presidencial. In: *Revista Argentina de Sociología*. Año 3, nº 4 (2005), p. 32 - 54.

AVELAR, Alexandre de Sá. *Rumo à indisciplinarização? Tempo histórico e a historiografia recente sobre o período militar*. Em: *III Encontro: A História Indisciplinada*. Porto Alegre: 2018.

BAUER, Caroline. Usos do passado e temporalidades: um estudo sobre os debates em torno da Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2008-2014). In: *Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente*, 13 a 15 de outubro de 2014, Florianópolis, SC.

BAUER, Caroline Silveira. *Como será o passado?: história, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. 237 p.

BAUER, Caroline Silveira. O papel dos historiadores nas garantias dos direitos à memória, à verdade e à justiça. *Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS* (Online), v. 5, p. 6-24, 2013.

BAUER, Caroline Silveira. *La memoria como arma: la lucha en Brasil por la apertura de los archivos de la represión durante el primer mandato de Lula (2003-2006)*. In: XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia, 2007, San Miguel de Tucumán.

BELIEIRO JUNIOR, José Carlos Martines. Notas de Análise sobre a Era FHC (1994-2002). *Barbarói* (USCS), v. 2, p. 87-100, 2006.

BEVERNAGE, Berber. The past is evil/evil is past: on retrospective politics, philosophy of history, and temporal manichaeism. *History and Theory* 54 (October 2015), 333-352.

BEVERNAGE, B. *History, memory and state-sponsored violence: time and justice*. New York: Routledge, 2012.

BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais. In: *Novos Estudos*. CEBRAP, n. 96. São Paulo, julho de 2013.

CANDAU, Joel. *Antropología de la memoria*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2002.

CARDOSO, Irene. *Para uma crítica do presente*. São Paulo: Editora 34, 2001.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.

CASARIN, Ercília. Relações entre o político e o religioso no discurso político de L. I. Lula da Silva. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

CORDEIRO, Janaína Martins. 2009. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 43.

DREIFUSS, René Armand. *1964 – a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

ESCOLAR, Cora; PALACIOS, Cecilia. Memoria y vida. Reflexiones epistemológicas acerca del discurso institucionalizado de la memoria. *Acciones e Investigaciones Sociales*. Zaragoza, n. 27, p. 55-68, 2009.

FERNANDES, C. A. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

FERNANDES, C. M.. As representações midiáticas de Dilma Rousseff no cenário político brasileiro. In: *Aurora*. v. 5, n. 14 (2012).

FORSTER, R. (2002). La memoria como campo de batalla. *Revista Puentes*, 8.

FORTES, A., FRENCH, J. (2012). A "Era Lula", as eleições presidenciais de 2010 e os desafios do pós-neoliberalismo. *Tempo Social*, 24(1), 201-228.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2013.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. *Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción*. Buenos Aires, Paidós, 2007.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, nov. 1998.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

GARCIA JR, Afrânio. Raízes familiares do presidente Fernando Henrique Cardoso. In: *Tempo Social*. vol. 16, n.1. São Paulo, junho de 2004.

GENRO, Tarso; ABRÃO, Paulo. Memória histórica, justiça de transição e democracia sem fim. In: SANTOS, Boaventura de Souza; ABRÃO, Paulo; SANTOS, Cecília Macdowell; TORELLY, Marcelo D. (org.). *Repressão e memória política no contexto Ibero-americano*. Brasília: Ministério da Justiça; Portugal: Universidade de Coimbra, 2010.

GROPPO, Bruno. Las políticas de la memoria. *Sociohistórica*, n. 11 - 12, p. 187 - 198. 2002.

HARTOG, François. El tiempo de las víctimas. *Revista de Estudios Sociales* No. 44 (2012).

HEYMANN, Luciana. O "devoir de mémoire" na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 27f.

HUYSSSEN, Andreas. Resistência à Memória: os usos e abusos do esquecimento público. *Intercom*, Porto Alegre, 2004.

HUYSSSEN, Andreas. Os direitos humanos internacionais e a política da memória: limites e desafios. In: *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas de memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014, p. 196.

INDURSKY, Freda. Lula lá: estrutura e acontecimento. In: *Organon*. Porto Alegre. Vol. 17, n. 35 (2003).

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. A longa transição de conciliação ou estigma da cordialidade: democracia descontínua e de baixa intensidade. In: SANTOS, Cecília. Et al (orgs). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2009, v. 2.

JELÍN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Siglo Veintiuno editores, España 2001.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Paidós, 1993

LEVI, Primo. *I sommersi e i salvati*. Einaudi. Torino, 1997.

LIRA, Elizabeth *Memoria y conveniencia democrática: políticas de olvido y de memoria – 1ª. ed. – San José, C.R.. FLACSO, 2010.*

MARICATO, Hermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MEZAROBBA, Glenda. Entre reparações, meias verdades e impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil. *SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 7-25, dez. 2010.

MONTERO, Ana Soledad. Justicia y decisión en el discurso presidencial argentino sobre la memoria (2003-2007). In: *CONfines*, 4/7. Enero - Mayo. 2008. p. 32.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, jan./mar. 2018.

NASCIMENTO, Juliana Marques. Guerrilheiras e biografias: a imagem da mulher militante nos ciclos de memória sobre a ditadura civil-militar brasileira. UFF. Dissertação (mestrado). Niterói, 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História* (PUC-SP). v. 10, 1993.

ORLANDI, E.P. (1995) *As formas do silêncio — no movimento dos sentidos*. 3 ed. Campinas: Ed. Unicamp.

PADRÓS, E. S. Usos da memória e do Esquecimento na História. In: Revista PPG Letras UFSM: *letras*. nº 22. 1999.

PANKE, L. (2012). Análise comparativa entre as campanhas eleitorais dos brasileiros Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva. *Comunicação Humanitas: Revista Científica De Comunicación*, 3 (1).

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 31, n. 57, p. 863-902, set./dez. 2015

PINTO, C. R. J. Elementos para uma análise do discurso político. *Barbarói*, v.24, 2006.

PINTO, C. R. J. *Com a palavra o senhor presidente José Sarney*. São Paulo: Hucitec, 1989.

POLLAK, Michael. 1989. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3.

POLLAK, Michael. 1992. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10.

POSSAMAI, A. P.. MAY, I. O. A justiça distributiva de John Rawls e seu impacto direto à inclusão socioeconômica. In: *Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas*. Santo Angelo, v. 18, n. 32, p. 209-231, set./dez. 2018.

PRONER, Carol; CITTADINO, Gisele; RICOBOM, Gisele; DORNELLES, João Ricardo (Orgs.). *Comentários a uma sentença anunciada – o processo LULA*. Projeto Editorial Praxis, Canal 6 Editora, Bauru/SP, 1ª ed. 2017.

RICOEUR, Paul. (2004) *La memoria, la historia, el olvido*, 1. ed. en español Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

RICOEUR, Paul. A marca do passado. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 10, p. 344-346 (2012).

ROCHA, Camila. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância? In: GALEGO, Esther Solano (Org.). *O ódio como política. A reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo. 2018.

ROUSSO, Henry. Para una historia de la memoria colectiva: el post-Vichy. *Aletheia*, Buenos Aires, v. 3, n. 5, p. 1-14, dez. 2012.

RUFER, Mario. Memoria sin garantías: usos del pasado y política del presente. In: *Anuario de investigación*. UAM-X. México. 2010. pp. 107-140.

SANTOS, Maria Elisabete Gontijo dos. *A modernidade no discurso político: a Assembleia Legislativa e o governo JK em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Escola do Legislativo, Núcleo de Estudos e Pesquisas, 2013.

SCHMIDT, Benito Bisso. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 127 - 156, dez. 2007.

SCHMIDT, Benito Bissi. “É da época e deu”: usos do passado nas narrativas sobre a participação de Dilma Rousseff na luta contra a ditadura civil-militar no Brasil. In: *Perseu. História, memória e política*. N. 7. (2011).

SCOTT, Joan. *Gender: a useful category of historical analyses*. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*, 2002, v. 22, n. 44.

SILVA, Camila Cristina. Entre o velho, o atual e o inédito: para quem serve a história?. In: *Revista Resgate*. v. 25, n. 1 (2017).

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André Vitor. 2002. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro. A identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do Lulismo. In: *Novos Estudos*. Cebrap, São Paulo, v. 85. 2009.

SIKKINK, Kathryn; WALLING, Carrie Booth. The Impact of Human Rights Trials in Latin America. *Journal of Peace Research*, Los Angeles, Sage Publications, v. 44, n. 4, 2007, p. 427-45.

SILVA, Camila Cristina. Entre o velho, o atual e o inédito: para quem serve a história?. *Revista Resgate*. v. 25, n. 1 (2017).

SORJ, B.; FAUSTO, S.. O sociólogo e o político: entrevista com Fernando Henrique Cardoso. In D'INCAO, M. A.; MARTINS, H.. (orgs.). *Democracia, crise e reforma: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo, Paz e Terra, 2010, p. 29-60.

TEIXEIRENSE, Pedro Ivo C.. Quem deve morrer? Algumas reflexões sobre história e memória no processo de formação da Lei 9.140/95 que cria a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. In: Silveira, Diego Omar da; Leite, Isabel Cristina; Ayala, Mario.. (Org.). *Questões de América Latina Contemporânea: novos objetos, novas dimensões, novas temporalidades*. 1 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016, v. 1, p. 103-117.

TEIXEIRENSE, Pedro Ivo C.. Margens do passado, limites do presente? Identidade, democracia e ditadura na história recente do Brasil?. *Revista Contemporânea*, v. 1, p. 1-6, 2014.

TEIXEIRENSE, Pedro Ivo C.. O que resta da ditadura, o que havia de nós: história e memória nos mecanismos de justiça de transição no Brasil. *Cantareira (UFF)*, v. X, p. 06, 2014.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. Apresentação. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

TELES, Edson. Políticas do silêncio: a memória no Brasil pós-ditadura. 2009. In: *Anais XXVIII International Congress of the Latin American Studies Association*.

TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar: história, memória e política*. Lisboa, Edições Unipop, 2012, 2ª ed., 196 p.

TODOROV, Tzevetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós. 2000.

VINYES, R. Memoria, Democracia y Gestión. *Revista História & Perspectivas*, v. 29, n. 54, 2 ago. 2016. RICOEUR, Paul. La memoria, la historia, el olvido, 1. ed. en español Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. 2004.

VINYES, R. Memoria, Democracia y Gestión. *Revista História & Perspectivas*, v. 29, n. 54, 2 ago. 2016.

VINYES, Ricard. *Sobre víctimas y vacíos; ideologías y reconciliaciones; privatizaciones e impunidades*. 2009. Mimeo.

VINYES, Ricard (Org.). *Diccionario de la memoria colectiva*. Gedisa: Barcelona. 2018.

VINYES, Ricard (ed.). *El Estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona: RBA, 2009b.

WEICHERT, Marlon Alberto. O relatório da Comissão Nacional da Verdade: conquistas e desafios. *Projeto História*, São Paulo, n. 50. (2014).